

Bagoas

ESTUDOS GAYS *
GÊNEROS E SEXUALIDADES

V. 16, N. 25

25

Proposta Editorial

Publicação semestral de estudos teóricos, pesquisas empíricas, ensaios e resenhas sobre as temáticas de gênero e sexualidade, com destaque para os estudos gays, lésbicos e queer sobre homossexualidades, lesbianidades, transexualidades. A revista publica igualmente trabalhos de teoria social, direitos humanos, cultura e política que dialoguem com a temática central.

A revista tem registo no Sociological Abstracts

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Bagoas: revista de estudos gays / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. - V. 1, n. 1 jul./dez. 2007) -. - Natal: 2007- . v. 15; 23 cm.

Semestral.

Início: jul./dez. 2007.

Editor: Alípio DeSousa Filho

Descrição baseada em: v. 1, n.1, jul./dez. 2007.

ISSN 1982-0518

1. Ciências Humanas e Sociais - Periódico. 2. Sexualidades - Periódico. 3. Ética sexual - Periódico. 4. Ética moral - Periódico. 5. Homossexualidades - Periódico. I. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. II. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. III. Título.

RN/BSE-CCHLA
CDU 168.522:3(05)

Bagoas

ESTUDOS GAYS *
GÊNEROS E SEXUALIDADES

25

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor: Henio Ferreira de Miranda

INSTITUTO HUMANITAS

Diretor: Alípio DeSousa Filho

Vice-Diretor: Anne Christine Damásio

EDITOR

Alípio DeSousa Filho

EDITORIA ADJUNTA

Rayane Dayse da Silva Oliveira

COMISSÃO EDITORIAL

Anne Christine Damásio - UFRN

Avelino Aldo Lima Neto - IFRN

Cinara Nahra - UFRN

Jader Ferreira Leite

Josenildo Oliveira - UFRN

Maria Helena Braga - UFRN

CONSULTORIA EDITORIAL

Adriana Piscitelli - UNICAMP

Adriana Resende Barretto Vianna - UFRJ

Alessandro Soares da Silva - USP

Alexandre Câmara Vale - UFC

Denílson Lopes - UFRJ

Edrisi Fernandes - UFRN

Emerson da Cruz Inácio - USP

Eugênia Correia Krutzen - UFPB

Fabiano Gontijo - UFPA

Felipe Bruno Martins Fernandes – UFBA
Fernando Bessa Ribeiro – UTAD – Portugal
James Noyle Green – University of Brown – EUA
Joel Birman – UFRJ
Júlio Simões – USP
Laura Moutinho – USP
Leandro Colling – UFBA
Luiz Fernando Dias Duarte – UFRJ
Luiz Mello de Almeida Neto – UFG
Luiz Mott – UFBA
Luiz Paulo Moita Lopes – UFRJ
Maria Luiza Heilborn – UERJ
Michel Maffesoli – Sorbonne – França
Miguel Vale de Almeida – ISCTE – Portugal
Miriam Grossi – UFSC
Paulo Roberto Ceccarelli – PUC-BH
Peter Fry – UFRJ
Regina Facchini – UNICAMP
Ricardo Barrocas – UFC
Richard Misckolci – UFSCar
Robert Howes – University of London – Inglaterra
Rogério Diniz Junqueira – INEP
Sérgio Carrara – UERJ
Sonia Correa – ABIA
Tânia Navarro-Swain – UNB
Toni Reis – ABGLT
Vitor Cei Santos – UFRO
Wanderson Flor do Nascimento – UnB
Wilton Garcia Sobrinho – UBC

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Victor Hugo Rocha Silva

Sumário

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ	11
Tadeu Lucas de Lavor Filho	
Luis Fernando de Souza Benicio	
Patrícia Marciano de Assis	
Larissa Ferreira Nunes	
“SOBRE AQUELES QUE FOGEM DA POBREZA”: análises interseccionais da pobreza subjetiva em contexto universitário	16
Vilkiane Natercia Malherme Barbosa	
Verônica Moraes Ximenes	
A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE SAÚDE COM RECORTE DE GÊNERO: mulheres, homens e LGBTQIA+ em meio a disputas, conflitos e tensões	55
Rodrigo Broilo	
PERSPECTIVAS FEMINISTAS E QUEER PARA A PESQUISA EM HUMANIDADES: diálogos epistemológicos e interdisciplinares entre Donna Haraway e Paul Preciado	103
Maurício João Vieira Filho	
Ítalo Vinícius Gonçalves	
RESISTÊNCIAS INTERSECCIONAIS EM UM TERREIRO DE UMBANDA NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ	136
Antonio Ailton de Sousa Lima	
James Ferreira Moura Jr.	
Larissa Niemann Pellicer	
Marina Passos Pereira Campos	

GIRO DECOLONIAL: construções e percepções coletivas a partir dos feminismos negros e ativismos <i>queer/cuir latino-americano</i>	177
Pedro Henrique Almeida Bezerra	
Kelyane Silva de Sousa	
Priscila Greyce do Amaral Gomes)	
POLÍTICAS PÚBLICAS E EFEITOS PSICOSSOCIAIS DO RACISMO: estratégias de (re)existências de jovens negros(as) em fortaleza/ce	212
Aldemar Ferreira da Costa	
João Paulo Pereira Barros	
Carla Jéssica de Araújo Gomes	
Laisa Forte Cavalcante	
Lívia Lima Gurgel	
Mayara Ruth Nishiyama Soares	
Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira	
AMORES CLANDESTINOS GAYS NA VELHICE: análise fenomenológica existencial do filme <i>Suk Suk: um amor em segredo</i>	263
Jorge Luis Lira da Silva	
A NATURALIZAÇÃO DO CUIDADO NO SISTEMA CAPITALISTA E OS IMPACTOS NO EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO FEMININO	301
Kenia Almeida Nunes	

Editorial

Rayane Oliveira

Editora Adjunta

É com grande entusiasmo que publicamos uma nova edição da Revista Bagoas: Estudos gays - gêneros e sexualidade, que chega aos nossos leitores reafirmando os tópicos de interesse do periódico, com análises críticas que vão além dos estudos gays, lésbicos e queer, abrangendo também teoria social, direitos humanos, cultura e política. Neste número, apresentamos com destaque o Dossiê *“Reflexões e experiências contra-hegemônicas e contra-coloniais em contextos de violência e exclusão social sob o prisma da interseccionalidade”*, que reúne um conjunto de produções que articulam interseccionalidade e as territorialidades das políticas públicas.

A publicação deste número foi possível, mais uma vez, graças a valiosa contribuição de todas as pessoas envolvidas: agradecemos aos autores que confiaram à Bagoas seus trabalhos de pesquisa, que abordam diferentes dimensões das questões de gênero e sexualidade; aos pareceristas, que colaboraram conosco na avaliação das propostas recebidas; e, em especial, aos proponentes do Dossiê temático desta edição: Professor Dr. Tadeu Lucas de Lavor Filho; Professor. Dr. Luis Fernando de Souza Benicio; Professora. Dra. Larissa Ferreira Nunes; e Professora. Dra. Patricia Marciano de Assis.

Esperamos que nossos leitores e leitoras apreciem os textos publicados nesta edição, assim como nós apreciamos sua criação. Boa leitura!

Rayane Oliveira
Editora adjunta

Dossiê

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

**REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS
CONTRA-HEGEMÔNICAS E
CONTRA-COLONIAIS EM CONTEXTOS DE
VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL SOB O
PRISMA DA INTERSECCIONALIDADE**

Prof. Dr. Tadeu Lucas de Lavor Filho (UECE),

Prof. Dr. Luis Fernando de Souza Benicio (UNICHRISTUS);

Profa. Dra. Patrícia Marciano de Assis (UNICHRISTUS),

Prof. Dra. Larissa Ferreira Nunes (UFC)

Tomamos este dossiê como um espaço de análise crítica e interdisciplinar que aborda as complexas interações entre violência, exclusão social e colonialidade, com ênfase nas perspectivas contra-hegemônicas, contra-coloniais e sob o prisma interseccional. Em um cenário marcado por desigualdades estruturais e históricas, o conceito de interseccionalidade se apresenta como um instrumento essencial para compreender as múltiplas formas de opressão que atravessam as vidas de indivíduos e coletivos marginalizados, considerando as articulações entre raça, classe, gênero, sexualidade e outras categorias de diferenciação social.

Com base em saberes situados, que reconhecem a pluralidade de vivências e subjetividades, o dossiê se alinha às correntes de pensamento de autoras e autores decoloniais e pós-coloniais, cujas obras questionam as formas normativas de construção da identidade e do sujeito, desafiando as categorias universalistas e homogêneas frequentemente impostas pela lógica colonial. Ao mesmo tempo, o dossiê se engaja com as práticas e estratégias de re-existência que visam reverter os efeitos de exclusão, discriminação e violência, promovendo a construção de espaços de resistência que operam a partir das especificidades culturais e identitárias de diferentes contextos sociais.

Esse espaço de reflexão teórico e metodológico proposto nesta coletânea de textos é fundamental para problematizar

a relação entre as políticas públicas e as formas de violência estrutural, já que essas, por sua vez, ainda dominam muitas esferas da vida social, especialmente nos campos da educação, da saúde e da justiça. O reconhecimento das múltiplas formas de opressão e resistência, bem como a valorização de saberes alternativos e decoloniais, são aspectos centrais para a efetivação de uma sociedade que, de fato, promova a equidade, a justiça social e o respeito aos direitos humanos em suas diversas dimensões. A interseccionalidade, enquanto um marco teórico e metodológico, oferece uma lente crítica através da qual se torna possível visualizar as condições desiguais e desumanizantes que afetam as trajetórias de vida de populações historicamente subalternizadas.

A análise crítica das políticas públicas existentes, à luz da interseccionalidade, permite compreender como as abordagens convencionais, frequentemente centradas em um único marcador de identidade, falham em atender de forma eficaz às demandas de grupos marginalizados. A inclusão de temáticas relacionadas à diversidade sexual, identidade de gênero e outras expressões identitárias nos currículos escolares e nas pesquisas acadêmicas, por exemplo, continua a ser um desafio, refletindo o silenciamento e a invisibilização dessas questões no campo científico e educacional.

Em um contexto de crescente ascensão do (neo)conservadorismo, as provocações e reflexões dos escritos que

compõem este dossiê se torna uma ferramenta crucial para resistir às narrativas que buscam silenciar e marginalizar os grupos historicamente marginalizados. O avanço de movimentos políticos e sociais de cunho conservador tem se caracterizado por um retrocesso significativo nas pautas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, aos direitos das mulheres, e às questões de raça e demais intersecções.

Nesse cenário, é imprescindível que espaços acadêmicos e científicos atuem ativamente na promoção de reflexões que desafiem as noções normativas de identidade e de poder, e que proporcionem novas perspectivas sobre a inclusão, os direitos humanos e a justiça social. É notório que a produção acadêmica que se dedica ao enfrentamento das violências estruturais e que dialoga com abordagens contra-coloniais e interseccionais ganha relevância como um meio de contestar as formas de opressão que buscam ser naturalizadas e reforçadas em tempos de ascensão do autoritarismo.

Por isso, este dossiê assume um papel fundamental na resistência intelectual e na construção de um contradiscírculo frente às tentativas de deslegitimação dos saberes críticos. Em um cenário em que a reconfiguração das pautas políticas frequentemente ameaça os avanços conquistados pelos movimentos sociais, o presente dossiê proporciona um espaço de visibilidade para as vozes insurgentes, valorizando as narrativas e experiências que, muitas vezes,

são ignoradas ou apagadas. A promoção de um espaço acadêmico que questione as ideologias conservadoras e busque a construção de alternativas transformadoras é fundamental para que se preserve e amplifique o debate sobre as múltiplas formas de opressão e as práticas de re-existência que surgem como resistência a essa onda conservadora. Em tempos de crise política e social, iniciativas como esta são fundamentais para a defesa da pluralidade, do respeito às diferenças e da promoção de uma educação e ciência verdadeiramente inclusivas e emancipadoras.

Portanto, o dossiê materializa uma reflexão sobre as possibilidades de articulação entre as práticas de resistência contra-hegemônicas e contra-coloniais. Através de uma análise desafiadora, observa-se as estruturas de poder e saber eurocêntricas ainda operantes nessa sociedade dita pós-moderna, nesse sentido, o dossiê se propõe a dar visibilidade a textos sobre/com práticas de resistência que emergem de sujeitos e grupos sociais que se colocam contra as normatividades estabelecidas pelo sistema colonial, patriarcal e neoliberal. Por fim, desejamos a todas, todos e todos uma boa leitura!

01

“SOBRE AQUELES QUE FOGEM DA POBREZA”: ANÁLISES INTERSECCIONAIS DA POBREZA SUBJETIVA EM CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

“ABOUT THOSE WHO ESCAPE POVERTY”: INTERSECTIONAL ANALYSES OF SUBJECTIVE POVERTY IN A UNIVERSITY CONTEXT

Vilkiane Natercia Malherme Barbosa

Doutora em Psicologia Ceará (UFC)

Professora do Centro Universitário Estácio do Ceará

Psicóloga e especialista em caráter de Residência em

Atenção Básica/Saúde da Família (UFPI).

E-mail: vilkimalherme@outlook.com

Verônica Morais Ximenes

Doutora em Psicologia (Universidade de Barcelona)

Pós-Doutorado em Psicologia (UFRGS)

Professora Titular (UFC)

Ouvidora Geral da UFC

Pesquisadora do CNPq - PQ-1D

E-mail: vemorais@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo analisa de forma interseccional a percepção da pobreza subjetiva entre universitários de instituições pública e privada no Nordeste. Foram realizados dois grupos focais com estudantes (n=22), majoritariamente pardos, do gênero feminino e com renda inferior a um salário-mínimo, analisados por meio da Análise do Discurso Crítica (ADC). Os resultados indicam que, embora o ensino superior represente um avanço na superação da pobreza, ele também gera novas vulnerabilidades. O deslocamento e as desigualdades estruturais impactam a permanência e o bem-estar dos estudantes, exigindo políticas que promovam equidade e apoio social. Consideramos que a superação da pobreza em um cenário de desigualdade estrutural demanda investimentos substanciais para viabilizar uma transformação social duradoura, tornando a educação uma prática genuína de resistência.

Palavras-chave: Pobreza subjetiva; Estudante Universitário; Educação superior; Vulnerabilidade social; interseccionalidade.

Abstract

This study analyzes intersectionally the perception of subjective poverty among university students from public and private institutions in Northeastern Brazil. Two focus

groups were conducted with students (n=22), mostly mixed-race, female, and with an income below the minimum wage, analyzed through Critical Discourse Analysis (CDA). The results indicate that, while higher education represents progress in overcoming poverty, it also generates new vulnerabilities. Relocation and structural inequalities affect students' retention and well-being, demanding policies that promote equity and social support. Overcoming poverty in a structurally unequal context requires substantial investment to enable lasting social transformation, making education a genuine act of resistance.

Keywords: Subjective poverty; University students; Higher education; social vulnerability; ntersectionality.

Introdução

Em contextos de crise social é necessária uma reflexão sobre a atuação que se tem tido junto as populações mais vulneráveis e se estas se alinharam as discussões contra hegemônicas que favoreçam uma práxis que aponte para o enfrentamento de processos de opressão e dominação ou são práticas de manutenção das estruturas desiguais de poder (Martín-Baró, 2017). Ademais, no que se refere à existência de populações vulnerabilizadas na América Latina, especialmente junto às pobrezas, são necessárias

práticas que levem em consideração, de forma ampliada, as questões de classe, raça e gênero, dentre outros marcadores sociais da desigualdade (Moura Jr., 2018). Pois, nos contextos sócio-políticos vividos na atualidade, torna-se ainda mais central a relevância de uma atuação que tenha como cerne o fortalecimento das perspectivas interseccionalidades e o fomento de práticas inovadoras que venham a potencializar as resistências e afrontamentos numa perspectiva de mudança social. Desta forma, ao considerar atuação junto a contextos de pobrezas, violências e desigualdades sociais, exigem do campo das interseccionalidades um esforço teórico-prático para com a construção de uma ciência decolonial com cunho intervencivo e que apresente um compromisso ético e político para com os emancipação das minorias sociais (Diniz; Mayorga, 2018).

Para tanto, nesta análise interseccional, fizemos a escolha estratégica de enfatizar gênero, raça, classe e os processos de permanência no contexto universitário. Esta decisão se baseia no reconhecimento da relevância destas categorias sobre os modos de vida das pessoas em contextos em que o privilégio e o poder, são afetados pelas intersecções entre estas categorias (Christensen; Jesen, 2012). Assim, entende-se como relevante reconhecer e fomentar estratégias de afrontamento das situações de pobrezas vividas pelos estudantes universitários no estado do Ceará,

que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2024), embora que seja possível observar uma redução de pessoas em pobreza entre os anos de 2021 e 2023, ainda temos 48,7% da população em situação de pobreza. E o rendimento médio do 1% mais rico chega a ser 34,4 vezes maior que os 50% mais pobres.

Considerando a pesquisa, enquanto ferramenta ético-política, numa perspectiva crítica é significativo construir perspectivas de atuação que dialoguem com as problemáticas vividas. E para tanto, o reconhecimento que esta precisa produzir reflexos sobre a vida cotidiana dos sujeitos sociais. Desta forma, fazer a escolha ético-política de colocar a pesquisa a serviço das necessidades concretas das maiorias populares, como a pobreza (Martín-Baró, 2017).

Assim, considerando as temáticas relacionadas às pobrezas, especialmente as que a consideram como um fenômeno psicossocial e com implicações aos modos de vida das pessoas, é perceptível que as vivências em situação de pobrezas as afetam para além das questões quantitativas (mais visíveis) como a falta de dinheiro, alimento, moradia, entre outros, mas também em questões subjetivas (menos visíveis) (Moura Jr, 2015). Entendemos que as questões (ou faces) subjetivas das pobrezas como a vergonha, humilhação, servilismo, autodepreciação, passividade, dentre outros, afetam a produção de subjetividades das pessoas que

vivem situações de pobreza (Góis, 2012). Pois estes aspectos subjetivos da pobreza se relacionam, segundo Ximenes et al. (2016, p. 146) “*a uma autopercepção vinculada à privação financeira e à responsabilização individual*”. Estes mesmos autores apontam como resultados dos seus estudos, que os aspectos subjetivos da pobreza têm implicações psicológicas as pessoas, pois existem pressupostos societários, que fomentam nas pessoas em situação de pobrezas o sentimento de que estas são responsáveis pelas condições de privações vividas (Ximenes, et.al., 2016). Restringindo os significados e causas das pobrezas à aspectos exclusivamente econômicos, culpabilizando os sujeitos pelas condições de desigualdades sociais vividas, sem uma discussão mais ampliada e crítica, levando a estes a sentimentos de vergonha, humilhação e auto depreciação por se encontrarem em situações de pobrezas (Moura Jr, 2018;).

Outro aspecto relacionado à perspectiva subjetiva da pobreza é o fatalismo, que segundo Martín-Baró (1998) é a passividade e resignação frente a uma crença em um destino imutável. Para os autores, Cidade et al. (2018) as expressões do fatalismo podem também serem reflexos da adaptação dos sujeitos mediante as duras realidades vividas, resultado da estrutura social capitalista opressora, que afetam inclusive a disponibilidade dos sujeitos para a participação social, comunitária e política. Sendo

importante, que sejam ofertadas as condições de vida para a afrontamento de atitudes fatalistas. Esta organização societária desigual sob uma matriz de privilégios-subalternidade, atravessa os modos de vida e produção de subjetividades das pessoas, e quando estas pessoas se encontram em situações de vulnerabilidades, violências e pobrezas, estas tendem a vivenciarem as fáceis mais perversas desse sistema (Espinosa et al., 2017). Desta forma, podemos inferir que as práticas sociais opressoras têm influências nas estruturas sociais mas também atuam no nível psicológico, afetando diretamente as produções de subjetividades e as liberdades individuais e coletivas das pessoas, as aprisionando numa espiral de enfraquecimento e auto deprecamento, especialmente quando em condições de pobrezas (Moura Jr., 2015).

A pobreza subjetiva enquanto fenômeno psicossocial também é constituída a partir e com estas relações e das interações dos sujeitos que interagem na realidade material e concreta (Dias, 2011). E nesse sentido é importante considerar a influência da colonialidade na forma de organização social, e nas desigualdades estruturantes que fomentam espaços de poder injustos aos grupos sociais, estando em posição de menor vulnerabilidade. Inclusive, culpabilizando os sujeitos pela sua própria miséria. Como ferramenta de subjetivação e opressão dos grupos vulnerabilizados.

Assim, provocar reflexões com aqueles e aquelas que sofrem diretamente o fenômeno é uma atividade contracolonial, pois coloca o sujeito que é cerceado em sua (re)existência em evidência, podendo apresentar o que atravessa o fenômeno da pobreza e como este pensa/reflete sobre os fenômenos, seus efeitos e as formas de afrontamento deste. Desta forma, este artigo propõe uma análise do fenômeno pobreza subjetiva partindo da perspectiva daquele que sofre com a pobreza, a partir de seus autorrelatos. O que acaba tornando-se uma lente de análise sobre a vivência de estudantes universitários frente a pobreza na cidade de Fortaleza. Assim, este artigo analisa de forma interseccional a percepção da pobreza subjetiva entre estudantes universitários de uma instituição pública e uma privada em uma capital do Nordeste. Ao centrar a discussão nas perspectivas daqueles que sofrem diretamente com a pobreza, busca-se não apenas compreender o fenômeno em suas múltiplas dimensões, mas também fomentar práticas que contribuam para a transformação social.

Percorso Metodológico

Foi adotado um delineamento de pesquisa qualitativa, com o intuito de desenvolver uma investigação socialmente implicada nas transformações sociais e nos enfrentamentos das pobrezas. Pautada em aspectos teóricos relacionados à

percepção de pobreza, desigualdade social e ensino superior, foi realizada Análise do Discurso Crítica (ADC) (Fairclough, 1989; Dias, 2011). A ADC é uma abordagem crítica-discursiva de questões sociais que como aponta Dias (2011) pretende oferecer uma compreensão acerca do discurso dos sujeitos situado no contexto histórico-político atravessado pelos conhecimentos e crenças resultantes de relações de saber poder. E nesse sentido, reconhecendo os atravessamentos que estes sujeitos sofrem da realidade vivida, e como estas afetam suas identidades e relações sociais.

Ademais, se reconhece a historicidade e os processos de subjetivação que os perpassam, mediados pelo capitalismo e pelas estruturas de poder e dominação presentes. E para tanto, percebe-se que a Análise do Discurso Crítica é uma possibilidade de lente analítica para as discussões advindas do encontro produzido nos grupos focais, pois, eles discutem a dialética entre as estruturas sociais, a saber: pobreza e desigualdades sociais, e os efeitos concretos destas sobre as trajetórias dos sujeitos (Rodrigues-Júnior, 2009).

Participantes da pesquisa

O estudo foi realizado com estudantes universitários de instituições públicas e privadas de uma capital do nordeste. Contou-se, nesta etapa, com a participação de 22 participantes nos grupos focais, com idades entre 18 e 44 anos ($M = 21$,

$DP = 5,72$). Sendo 16 de instituição privada e 06 de instituição pública. Sendo destas, 16 mulheres cis, 4 homens cis e 2 pessoas não-binárias. A maioria dos participantes declarou-se parda e tendo como renda menos do que 1 salário-mínimo. Para análise semântica da população- alvo participaram 30 pessoas, com idades entre 18 e 55 anos ($M = 29$, $DP = 2,12$). Destas 12 mulheres cis, 15 homens cis e 3 pessoas não-binárias. Quanto a renda, a maioria (43,3%) apontaram receber menos do que um salário-mínimo (R\$ 1212,00¹), seguido de pessoas que disseram receber de 3 a 5 salários-mínimos (R\$ 3.636 a R\$ 6.060). A amostra foi selecionada por conveniência, a partir da divulgação da pesquisa.

Instrumentos e procedimentos de pesquisa

O contato com os estudantes se deu a partir da técnica amostral da bola de neve (*snowball*) e as entrevistas foram gravadas e transcritas. Assim, foram realizados dois grupos focais realizados com perguntas semiestruturadas sobre pobreza, pobreza subjetiva, qualidade de vida e desigualdades sociais. Os grupos tiveram duração média de 1:45 minutos. Aos participantes foi solicitado que respondessem as seguintes perguntas: (1) “O que você acha que é pobreza?”; (2) “Por que vocês acham que existem pessoas pobres?”; (3) “Quais seriam as causas de existir pobreza”;

¹ Valor referência do salário-mínimo à época da coleta de dados da pesquisa.

(4) O que vocês acham que sente uma pessoa pobre?”; (5) “Como vocês pensam que é a vida de uma pessoa que esteja vivenciando situação de pobreza?”; (6) “Vocês conhecem pessoas próximas que vivem em situação de pobreza? Se sim, como vocês acham que a pobreza impacta na vida dessas pessoas?”; (7) “Considerando suas próprias vidas, como vocês se percebem diante da pobreza?”; (8) “Vocês acreditam que vivenciam uma condição de pobreza?”; (9) “Se você acredita viver uma situação de pobreza, como você acha que isso impacta na sua vida?”; (10) Pensando nas suas próprias vidas, que estratégias vocês acreditam que sejam boas para enfrentar a pobreza?”; “(11) Ao ouvir o termo pobreza subjetiva, o que você imagina que seja? (12) “Existe algo mais que você gostaria de falar sobre a sua percepção de pobreza?”. Ao final, responderam a perguntas de natureza sociodemográficas.

Análises das Informações Obtidas

Segundo Christensen e Jesen (2012), existem diversas formas de realizar análises interseccionais, sendo relevante considerar os contextos específicos e as relações de poder nelas envolvidas. Optou-se, então, pela Análise do Discurso Crítica (ADC) (Fairclough, 1989), uma abordagem crítica e discursiva que visa oferecer uma compreensão sobre os discursos dos sujeitos, considerando o contexto

sócio-histórico e político vivido por eles. A partir das gravações realizadas, o material transscrito foi analisado com o auxílio do software Nvivo (versão 14.0).

Questões Éticas da Pesquisa

No que tange à dimensão ética, foram consideradas as Resoluções 466/2012 e 510/2016 de ética na pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dizem respeito às questões éticas de pesquisa com seres humanos. As participantes obtiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ademais, é importante pontuar que o compromisso ético e social foi transversal a esta pesquisa, sendo que esta foi submetida e aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa, sob o registro CAEE: 59600022.2.0000.5054.

Resultados e Discussões

Os grupos focais realizados nas instituições levaram a refletir sobre os efeitos da pobreza subjetiva na vivência de estudantes do ensino superior. Como estes, a partir de suas vivências, anteriores e atuais, refletem as resistências interseccionais que têm sido possíveis. Ademais, é notório que está numa instituição pública ou privada, por si só, não é fator protetivo para a pobreza. No sentido, que em ambos os contextos, notou-se a relevância do fortalecimento de estratégias de enfrentamento da pobreza que incluam as estruturas

institucionais desses espaços de ensino. Considerando, as características sociodemográficas dos estudantes, percebe-se que a maioria vive com menos do que um salário-mínimo, e o auxílio de bolsas de permanência são essenciais para que estes possam continuar seus estudos. Ademais, nas instituições privadas, onde esses auxílios não são disponibilizados, boa parte, precisa trabalhar para ter condições de continuidade dos estudos, o que também apresenta um prejuízo, porque a sobrecarga de trabalho mais estudos é desgastante a maioria destes. Portanto, pensar a pobreza com estes estudantes do ensino superior revela questões que atravessam o acesso, mas, discorrem sobre a permanência e a resistências interseccionais.

Segundo os dados do Mapa do Ensino Superior - 2023, as mulheres representam cerca de 58,4% das vagas (Capelato, 2023). No nosso estudo este dado foi maior. Acreditamos, que parte disto, diz respeito aos respondentes serem graduando do curso de psicologia, que historicamente tem sido um curso ocupado majoritariamente por mulheres. Essa amostra também conta com a participação de cerca de 62% dos estudantes em ensino privado, nos dados do Ceará sobre matrículas, também há uma maioria de estudantes mulheres em instituições privadas (74,5%) (Capelato, 2023). Ainda em relação aos dados do Mapa, os dados sobre raça são próximo os da amostra, tendo maior porcentagem de

pessoas autodeclaradas brancas e pardas (Capelato, 2023). O que dialoga com os achados desta pesquisa. Para tanto, vamos analisar os achados, com maior profundidade, nas sessões seguintes, a vivência de inclusão/exclusão no Ensino Superior e a percepção de pobreza apresentada por estes estudantes.

Os que “fogem da pobreza” e a vivência de inclusão/exclusão no Ensino Superior

Para tanto, entende- que a universidade é um espaço de profundas contradições, em que a construção do conhecimento é postulada a partir de lugares, muitas vezes, estrangeiros àqueles que a ocupam (Grosfoguel, 2016). Quando pensamos no acesso e permanência no ensino superior, é preciso reconhecer os muitos atravessadores dos sujeitos que ocupam este espaço. Seja na universidade pública ou privada, tem sido um desafio a pessoas em situação de pobreza, o acesso e a permanência nestes (Jannuzzi, 2022).

É evidente que pessoas pobres têm conseguido alçar cada vez mais esses espaços, e as políticas afirmativas são responsáveis pela maior democratização de acesso ao ensino superior. Contudo, facilitar a entrada ainda está longe de garantir a permanência e a conclusão do curso (Souza, 2003). O próprio espaço universitário faz emergir um sentimento de não pertença desses sujeitos, que não

se veem representados nas teorias, nem nos espaços de discussão ou nas práxis propostas (Grosfoguel, 2012).

Ademais, a vivência da pobreza está muito além da falta de dinheiro, está atrelada a oportunidades desiguais de acesso (Sen, 2010). E, para tanto, estar em situação de pobreza torna o acesso à direitos básicos como a educação um desafio, especialmente, quando se trata do ensino superior (Souza, 2003). A universidade, como espaço social, também escancara as desigualdades sociais, pois como espaço historicamente de privilégios, que tem sido ocupada por outros setores, subalternizados, fomenta-se estranhezas entre àqueles que acreditam pertencer as classes mais privilegiadas e àqueles que almejam alcançar estas, em busca de melhores condições de sobrevivência e qualidade de vida (Jannuzzi & Montagner, 2020).

A partir do estudo realizado aponta-se que acessar o ensino superior é uma etapa em meio ao processo de enfrentamento da pobreza que os estudantes vivenciam, ao mesmo passo, que também os vulnerabiliza, desde o processo de mudança de cidade para poder acessar ao ensino superior, como visto no relato a seguir:

Eu sair da minha cidade, da minha casa, pra poder estudar, e tipo, desapropriado do mínimo pra conseguir acessar, e, tá sempre correndo, indo atrás, e lutando, e você chega no espaço, como esse da universidade, que não foi

feito pra você, e você tem que se adaptar, que lutar, que resistir, faz a gente lidar com tristeza, com estresse, com a solidão (Participante 2 – Instituição Pública).

Ademais, os auxílios estudantis presentes na universidade pública, se apresenta como ajuda, mas, também como processo burocrático e que não reconhece as reais necessidades dos sujeitos, como apontado a seguir:

Eu me lembrei do momento que eu fui aplicar o auxílio de inserção acadêmica, e assim, são critérios, muitos critérios para você conseguir essa bolsa, muito exaustivos, você escreve um texto enorme falando de toda a sua situação, você não pode ter um emprego se tiver essa bolsa, você não pode associar um outro auxílio, por exemplo, o de moradia (Participante 3 – Instituição Pública).

Abreu e Ximenes (2021) apontam que embora importantes as políticas de permanência estudantil, ainda são insuficientes para suprir as necessidades de subsistência de estudantes pobres na universidade, que por vezes, mesmo conseguindo acesso a alguma das estratégias da política, ainda necessitam de ajuda para ter condições mínimas de permanecer no curso. Contudo, é a única alternativa para muitos estudantes “*a minha única fonte de renda são as bolsas estudantis, então, se precisar de apoio financeiro eu não posso contar com a minha família*” (Participante 3 – Instituição Pública).

Ademais, esta parece uma alternativa mais favorável do que a realidade dos estudantes trabalhadores, como visto a seguir:

“Você vai pra aula de manhã, o professor passa cinco textos pra ler, depois da aula você vai ter que trabalhar, e só chega em casa à noite exausto, você não consegue ler, então, isso vai tolhendo até as possibilidades formativas né?! Que precisariam ser ampliadas né?! Então, pensando aqui, na pobreza como ausência, como falta, isso aqui não é uma falta só presente, mas é futura também né?!” (Participante 5 – Instituição Pública).

Já os estudantes de instituição privada apontam as dificuldades de manutenção no curso, como a seguir:

“Como a gente não tem uma instabilidade financeira, a gente tem medo do amanhã, ‘será que eu vou poder continuar o curso?’” (Participante 1 – Instituição Privada).

E o quanto também é um processo adoecedor forjar estratégias para conclusão do curso, pois elas rivalizam com necessidades de subsistência, como a seguir:

“Trabalho é um negócio complicado, se você for pensar pela lógica, ganhar um salário-mínimo vai dar pra mim pagar minha faculdade, e pronto acabou, e aí? Como é que eu vou me alimentar, pagar meu aluguel? Porque eu não tenho casa própria. Como é que vou pagar meu transporte pra poder vir pra cá? Minha alimentação, entende? Então, é muito precário.” (Participante 7 – Instituição Privada).

Além disso, consideram que existem segregações entre aqueles que possuem certa condição financeira e aqueles

que não, apontando, inclusive prioridades dos mais privilegiados na possibilidade de se expressar dentro dos espaços de aula, como é possível observar na fala do participante 2:

“Então, tem essas permissões envolta de quem não é atravessado pela pobreza, e como isso também está embutido nas relações, porque uma pessoa falou enquanto alguém tá calado, alguém se coloca e outra pessoa deixa de se colocar, e isso vai se reproduzindo de uma forma que é absurdo você olhar, porque é óbvio, são pessoas que tiveram validações e aceitações a vida inteira, então no espaço acadêmico, ou qualquer outro espaço, essas pessoas se sentirão no direito de falar, porque as suas palavras merecem ser ouvidas, e eu fico pensando em quais palavras deixam de ser faladas e que outras realidades deixam de ser compartilhadas. Que é um jogo de poder como sempre é”. (Participante 2 – Instituição Pública).

Desvelando a não democratização do espaço. Para Bento (2009), as pessoas que sempre foram privilegiadas, seguem sendo, os espaços acadêmicos, não tem forjado, de forma mais profunda oportunidades aos sujeitos. Souza (2003) aponta que estudantes pobres, não se percebem incluídos nos espaços formativos das universidades, é como se a entrada destes já fosse por si só, um fator de sorte, e não de merecimento. E nessa lógica, estes devem sobreviver a estes espaços, sem ameaçar a estrutura já ‘estabilizada’

de privilégios daqueles que tem o espaço acadêmico como caminho ‘natural’. Assim, não é apenas uma disputa de produção de conhecimento, mas, também de quem pode ou não tomar pra si e fazer parte da construção deste (Grosfoguel, 2016). Forjando ilhas, onde os “excluídos” dialogam e criam os seus afetos entre si:

“E o quanto também eu não consigo me conectar com outras pessoas desse curso, porque elas só são completamente alheias a isso, sabe?! Não dar pra se conectar com essas pessoas, porque elas são simplesmente alheias ao que a gente vive, ao que gente passa, e é claro que a dimensão de como a pobreza me afeta é bem diferente de como a pobreza afeta meus colegas e minhas colegas, mas, ainda assim tem esse elo entre a gente, coisas que a gente passou” (Participante 5 – Instituição Pública)

Ao passo, que mesmo reconhecendo as contradições do espaço, também é o lugar de sonhar com uma vida melhor “*Muitas pessoas, não tem nem a possibilidade de estar aqui, que nem a gente está. Isso pra mim, é uma grande conquista*” (Participante 6 – Instituição Privada). Ou ao menos de “fuga da pobreza”, como aponta o entrevistado:

“Eu sempre ficava pensando por que eu não quero voltar ao lugar de onde eu venho? E tipo isso me quebra tanto, porque não é que eu não tenha relação com as pessoas, sabe, não é porque eu não tenha relação com o lugar, é

porque eu estou em constante fuga da pobreza sabe? Da pobreza, das ausências, das faltas, do que for, sabe?!”
(Participante 2 – Instituição Pública)

O que ao passo que mostra esperança, de alçar condições melhores de vida, também cria distâncias e fragiliza os vínculos familiares, daqueles que ficaram em caminhos outros, lembranças constantes do lugar que não se quer mais pertencer (Souza, 2017). Como também, um sentimento de insegurança constante daqueles que ocupam estes lugares de mais pobrezas, e por processos educacionais estão alcançando a possibilidade de ter alguma mobilidade social (Harvey, 2014). Há sempre uma necessidade de se precaver, de lutar mais, de aceitar condições precarizadas, porque não se percebe tendo o suficiente (Fisher, 2020).

E a elite também deixa um recado de não pertencimento a estes, que podem ser facilmente identificados como estranhos ao lugar de privilégio, seja pela roupa que vestem, pelo tom da pele (Souza, 2017). Ou a inclusão de forma perversa, que como Sawaia (2017) aponta funciona como apaziguamento das mazelas sociais que a pobreza infringe as pessoas, ao mesmo passo que fomenta espaços de pertencimento e não pertencimento destes. Ademais, como aponta Jannuzzi e Montagner (2020), a implantação e inserção das políticas públicas no Estado de bem-estar social não buscam visibilizar as estruturas que provocam as desigualdades, colocando,

desta forma, em evidência o beneficiário, que é visto como alguém que “não lutou para ter o suficiente” e espera a “ajuda” do governo. O que numa sociedade meritocrática como a nossa é visto com menosprezo.

Assim, mesmo reconhecendo que existem políticas educacionais que facilitam o acesso ao ensino superior, como o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e os sistemas de cotas. Até a realização da prova é um processo desafiador para muitos sujeitos, como o exemplo, de uma das participantes:

“Questão de ENEM, fiz ENEM, mas infelizmente quando eu morava na minha cidade, eu não tinha condições de fazer, porque na minha cidade não tem, tá entendendo? Pra eu poder ir fazer, eu tinha que me locomover pra outra cidade, e pra outra cidade eu precisaria ter dinheiro pra eu pagar o transporte de ida e volta e alimentação. Ou seja, são muitas coisas que acabam dificultando a vida do pobre” (Participante 7 – Instituição Privada).

Neste sentido, como apontar a esta estudante que as condições de acesso são equivalentes? Como assumir que a democratização do ensino superior consegue alcançar a todos os sujeitos? E que a educação é mesmo uma possibilidade de transformação social? Enquanto outros tem cursinhos, aulas de reforço, aula de línguas, além do ensino básico qualificado, há aqueles que nem acesso a prova possuem.

Os que “fogem da pobreza” e suas percepções do que seja a pobreza subjetiva

Quando questionados sobre suas percepções sobre o que é pobreza, algumas respostas possíveis, apontavam para uma perspectiva multidimensional da pobreza (Sen, 2010), como pode ser visto a seguir:

“No meu ponto de vista, pobreza é quando a questão financeira interfere em você ter acesso a cultura, a esportes, a um equipamento de saúde digno, a um atendimento de saúde digno. É quando você não tem acesso ao saneamento básico e uma alimentação digna também”. (Participante 8 – Instituição Privada)

“Mas, assim, quando eu penso em pobreza, eu penso que é você vivenciar faltas, e essas faltas são de múltiplas formas. E aí tem aquela pegada multidimensional da pobreza, que fala de renda, trabalho, educação, saúde, mas, é bem mais amplo. Quando a gente experiencia qualquer coisa na vida, a gente é atravessado. Quando eu vou no mercantil, quando eu vou na feira, porque que eu quero ir na feira, e porque não quero ir no mercantil, sabe!? Eu acho que são vários sentidos que vão se passando, que vão construindo assim, essas ausências, essas faltas. Uma ideia de pobreza relacionada a falta”. (Participante 4 – Instituição Pública)

Assim, algumas das percepções de pobreza apresentadas refletem uma ideia de pobreza mais complexa, para além da renda, que afeta também as possibilidades de acesso, a

bens de consumo, mas, também a cultura, educação, saúde, segurança social. Neste sentido, ser pobre é mais do que não ter dinheiro, se atrela a falta de acesso (Sen, 2010).

É reconhecido também que a vivência em pobreza tem efeitos para além da privação material, afetando aspectos subjetivos de quem vive tal condição, como é apontado pela participante 9:

“Eu acho que está ligado, pra além do material, é claro que o material é importante também. Mas, além disso em como ela afeta em questões psicológicas e emocionais principalmente. Também de como afeta no desenvolvimento educacional, para além do que é material”.
(participante 9 – Instituição Privada)

Nepomuceno (2021) também pondera que a vivência em pobreza ocasiona efeitos negativos sobre a saúde mental dos sujeitos. As autoras Accorssi & Scarparo (2012) consideram que condições de pobreza afetam a produção de subjetividade dos sujeitos, bem, como sua percepção sobre si e sua qualidade de vida. As dores da pobreza não só apenas materiais, são psíquicas, à medida que afetam a produção de sentido dos sujeitos, suas possibilidades de vida, esperanças. Além do estresse cotidiano de viver com menos do que o necessário para viver (Góis, 2012). Sobre esse estresse cotidiano, a participante 7 aponta no relato de sua vivência:

“O que me estressa bastante em relação a pobreza, é que muitas pessoas né, as outras classes, identificam que a gente né, eu me considero uma pessoa pobre, que a gente acaba se acomodando com a forma de viver. Mas, no meu ponto de vista, não é uma questão de se acomodar. A gente não se acomoda. É porque a gente não tem na verdade, meios para gente poder conseguir algo melhor pra nossa vida, né? Tanto que pra mim está aqui, pra mim é uma graça que eu pensei que nunca na minha vida eu pudesse proporcionar isso pra mim, porque eu vim de uma cidade muito pequena, onde não se tem questão nem de um salário-mínimo para se pagar. Eu sempre trabalhei desde os 11 anos de idade. Pra ter noção com 11 anos eu comecei a trabalhar e no máximo que eu ganhava era 80 reais por mês, sendo que trabalhava de domingo a domingo. Após isso, aumentou pra 150 reais, em outra casa, casa de família, trabalhando da mesma forma, nunca teve um aumento. Depois eu passei pra trabalhar em uma sorveteria, aumentou 30 reais, 180 reais. Passei pra trabalhar em uma padaria, 200 reais. Ou seja, nunca tem um momento, pelo menos no meu ponto de vista, do que eu vivia, um crescimento. Por mais que eu sempre trabalhei desde pequena, desde muito nova pra ajudar dentro de casa, a gente nunca progrediu, porque na verdade, a sociedade em si, não nos dar esse caminho de possibilidade, entende? A gente acaba vivenciando, infelizmente, é o que tem, é o que tem para oferecer”.(participante 9 – Instituição Privada)

O relato da participante 9 evidencia o olhar que ela percebe refletido naqueles que possuem mais, o de que

o pobre é pobre porque é acomodado, porque não quer mudar de vida, e porque quer. O tão conhecido discurso de culpabilizar o sujeito pela própria condição de pobreza, o apontando como incapaz, acomodado ao lugar de pobreza (Estanislau & Ximenes, 2016). Porém, o que se desvela em seu relato é uma história partilhada por tantas outras mulheres em condição de pobreza, a do trabalho precarizado, em condições tão vis, que impossibilitam quaisquer possibilidades de mobilidade social. Estamos diante do relato de uma mulher preta, que como tantas outras iniciam a trabalhar ainda na infância, no serviço doméstico, recebendo quase nada, uma quantia, que não representa nem 10% do valor do salário-mínimo (Bernadino-Costa, 2015). Ao longo do relato, pode se vê uma trajetória cerceada pela pobreza extrema, pela necessidade de resistir e pelas ausências de políticas públicas assistências que pudessem garantir o direito da criança, que foi, de acessar a escola, de ter segurança social, e protegê-la da exploração do trabalho infantil. Nada disto, foi feito. Mesmo que o trabalho seja uma forma de enfrentamento é reconhecido que nem todos os trabalhos ofertam possibilidades reais de mudança social, tal como visto a seguir:

“Eu acho que é um sentimento ruim, acho que a pessoa chega tem aquela coisa, de dizer ‘há, aquela pessoa tem até um empregozinho melhor, mas, a gente tá vendo que

ela continua sendo pobre', e isso pega muito, porque tem a ver com comportamento e com o jeito de operar, de entender o mundo". (Participante 11 – Instituição Pública)

Desta forma, emergem também sentimentos de desesperança frente a pobreza, que é vista, por alguns participantes como um projeto, de desarticulação e subalternização dos sujeitos pobres, para a manutenção de estruturas de desigualdade social:

“Eu entendo que a pobreza como um arranjo, um projeto político, um arranjo socioeconômico que impacta a população mais vulnerável, tanto na sua dimensão objetiva, que é você não ter o que comer, mas, também como um arranjo ideológico né? Tipo como se fosse uma intenção subjetiva daquilo que essa ideologia dominante quer colocar né?! Quer impor, essa questão do estigma, de culpabilização, de uma individualização dos problemas e tal” (Participante 3 – Instituição Pública).

“Bem marxista eu, mas, assim, o capitalismo ele não é uma estrutura abstrata, ele é uma estrutura operada por pessoas, e essas pessoas têm o nome, um endereço, um lugar, uma cor, enfim, vários privilégios. São a classe dominante, e para que essa classe se mantenha dominante ela precisa de uma população se mantenha vulnerável, para que ela se mantenha nessa estrutura de poder”. (Participante 4 – Instituição Pública).

Desta forma, os participantes apontam para um entrelaçamento entre condições materiais e socioeconômicas,

mas, também, dos impactos subjetivos que isso acarreta. Pois, considerando a relação entre os sujeitos e a sociedade é importante compreender que o que se constrói macro estruturalmente afeta também a constituição de subjetividade nas microestruturas (Harvey, 2014). Tornando cada um de nós também parte dessa engrenagem, forjando expectativas de mudança de vida pelo trabalho, pelo esforço, sem considerar as estruturas sociais que forjam nosso modo de trabalho e de vida (Fisher, 2020). Assim, a falácia da meritocracia também vai se proliferando, como é visto no relato a seguir:

“Eu acho que é uma questão também muito histórica. Porque se a gente parar pra observar essa questão, vou dizer assim, de uma certa forma ideológica, de tipo assim ‘você só tem se você realmente se esforçar’ e isso vem se perpetuando durante muitas gerações. Os nossos pais contam isso para a gente, quando a gente é criança. Eu escuto os meus pais falando essas frases com meus irmãos, que são crianças ainda, pra fazer com que eles sintam vontade de estudar”. (Participante 13 – Instituição Privada)

Assim, continuamos a nos esforçar para o enfrentamento da pobreza, visando a educação, e por conseguinte, melhores condições de trabalho, como modos de sobrevivência e escape da condição de pobreza. Desta forma, uma perspectiva de responsabilização individual sobre

o afastamento/enfrentamento de condições de pobreza também é fortalecida (Nandori, 2015). E com isto, uma percepção de insegurança, de vigilância constante para que não se atinja níveis de pobreza extrema, como no relato a seguir:

“Sinto privilegiada, por hoje em dia, eu ter essa condição de está aqui, porém, eu vivo em insegurança. Como a gente não tem uma instabilidade financeira, a gente tem medo do amanhã, ‘será que eu vou poder continuar o curso?’, então, isso é viver na pobreza pra mim. Porque eu não sei se vou poder continuar meu curso, hoje em dia, eu vivo numa casa própria, mas, se meu marido perder a renda dele, que não é muita.... Então, assim, isso vai limitar. Eu conheço pessoas, que já tiveram uma casa, hoje em dia não tem mais, tem que ir morar de aluguel, vende, tem que pagar os estudos do filho. Então, assim, tudo é prioridade. Então, viver assim, nessa linha da insegurança, nos coloca em condição de pobreza”. (Participante 6 – Instituição Privada).

Outro aspecto relevante considerado foi que ter moradia ou transporte, ou condições mínimas de sobrevivência não muda a percepção de que se vive com menos do que o suficiente para ter uma boa vida. Como o relato aponta:

“Em relação a isso, uma pessoa que tem um carro ou uma casa não é uma pessoa rica, entende? Eu posso até ter um carro, uma casa, ter comida, mas, isso não quer

dizer que eu seja uma pessoa rica, mas, eu não tenho
não viu gente?! Só pra lembrar (risos)”. (Participante
11 – Instituição Privada)

Ademais, embora que o discurso que possuir casa e transporte é um privilégio exista, entre os entrevistados. Há também um contraponto, que identifica que existe uma inversão de valores sociais importantes, quando ter casa é reconhecido como privilégio e não direito.

“E vocês não acham que é falar de meritocracia também, ficar apontando ter casa, ter carro, como um grande privilégio, porque na real, ter casa deveria ser um direito, e não um privilégio. Tipo, deveria ser o básico, ter casa, ter comida, ter o mínimo. A gente tá falando como se fosse um enorme privilégio, tem no ECA que toda criança por lei deveria ter uma casa, comida, acesso à educação. Como que a gente se organiza como sociedade, pra ficar vendendo o básico como privilégio. Tipo, que tipo de sociedade a gente é? Tipo, eu não consigo ficar apontando ter casa como privilégio, isso é direito”. (Participante 10 – Instituição Privada).

Além disso, há um marcador geracional relevante. Alguns relatos, como os que veremos a seguir, percebem que há uma melhoria na qualidade de vida, se comparados a vida de seus antecessores. Para estes, as gerações anteriores de suas famílias viveram condições de pobreza ainda mais intensas, que foram superadas com muito esforços destes:

“Eu acho que eu me vejo muito privilegiada, na frente da história da minha família, que vem do interior, que não tinha nem acesso à escola. Minha mãe ela conseguiu se formar, ela tem graduação em história, que é extraordinário. Porque ela ainda era mulher, nem podia sair para fazer faculdade, e que nada disso, chegou a mim. Tipo assim, eu nunca tive nenhuma limitação, com relação a ser mulher, com relação a sofrer racismo, ou qualquer tipo de limitação que a minha família tinha. Então, assim, na frente de tudo, eu me vejo muito bem, e, ainda assim, me vejo pobre, como quase todo mundo, mas, ainda assim, me vejo privilegiada”. (Participante 14 – Instituição Privada).

Neste sentido, demarca-se a relevância do caráter histórico da pobreza, que mesmo considerando que tem tido seus efeitos amenizados, atravessa as histórias familiares desses sujeitos há gerações. Desvelando que a superação da pobreza não é simples. Ela está vinculada a condições histórias de desigualdades sociais que marcam gerações e gerações de famílias em situação de pobreza. Uma análise dessa conjuntura vem demonstrando porque a apostila destes sujeitos tem sido a entrada no ensino superior, como forma de superação da pobreza. Mesmo que atrelado a essa entrada haja os desafios constantes da permanência no ensino superior.

Há também uma perspectiva de que uma das possíveis saídas ou enfrentamentos a condição de pobreza estão

atreladas as políticas públicas, como é visto a seguir: “*A gente vê também que é importante políticas públicas, né? Que possam dar apoio, tentar minimizar essas questões de pobreza*” (Participante 1 – Instituição Pública). Assim, pensa-se que embora haja o reconhecimento dos efeitos da pobreza no processo de subjetivação dos sujeitos, há também uma perspectiva de mobilização social pela possibilidade da educação superior, poder alçar resistências. Contudo, a romantização do ato de entrar no ensino superior, como ato de superação, não ameniza os efeitos das privações vividas por estes sujeitos. É no olhar para a pobreza enquanto fenômeno social que outras saídas vão se forjando para essa fuga constante, que oras põe em risco a própria subsistência ora põe em risco a própria formação universitária. E as políticas públicas para mitigação ou enfrentamento dos efeitos da pobreza e das desigualdades sociais parecem representar uma importante chave para essa mudança.

Ademais, é importante fortalecer estratégias de enfrentamento a pobreza dentro do espaço universitário que possibilite também uma mudança epistemológica e no lugar que ocupa o estudante em situação de pobreza, para que além das condições concretas sejam revistas as relações acadêmicas, de teorização e de possibilidades de fala, que tem ainda priorizado o discurso dominante (Dias, 2011). A reivindicação dos que falaram nesse micro espaço de

pesquisa é também pela luta de legitimação do lugar social universitário, como um espaço dialógico e plural que inclua suas perspectivas de vida e de realidades concretas na construção de conhecimento.

Neste sentido, entendemos como relevante as contribuições de Moura Jr (2015), que entende que as práticas de resistências podem se apresentar enquanto estratégias de afrontamentos das desigualdades sociais e das pobrezas, pois estas emergem da reflexão crítica e da indignação das pessoas que vivenciam realidades de dominação. Segundo este mesmo autor, estas práticas estão imbricadas ao fortalecimento da capacidade de agência das pessoas. Sen (2010), a agência aponta para uma capacidade de ação, que se relaciona ao exercício das liberdades, sendo o agenciamento a própria capacidade de exercer ações que são importantes e justas as pessoas. Esta ação é concreta e atua no âmbito do comum, sendo necessário o apoio social e oportunidades concretas, muitas vezes advindas das políticas pública, especialmente às de caráter afirmativo e de inclusão (Moura Jr, 2015)

Henning (2015) também aponta a relevância de investir em agenciamentos interseccionais que apontem para articulação das categorias raça, classe e gênero com as discussões e reflexões entre os mais diversos marcadores sociais, que não só os que demarcam violências, mas também os

processos resistência. Sawaia (2014), também entende a relevância de produzir o que ela denomina de resistência ativa, que afronte as situações de opressão e dominação, mas que também aproxime as pessoas da alegria de sentir suas potências aumentadas, numa perspectiva de ação comum, e não individualizada, que tenham suas forças voltadas ao bem comum, visto que assim, a potência de agir de cada um(a) aumenta.

Considerações Finais

Para tanto, analisa-se que avanços e embotamentos se reúnem nas experiências de universitários em uma diversidade de conflitos que envolvem a sua permanência no Ensino Superior. A fuga da pobreza em um país que decreta futuros em gerações vulnerabilizadas socialmente precisa de investimentos significativos e comprometidos para uma transformação social coletiva que perdure e torne a educação, de fato, uma prática duradoura de resistência.

Ademais, pensar a pobreza subjetiva a partir dos atra- vessamentos produzidos nas experiências dos sujeitos em análise, provoca a necessária reflexão sobre os aspectos inter- seccionais de quem vive a mazela social da pobreza, e como resistir a este processo em meio às relações tão desiguais. Além disso, a análise das percepções do fenômeno, apresen- tam aspectos que revelam aspectos concretos e subjetivos que

se entrelaçam as vivencias dos sujeitos. As políticas públicas de acesso e permanência no Ensino Superior precisam ser mais assertivas e efetivas para produzirem condições mais justas e equânimis para estes sujeitos.

Entende-se também que estudos futuros podem explorar questões mais vinculadas a trajetórias familiares que cerceiam os estudantes. Foi percebido indícios que as condições socioeconômicas dos familiares mais próximos são importantes questões para compreensão do lugar ocupado por estes, pois, aqueles que podiam contar com o apoio de familiares, mesmo que pessoalmente não possuíssem renda, conseguiam ter melhor bem-estar subjetivo do que aqueles que não podiam. Principalmente, reconhecendo que alguns destes ainda apoiam suas famílias. Assim, uma análise sob esse viés pode apresentar outras pistas sobre a complexidade desse fenômeno.

Por fim, pensa-se que analisar interseccionalmente a vivência de estudantes pobres na universidade pública e privada é um desafio, que provoca ao mesmo passo que um olhar sobre as condições de acesso e permanência destes no espaço do ensino superior, como desvela que o acesso, sem suporte provoca um processo de inclusão perversa, que pode ter como consequências adoecimentos psíquicos arrojados a própria experiência de formação universitária. Desde as ausências concretas, como as dificuldades

de moradia, transporte e alimentação até as violências subjetivas, como o silenciamento e o isolamento forjam processos de opressão-dominação que fragiliza as subjetividades dos sujeitos. Importante, frisar que as relações afetivas, parecem fortalecedoras para os sujeitos que veem nestas, fonte de resistência. Assim, como as discussões que ampliam o olhar sobre o fenômeno da pobreza, se afastando de perspectivas culpabilizantes e fatalistas, para o reconhecimento das macroestruturas de desigualdades que forjam a pobreza como projeto social de manutenção de desigualdades. Desta forma, a discussão possibilita a reflexão-ação que pode fomentar novos projetos de resistências interseccionais que favoreçam outras formas de vida mais justas e igualitárias.

Agradecimentos:

Agradecemos à Capes pela bolsa de doutorado concedida à primeira autora e ao CNPq pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa PQ 1D/CNPq concedida à segunda autora. Ambas foram importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. K. D. A.; XIMENES, V. M. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicosocial. **Psicologia USP**, v. 32, e200067, 2021.

ACCORSSI, A.; SCARPARO, H. B. K. “Será que atirei pedra na cruz?”: pobreza e identidades em tensão. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 11, n. 2, p. 292-300, 2012.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (Org.). **Psicologia do racismo no Brasil**: estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 25-58.

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 147-163, 2015.

CAPELATO, R. (Org.). **Mapa do Ensino Superior do Brasil**. Instituto Semesp, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CHRISTENSEN, Ann-Dorte; JENSEN, Sune Qvotrup. Doing Intersectional Analysis: Methodological Implications for Qualitative Research. **NORA**, v. 20, n. 2, p. 109-125, 2012. DOI: 10.1080/08038740.2012.673505.

CIDADE, Elívia Camurça; ESMERALDO FILHO, Carlos Eduardo; MOURA JÚNIOR, James Ferreira; XIMENES, Verônica Morais. Escala Multidimensional de Fatalismo: Validação da Versão para Contextos de Pobreza Rural. **Revista de Psicología**, v. 27, n. 2, p. 1-13, 2018. DOI: 10.5354/0719-0581.2019.52317.

DIAS, J. de F. Analistas de discurso e sua prática teórica e metodológica. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 213-246, 2011.

DINIZ, André Geraldo Ribeiro; MAYORGA, Claudia. Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, e165432, p. 1-12, 2018.

ESPINOSA, Yuderkys; GÓMEZ, Diana; LUGONES, María; OCHOA, Karina. Reflexiones Pedagógicas em torno al feminismo descolonial: una conversa en cuatro voces. In: WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales: Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir**. Tomo I. Ecuador: Abya-Yala, 2017. p. 403-441.

ESTANISLAU, M. A.; XIMENES, V. M. Vivências de humilhação e vergonha: uma análise psicossocial em contextos de pobreza. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. (Org.). **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 121-146.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GÓIS, César Wagner de Lima. **Psicologia clínico-comunitária**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GROSFOGUEL, R. The dilemmas of ethnic studies in the United States: between liberal multiculturalism, identity politics,

disciplinary colonization, and decolonial epistemologies. **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**, v. X, n. 1, p. 81-90, 2012.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014. Disponível em: <https://encurtador.net/rtIOW>.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900/pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

JANNUZZI, P. de M. Avaliação de impacto de programas e projetos educacionais e culturais. **Revista Observatório**, v. 33, p. 1-12, 2022.

JANNUZZI, P. M.; MONTAGNER, P.; TAIRA, E. Mobilidade social e interseccionalidade: o que mudou para negros e mulheres nos últimos 30 anos no Brasil? **Anais**, 2020, p. 1-19.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Organização de Lacerda Júnior, F. Petrópolis: Vozes, 2017.

MOURA JÚNIOR, James Ferreira. **Psicologia Comunitária Revisitada: potências e lacunas em tempos de crise**. **Psicologia Política**, v. 18, n. 42, p. 428-432, 2018.

MOURA JÚNIOR, James Ferreira. **Pobreza multidimensional e bem-estar pessoal**: um estudo acerca da vergonha e da humilhação. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NANDORI, E. S. How did subjective well-being change in Hungary due to the economic crisis? **Social Indicators Research**, v. 126, p. 241-256, 2015. DOI: 10.1007/s11205-015-0878-9.

NEPOMUCENO, B. B. **Implicações psicossociais da pobreza e suas influências na saúde mental e no apoio social de mulheres em contexto rural**. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49253>. Acesso em: 7 jan. 2025.

RODRIGUES JÚNIOR, A. S. Análise crítica do discurso: modismo, teoria ou método? **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 9, p. 99-132, 2009.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2017.

SAWAIA, B. Transformação social: um objeto pertinente à Psicologia Social? **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 4-17, 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jailson de et al. “**Por que uns e não outros?**”: caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

XIMENES, V. M.; MOURA JÚNIOR, J. F.; CRUZ, J. M.; SILVA, L. B.; SARRIERA, J. C. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v21n2/1413-294X-epsic-21-02-0146.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018. DOI: 10.5935/1678-4669.20160015.

02

A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE SAÚDE COM RECORTE DE GÊNERO: MULHERES, HOMENS E LGBTQIA+¹ EM MEIO A DISPUTAS, CONFLITOS E TENSÕES

THE CONSTRUCTION OF NATIONAL HEALTH POLICIES WITH A GENDER APPROACH: WOMEN, MEN AND LGBTQIA+ IN THE MIDST OF DISPUTES, CONFLICTS AND TENSION

Rodrigo Broilo

Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ)

Psicólogo do Centro de Referência e Acolhimento

LGBT+ da Prefeitura de Ouro Preto-MG

E-mail: rbroilo@gmail.com

¹ Utiliza-se a nomenclatura LGBTQIA+ por ser a sigla oficialmente utilizada pelo governo federal desde 2024, porém respeitou-se as siglas dos documentos conforme foram utilizadas previamente.

RESUMO

Atualmente, existem três Políticas Públicas de Saúde visando a Integralidade da Atenção no Sistema Único de Saúde (SUS) destinadas a públicos definidos por gêneros: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), implementada no ano de 2004; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), de 2008, e Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (PNSILGBT), de 2011. Cada uma dessas políticas foi construída por meio de um percurso histórico singular e se estruturou, consequentemente, de forma específica, tendo sofrido a influência de interesses e atores complexos. Reconstruir esses históricos nos ajuda a entender como as relações de poder e os jogos de interesses operam na implementação de instrumentos legais relativos às políticas de saúde. Sem esgotar a discussão, esse recorte de dissertação, mediante uma metodologia que alia a análise documental das referidas Políticas Públicas com artigos que abordaram o tema, define marcos temporais na construção das políticas com recorte de gênero e mostra seu compromisso com noções binaristas, cisheteronormativas e reproduтивistas: as mulheres são vistas como seres para a reprodução e o cuidado, os homens como seres do trabalho e da violência, e todos aqueles que escapam a essa lógica são ‘empurrados’ para uma Política LGBTQIA+.

Palavras-chave: Gênero. Políticas Públicas. Saúde. Integralidade. Histórico.

ABSTRACT

Currently, there are three Public Health Policies aimed at Comprehensive Care in the Unified Health System (SUS) aimed at groups defined by gender: National Policy for Integral Care for Women's Health (PNAISM), implemented in 2004; National Policy for Integral Attention to Men's Health (PNAISH), 2008, and National Policy for Comprehensive Health for Lesbians, Gays, Bisexuals, Transsexuals and Transvestites (PNSILGBT), 2011. Each of these policies was built through a path unique history and was consequently structured in a specific way, having suffered the influence of complex interests and actors. Reconstructing these histories helps us to understand how power relations and the games of interests operate in the implementation of legal instruments related to health policies. Without exhausting the discussion, this dissertation clipping, through a methodology that combines the documental analysis of the aforementioned Public Policies with articles that addressed the theme, we define certain temporal landmarks in the construction of policies with a gender approach and show its commitment to binarist notions, cisgender normative and reproductive: women are seen as beings for reproduction and care, men as beings of work and violence, and all those who escape this logic are 'pushed' towards an LGBTQIA+ Policy.

Keywords: Gender. Public Policies. Health. Integrality. History.

Introdução

Ao longo das últimas décadas ocorreram mudanças no modo como entendemos a Saúde em nossa sociedade: desde a expansão do conceito para além da simples ausência de doenças, visando a uma relação equilibrada entre aspectos biológicos, psicológicos, sociais, de trabalho e renda, entre outros, até a forma assumida pelo cuidado, que foi passando da mera assistência aos doentes para a noção de que a Saúde deve ser promovida e as doenças, não só tratadas, mas prevenidas. Essas mudanças ocorreram na esteira do surgimento do conceito de Integralidade, o qual defende que o ser humano deve ser atendido em sua totalidade, respeitando suas características e necessidades de forma ampla. Com isso surgiram Políticas Nacionais de Saúde com foco integral para algumas populações específicas, entre elas as caracterizadas por gênero.

Não nos deteremos em eventuais críticas ao conceito de integralidade, tampouco ao conceito de humano, embora ambos corram o risco de implementar dispositivos de controle da vida sob fachadas aparentemente libertárias. Os problemas do presente artigo, embora articulados à dita “saúde integral”, são mais específicos, a saber: saúde tem gênero? Se tem, que gêneros são esses? Quem está contemplado nos documentos relativos às políticas de gênero?

Nessa linha de problematização, o presente trabalho surgiu de uma pesquisa maior¹ e visa mostrar o processo histórico de construção desses documentos, aqui denominados “Políticas”². Três Políticas de Atenção Integral à Saúde, hoje em vigor no Brasil, delimitam seu público por gênero (Mulheres, Homens e LGBTQIA+). Vê-se com certa facilidade, mesmo antes de análises mais minuciosas, que tais Políticas tomam por base gêneros entendidos como binários, cisgêneros e heterossexuais, com fins reprodutivos, quando se fala de Mulheres e de Homens. As pessoas que não se enquadram nesse binarismo são empurradas para uma ‘condição’ LGBTQIA+, tornando-se assim ‘os outros’ da polaridade Homem-Mulher.

A primeira Política que abordaremos é aquela voltada para as Mulheres, de 2004, embora com um histórico bem anterior. Já a Política voltada para homens é de 2008, e para LGBTs, de 2011³. Em 2017 foi lançada a Portaria de Consolidação nº 2 (Brasil, 2017), que reúne as três Políticas

1 Este artigo surge como recorte de pesquisa de mestrado. A dissertação e o artigo contaram originalmente com a brilhante orientação da Prof. Dra. Heliana de Barros Conde Rodrigues, que infelizmente nos deixou em 2023.

2 Uma Política, evidentemente, vai muito além dos textos legais. Mas a análise do discurso de tais textos, aliado ao estudo de suas circunstâncias históricas e a uma bibliografia crítica de apoio, pode servir como um revelador de processos mais complexos.

3 Sua criação ocorreu em 2011, com promulgação em 2012. O documento referenciado, por sua vez, é o da 1ª reimpressão que ocorreu em 2013.

Nacionais de Saúde: a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM (Brasil, 2004a) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – PNAISH (Brasil, 2008), ambas na Seção III de ‘Políticas voltadas à Saúde de segmentos populacionais’; e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis – PNSILGBT (Brasil, 2013) na Seção IV de ‘Políticas de Promoção da Equidade em Saúde’.

Todas essas Políticas se situam no âmbito do SUS e suas respectivas emergências passaram por lugares históricos divergentes. Antes de abordá-las singularmente, trazemos aqui algumas definições de cunho oficial, como o conceito de Políticas Públicas apresentado por Souza (2003, p. 13), que as entende como um processo no qual “os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”. Nessa perspectiva, as Políticas Públicas devem buscar responder às demandas sociais e aos problemas políticos para curto, médio e longo prazo, de forma que, tanto quanto possível, devem se tornar Políticas de Estado, e não apenas de um governo específico (Mello, Maroja, Brito, 2010a. Mello *Et al.*, 2011). Consequentemente, o “estudo das políticas públicas passa pela avaliação de como elas atendem as demandas sociais e como são articuladas com os instrumentos de planejamento do Estado, que garantam sua efetividade” (Broilo, Akerman, 2015, p. 237).

Metodologia

Este artigo nasce de um recorte de dissertação de mestrado, e alia a análise documental de Políticas Públicas de Saúde com uma revisão bibliográfica de artigos que foram sendo selecionados em bases de busca como *Scielo* e *BvS* entre 2020 e 2022, quando a dissertação foi defendida. O objetivo era analisar como o gênero se espalhava rizomaticamente nas Políticas em questão. No presente artigo, apresentamos mais nitidamente o recorte histórico de construção e implementação desses documentos, de forma a explicitar como as disputas em torno de gênero foram se construindo.

Nas seções posteriores apresentaremos, por ordem de lançamento, como surgiram as três Políticas com foco em gênero.

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM)

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) tem sua história entrecruzada com a história do próprio SUS, pois é por meio da articulação entre o movimento sanitário e o movimento feminista que surge, antes mesmo da existência do SUS, um programa pensando na integralidade da saúde da mulher: já em 1984 cria-se o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) (Brasil, 1984). Anteriormente, a saúde da mulher era encarada em uma perspectiva apenas

reprodutiva, principalmente ligada ao processo da gravidez ao puerpério: a mulher era entendida como mãe e o foco primário estava na saúde do bebê. Com o PAISM, no entanto, são problematizados aspectos reprodutivos e sexuais, entre eles a contracepção (Medeiros; Guareschi, 2009. Zocche *Et al.*, 2017). Embora nesse momento ainda vigore uma ideia de saúde como ‘assistência’, a integralidade já aparece, no caso relacionada notadamente à articulação das esferas do governo em seus três níveis (Federal, Estadual e Municipal), vinculadas ao Ministério da Saúde. Assim:

Para que a prática em saúde seja qualificada e pautada pela integralidade, é fundamental a atuação de diversos fatores, sendo estes a organização do trabalho, para que a demanda e o tempo estejam de acordo com a necessidade do profissional e do usuário, a qualificação do profissional e, também, a inclusão de instrumentos como: diálogo, humanização, empatia, vínculo e confiança (Zocche *Et al.*, 2017, p. 4761).

Entre o surgimento do PAISM e a emergência da PNAISM, o cenário foi o de uma busca por mudanças e melhorias no processo. Souto (2008) aponta que uma das principais mudanças a impactar a perspectiva da saúde da mulher foi a ampliação da discussão dos direitos reprodutivos, que passaram a incorporar os direitos sexuais. Isso se evidencia notadamente com os eventos seguintes: Encontro sobre

Direitos Reprodutivos de Amsterdã em 1984; Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nairóbi em 1985, em Cairo em 1994 e em Pequim em 1995. Os períodos entre essas conferências são assim descritos pela autora:

No período inicial, de 1984 a 1989, ainda não estava implantado o SUS e os programas eram verticais, então o PAISM, enquanto proposta mais horizontal e participativa, teve que conviver com uma máquina administrativa vertical e autoritária sob a configuração de um Estado Mínimo defendido pelo governo da época. Na década de 90, com a implantação da política do SUS e a consequente municipalização e reorganização da atenção básica, o PAISM ganhou força, embora as ações no campo da saúde reprodutiva tenham sido privilegiadas, demonstrando ainda a visão de saúde materna nas práticas desenvolvidas. Algumas lacunas subsistiram, como a atenção ao climatério e à adolescência e a própria inclusão da perspectiva de gênero e de raça/etnia nas ações a serem desenvolvidas. A rearticulação da organização das mulheres e a retomada do tema Saúde da Mulher na agenda governamental só ocorreram a partir de 1995, como resultado da Conferência do Cairo, realizada em 1994 (Souto, 2008, p. 172).

Observa-se, por meio da citação, que há uma pressão do movimento de mulheres para que a pauta da saúde seja ampliada, podendo-se identificar um movimento instituinte voltado à ampliação das noções referentes à saúde da mulher e contestando sua restrição ao papel materno.

Cerca de 20 anos depois do PAISM, surge a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) (Brasil, 2004a), apresentando as diretrizes que deveriam nortear a atenção, de início apenas no período 2003-2007. Mas tais diretrizes foram ‘revalidadas’ com a Portaria de Consolidação nº 2 (Brasil, 2017), que oferece consistência às Políticas Nacionais de Saúde e toma por referência a PNAISM em sua totalidade.

Segundo consta na apresentação da PNAISM, participaram de sua construção “diversos setores da sociedade, em especial com o movimento de mulheres, o movimento negro e o de trabalhadoras rurais, sociedades científicas, pesquisadores e estudiosos da área, organizações não-governamentais, gestores do SUS e agências de cooperação internacional” (Brasil, 2004a, p. 5).

Essa construção se deu mais acentuadamente a partir de 2003, e continua a acontecer principalmente através das Conferências, tanto de Saúde quanto de Mulheres, nos níveis nacional, estadual e municipal/regional (Souto, 2008). O controle social exercido nas Conferências, especialmente nas Nacionais, é extremamente importante para grupos politicamente minoritários, como é o caso das mulheres (Pogrebinschi, 2012).

Embora não conceitue o que seriam grupos minoritários, Pogrendinschi (2012) faz referência ao processo

deliberativo das conferências, o qual permite que grupos nem sempre representados nos governos e partidos políticos possam definir suas demandas sem depender dos *lobbies* políticos ou de moedas de troca. Segundo o autor:

Ao permitir que mulheres, índios ou negros afirmem a sua identidade como grupos, por meio do compartilhamento de experiências, perspectivas e valores que transcendem divisões de classe ou cisões ideológicas, as conferências nacionais redefinem o sentido e a prática da igualdade política. As conferências nacionais têm, assim, a habilidade de fazer com que a agregação de preferências individuais resulte, de fato, em escolhas sociais – e, mais do que isso, ao destronarem o pluralismo pelo multiculturalismo e transformarem coletividades historicamente excluídas em sujeitos de direito, as conferências nacionais convertem minorias em maiorias, e fazem de interesses particulares políticas universais (Pogrendinschi, 2012, p. 9).

Talvez o que a PNAISM mais amplie, de início, seja o debate em torno da violência doméstica e violência sexual. Bezerra *et al.* (2018) entendem a violência sexual como uma questão de saúde pública, caracterizando-a como “qualquer ação ou conduta em que o agressor tenha controle sobre a mulher, com a subordinação da sexualidade, envolvendo o exercício sexual, desejo e o ato sexual contra a sua vontade, com o objetivo único de saciar o desejo sexual do agressor”

(p. 2). As violências mencionadas passaram a ser alvo de normas, leis e programas desde 2003, sendo uma das principais a sua criminalização por intermédio da Lei Maria da Penha, de 2006. Todas essas regulamentações, que buscam diminuir as desigualdades entre homens e mulheres, ainda enfrentam dificuldades de implementação e esbarram em questões formativas e culturais (Batista; Schraiber; D'oliveira, 2018). Vale frisar que a violência contra a mulher, em suas variadas formas, é uma preocupação em diversos locais, não sendo uma realidade exclusivamente brasileira.

Outra circunstância que muito afeta as mulheres é a divisão sexual do trabalho. Mesmo depois de anos de tentativas de quebra da visão do homem como provedor e da mulher como mãe e doméstica, essa divisão ainda causa impactos na saúde das mulheres (Giffin, 2002). No texto da PNAISM, menciona-se a influência do trabalho sobre a saúde, apontando que, em relação às mulheres, “os problemas são agravados pela discriminação nas relações de trabalho e a sobrecarga com as responsabilidades com o trabalho doméstico” (Brasil, 2004a, p. 9). Nesta linha, Giffin (2002) há muito já apontava uma tendência à feminilização da pobreza, considerando que entre as 1,3 bilhão de pessoas vivendo em situação de pobreza no mundo, 70% eram mulheres – condição essa devida não somente à dificuldade dos homens de ‘proverem’ as famílias, como à

responsabilização das mulheres (principalmente quando há filhos) em arcar com seu sustento quando o homem se ausenta. Existem, desse modo, impactos sobre o adoecimento, mortalidade e abortamento nas mulheres, o que se acentua quando associado a condições não-hegemônicas de raça, classe, capital cultural, entre outros (Giffin, 2002). Tal apontamento interseccional⁴ é, inclusive, mencionado no PNAISM como realçando a desigualdade (Brasil, 2004). Tudo isso mostra que não se pode falar em saúde, seja em termos de conceitos, seja de práticas, ignorando o capitalismo; mas igualmente convida a uma perspectiva mais nuançada do que aquela que encara as políticas de saúde como mero reflexo de uma infraestrutura econômica. A luta que devemos levar em conta ao abordar essas políticas não se baseia em grupos e classes preestabelecidos, pois tais grupos e classes são também efeitos das próprias lutas (Rodrigues; Francisco, 2016).

Nesse sentido, o panorama que envolve a mulher na sociedade brasileira é apresentado na PNAISM e tem por efeito uma problematização da categoria *vulnerabilidade*:

⁴ A interseccionalidade pode ser entendida como um cruzamento de múltiplas subordinações: sexismo, racismo, patriarcalismo, opressão de classe, transfobia, entre outros, que intensificam as desigualdades (Crenshaw, 2002). Trata-se de uma categoria primordial para entender como ações e políticas podem desencadear, agravar ou atenuar opressões, criando uma rede complexa de interdependências passível de atravessar um mesmo sujeito em múltiplos pontos (Moreira, Broilo, 2022).

As mulheres são a maioria da população brasileira (50,77%) e as principais usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS). Frequentam os serviços de saúde para o seu próprio atendimento, mas, sobretudo, acompanhando crianças e outros familiares, pessoas idosas, com deficiência, vizinhos, amigos. São também cuidadoras, não só das crianças ou outros membros da família, mas também de pessoas da vizinhança e da comunidade [...]. As mulheres vivem mais do que os homens, porém adoecem mais frequentemente. A vulnerabilidade feminina frente a certas doenças e causas de morte está mais relacionada com a situação de discriminação na sociedade do que com fatores biológicos (Brasil, 2004a, p. 9).

Parece inegável, neste ponto da apresentação, o quanto as questões de gênero são condicionantes sociais da saúde. Quando falamos de mulheres, essas questões envolvem práticas contraceptivas, de planejamento familiar, segurança e risco de violência, relações de trabalho, entre outras. A preocupação com o tema tem aumentado: as pesquisas no campo da saúde relativas a gênero têm se ampliado desde a década de 1980 (Araújo *Et al.*, 2014), a despeito dos problemas conceituais e metodológicos ligados a tal noção.

A PNAISM define como elementos para alcançar humanização e qualidade do atendimento à mulher, entre outros, os seguintes:

- Estabelecimento de mecanismos de avaliação continuada dos serviços e do desempenho dos profissionais de saúde, com participação da clientela;
- Estabelecimento de mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação continuada das ações e serviços de saúde, com participação da usuária;
- Análise de indicadores que permitam aos gestores monitorar o andamento das ações, o impacto sobre os problemas tratados e a redefinição de estratégias ou ações que se fizerem necessárias (Brasil, 2004a, p. 61).

Apesar disso, não está determinado, no documento de 2004, como estabelecer mecanismos de avaliação e acompanhamento, tampouco quais serão os indicadores a utilizar. Isso só será tema do documento “Monitoramento e Acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher PNAISM e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres PNPM” (Brasil, 2015), que avalia como a política tem sido efetivada em âmbito nacional. Cumpre, nesse sentido, destacar a necessidade de constante reavaliação das políticas públicas para promover as mudanças desejadas (Souza, 2003).

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH)

Como dito anteriormente, a formulação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH)

encontra-se, hoje, dentro da Portaria de Consolidação nº 2, que reúne as Políticas Nacionais de Saúde (Brasil, 2017). Porém, originalmente, essa Política para os homens era constituída por dois documentos: os “Princípios e Diretrizes”, lançados em 2008 (Brasil, 2008), e a Portaria Ministerial nº 1.944 de 27 de agosto de 2009, que “Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem” (BRASIL, 2009, p. 1). Apenas o último texto faz parte, hoje, da Portaria de Consolidação nº 2 (Brasil, 2017), mas, como apontam Lopez e Moreira (2013), ambos servem como referência, pois se complementam.

O processo de construção da PNAISH difere consideravelmente daquele da Política voltada para as mulheres e seu resgate histórico passa pela análise de textos bastante diversificados: “a história da PNAISH não se encontra disponível em um único documento oficial. Antes, encontra-se espalhada e distribuída na literatura científica em alguns poucos textos que discutem a sua construção ou ainda em textos midiáticos que possibilitam maior compreensão deste processo” (Martins; Malamut, 2013, p. 432).

Para caracterizar esse processo histórico precisamos reconhecer inicialmente que, ao contrário da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Brasil, 2004a) e do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Brasil, 1984), a PNAISH não teve política ou

programa antecessor específicos. É possível, porém, rastrear algumas ações de saúde nesse sentido. Segundo Martins e Malamut (2013), as taxas de morbimortalidade de homens vêm sendo objeto da Epidemiologia desde o século XVII, com estudos relacionados à maior vulnerabilidade de homens frente à cólera, em Londres. Já as campanhas contra o alcoolismo e as doenças venéreas, como a sífilis, das décadas de 1920 a 1940, protagonizadas por associações como a Liga Brasileira de Saúde Mental, atuavam em locais ditos masculinos, como bordéis, bares e casas de jogo. Propunham-se como formas de higienizar condutas relativas à masculinidade, como a extraconjugalidade, a promiscuidade e a vagabundagem (Carrara; Russo; Faro, 2009. Muller; Birman, 2016. Cesaro; Santos; Silva, 2018).

E é justamente na esteira de campanhas contra doenças sexualmente transmissíveis que surge, de forma pioneira, no Brasil, a Andrologia, entre 1930 e 1940 – uma ciência masculina relacionada a problemas sexuais (Carrara; Russo; Faro, 2009). A Andrologia, porém, passou a ser subordinada à Urologia, tida como a verdadeira ciência do Homem, enquanto a Andrologia cuidaria de aspectos específicos da sexualidade (Muller; Birman, 2016).

Foi a partir da década de 1990, no entanto, com a realização de dois eventos internacionais, que se passou a ressaltar a importância de reconhecer a presença dos homens nas

políticas públicas: em 1994, a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Populações, em Cairo, e, em 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (Leal; Figueiredo; Nogueira-da-Silva, 2012. Martins; Malamut, 2013). Esses eventos influenciaram a futura PNAISH no Brasil, ao recomendarem o desenvolvimento de políticas de saúde com enfoque em gênero, o que levava em consideração também os homens, portanto.

A última década do século XX ainda viu acontecer outro fenômeno importante para a emergência de uma certa saúde do homem. Segundo Separovich e Canesqui (2014, p. 421), o “fenômeno Viagra surgido no final dos anos 1990 é reconhecidamente o início de um processo de medicalização da sexualidade masculina na meia-idade”.

Mas não só de Viagra (e similares) viveu a sexualidade do homem na década seguinte. Os anos 2000 são marcados por intenso protagonismo da Sociedade Brasileira de Urologia na promoção de eventos e campanhas, com foco especial na próstata, e que irão culminar, ao final da década, no surgimento da PNAISH (Cesaro; Santos; Silva, 2018. Hemmi; Baptista; Rezende, 2020).

A principal iniciativa da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), em parceria com o Ministério da Saúde (MS), foi a ‘Campanha Nacional de Esclarecimento da Saúde do Homem’, de julho a setembro de 2008, tendo por tema a

disfunção erétil. Como justificativa, por sua vez, trazia dados de 2007 do Ministério da Saúde (MS) sobre a quantidade de consultas realizadas por homens com urologistas (2,7 milhões), comparados com a quantidade de consultas realizadas por mulheres com ginecologistas (16,7 milhões) (Carrara; Russo; Faro, 2009).

Entre campanhas da própria SBU e parcerias com instituições de Saúde estatais, a estruturação da PNAISH ocupou boa parte da década de 2000 (Hemmi; Baptista; Rezende, 2020). No campo acadêmico, teve destaque, em 2005, a edição especial da Revista Ciência & Saúde Coletiva, com o tema “Saúde do Homem: alerta e relevância” (Hemmi; Baptista; Rezende 2020, p. 11). No campo das pactuações, o ‘Pacto pela Saúde’, de 2006, teve forte influência na construção dos objetivos e diretrizes da PNAISH (Fontes *Et a.;*, 2011).

Dentro do Ministério da Saúde, alguns pontos chamam atenção quando se procura analisar os eventos ocorridos. O primeiro é a criação, entre 2006 e 2007, da Área Técnica de Saúde do Homem (ATSH), no âmbito do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde (DAPES/SAS). Tal área tinha como responsável o psicólogo Eduardo Chackora, sem formação na área de saúde pública, mas com experiência em grupos de homens na forma de consultoria. Por meio de parceria com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), a intenção da

ATSH era a de promover um diálogo com a sociedade, buscando a integralidade da atenção. A nomeação de alguém externo ao contexto médico parece ter sido uma estratégia de José Gomes Temporão, na época Secretário de Atenção à Saúde e que assumiria como Ministro da Saúde logo em seguida (2007). O objetivo seria balancear o peso da SBU, mostrando haver “pelo menos duas perspectivas sobre como lidar com a saúde do homem” (Hemmi; Baptista; Rezende, 2020, p. 13). Ainda em 2007, a ATSH passa por novas inserções e configurações:

Assume, nesse ano, como coordenadora, Neidil Espíndola da Costa, médica, gerontóloga e especialista em Saúde Pública, que permaneceu por curto período de tempo, sendo logo substituída por outro médico, Ricardo Cavalcanti, ginecologista e com formação em antropologia. Cavalcanti foi convidado pelo assessor do Ministro e convidou Baldur Schubert, médico e especialista em Saúde Pública, para atuar como seu assessor. Com a saída de Cavalcanti após alguns meses como coordenador, Baldur assume a coordenação da ATSH (Hemmi; Baptista; Rezende, 2020, p. 14).

Apesar de ser médico ginecologista e sexologista, e de escolher uma equipe com profissionais de Saúde Coletiva, Ricardo Cavalcanti tinha maior aproximação com os interesses da SBU (Da Silva *Et al.*, 2013): “Confundem-se, nesse processo, ‘sexologia’ e ‘sexualidade’ como saberes que

dariam conta de abarcar a amplitude do campo de atuação que se propõe uma política de saúde do homem no Brasil” (Muller; Birman, 2016, p. 706). Assim, sob a condução de Cavalcanti foram “realizadas articulações políticas entre a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) e a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) que passaram a integrar o grupo de discussão desta temática” (Martins; Malamut, 2013, p. 434). Acerca dessa atuação, ressalta-se que:

a constituição propriamente dita da ATSH incorporou, direta e indiretamente, desde seu início, o segmento médico na sua condução. Apesar da atuação de Eduardo Chakora no estudo do tema, desde os primórdios de configuração da área, foi um médico que assumiu a coordenação da área no momento de definição da política (Hemmi; Baptista; Rezende, 2020, p. 14).

A SBU ainda entrega ao Ministro da Saúde, antes do lançamento da primeira versão do texto-base da PNAISH, um dossiê relativo aos problemas urológicos (desde disfunção erétil até os canceres de pênis e próstata) que mais acometeriam a população masculina. Enquanto isso, a ATSH coordenava os esforços de levantar as causas de morbimortalidade entre homens, especificamente entre 20 e 59 anos:

O levantamento revelou que as principais causas de adoecimento e morte da população masculina estavam relacionadas com as masculinidades. Diferentemente do

que advogava a SBU, as neoplasias não se apresentavam como principal causa de morte ou de adoecimento, sendo muito mais importantes as causas externas, em especial as decorrentes da violência e doenças cardiovasculares (Hemmi; Baptista; Rezende, 2020, p. 15).

Entre embates acerca das possibilidades de atuação do Ministério da Saúde, decidiu-se realizar uma série de seminários, com a presença de especialistas das diferentes áreas, a fim de verificar como cada uma delas encarava os problemas de morbimortalidade masculina e de identificar quais seriam as causas da ausência dos homens nos serviços promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos. Nessa estratégia, adotando os seminários como modelo, o foco para elaborar um projeto político era absorver o conhecimento de especialistas, preterindo-se, com isso, o diálogo mais amplo e a construção coletiva (Hemmi; Baptista; Rezende, 2020).

Foram realizados cinco seminários, com a participação não só das Sociedades Médicas citadas anteriormente, como de algumas outras, como, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC). Somente no Seminário referente à Saúde Mental, o primeiro realizado, foram chamadas a participar algumas representações da sociedade civil, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs) Promundo e Instituto Papai, e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis

e Transexuais (ABGLT), além de acadêmicos da área de saúde e masculinidades (Hemmi; Baptista; Rezende, 2020). Os seminários subsequentes abordaram temas estritamente médicos, como “hiperplasia prostática benigna, câncer de próstata e de pênis, planejamento familiar masculino e medicina sexual; seguido dos seminários com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, com a Federação Brasileira de Gastroenterologia e com a Sociedade de Pneumologia e Tisiologia” (Hemmi; Baptista; Rezende, 2020, p. 18).

A composição dos seminários, segundo Hemmi, Baptista e Rezende (2020), envolvia 55 participantes, distribuídos da seguinte forma:

27 presidentes estaduais das sociedades médicas; cinco membros da diretoria dessas Sociedades; sete representantes de universidades; seis representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); 10 representantes de áreas do Ministério da Saúde, como Secretaria Executiva (SE), Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS), Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (DAPES), Departamento de Atenção Básica (DAB), Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET), Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC) e Instituto Nacional do Câncer (INCA) (Hemmi; Baptista; Rezende, 2020, p. 18).

Desses eventos surgiu uma proposta de texto base para a PNAISH. Em 2008 é lançada, para consulta pública, a primeira versão do documento, ficando a cargo de Cavalcanti e Chakora a consolidação das sugestões e a apresentação da versão final. Quando lançada, esta última foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e promulgada com a portaria ministerial citada anteriormente, em 2009 (Carrara; Russo; Faro, 2009. Leal; Figueiredo; Nogueira-da-Silva, 2012. Moura; Lima; Urdaneta, 2012. Martins; Malamut, 2013. Hemmi; Baptista; Rezende, 2020)

O texto final resultante, apesar de definido como consensual, constituía uma espécie de acomodação de entendimentos divergentes sobre a saúde masculina. Por parte das sociedades médicas, haveria doenças específicas a serem combatidas e necessidade de criar mecanismos para seu tratamento; por parte da Saúde Coletiva, sociedade civil e acadêmicos, seria prioritária a ênfase na Atenção Primária, na organização do SUS e em uma leitura que trouxesse “as causas externas, gênero, masculinidade e aspectos sociais como principais problemas a serem enfrentados” (Hemmi; Baptista; Rezende, 2020, p. 21).

Mediante a aparentemente objetiva ‘Atenção’ à Saúde do homem se faziam presentes os interesses das diferentes instituições envolvidas. Para a SBU, “estavam em jogo questões corporativas, como o valor dos honorários pagos ao urologista pelo SUS ou a obrigatoriedade de os urologistas vinculados ao SUS serem credenciados pela

sociedade” (Carrara; Russo; Faro, 2009, p. 663). Por parte do Ministério da Saúde, buscava-se desonerar os serviços, visto que a porta de entrada dos homens tem sido a atenção secundária, uma vez que só procuram atendimento em casos de agravos já estabelecidos ou emergências (Santos; Nardi, 2014). Cria-se, na tensão entre essas forças e interesses, o mecanismo da PNAISH, que chama o homem a ser responsável pela própria saúde e a se inserir na Atenção Primária para prevenção de doenças e promoção da Saúde, sem deixar de privilegiar, contudo, a visão tradicional de saúde (como oposição a doença), ao trazer à tona toda a sorte de enfermidades que demandam urologistas, ou seja, médicos do homem, para atendê-las (Schwarz, 2012. Martins; Malamut, 2013).

Percebe-se, com isso, que a PNAISH não surge de uma demanda da população de homens, como havia sido o caso da PNAISM, que contara com a articulação das mulheres em movimentos pela busca de equidade em saúde. A PNAISH emerge, predominantemente, de uma decisão política, gestada entre Governo (formuladores e executores da política) e saber biomédico, com vistas à medicalização dos corpos masculinos. E isso sem que os sujeitos de destino da política sequer participassem da sua formulação e implementação (Carrara; Russo; Faro, 2009. Schwarz, 2012. Martins; Malamut, 2013). Promove-se, portanto, um processo de construção “em nome dos homens” (Martins;

Malamut, 2013, p. 437) e para “salvar os homens de si mesmos” (Carrara; Russo; Faro, 2009, p. 668).

Há que se ter em mente também que a população ‘masculina’ é vista em seus atravessamentos com outras políticas nacionais, em especial a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISA) – devido à importância desse período da vida para o afloramento da sexualidade e para a imersão nos estereótipos de masculinidade (Lopez; Moreira, 2013) – e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Pessoas Privadas de Liberdade – uma vez que são os homens os principais ‘contemplados’ por esta, passando pelos instrumentos de disciplinarização prisional para a ampliação da masculinidade como forma, inclusive, de sobrevivência (Santos; Nardi, 2014).⁵

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT)

Assim como ocorreu com a PNAISH, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) está hoje incluída na Portaria de Consolidação n.º 2 (BRASIL, 2017) e tampouco tem uma política

⁵ Embora a Política para Pessoas em Privação de Liberdade seja tema de nosso interesse, é aqui mencionada somente para mostrar como os gêneros podem se espalhar (rizomaticamente) por diferentes políticas.

a antecedê-la. A história de políticas públicas para a população LGBTQIA+, no entanto, decerto não é tão recente assim.

Antes de abordar essa história, cumpre ressaltar aspectos ligados à sigla. No Brasil, conforme definido na I Conferência Nacional LGBT de 2008, a sigla usada para definir Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais passou a ser LGBT – alterando a anterior, GLBT, de forma a incluir outros protagonismos além do masculino (Laurentino, 2015). Alguns pesquisadores, inclusive, utilizam a alternância na ordem das letras para demarcar que não existem hierarquizações ou identidades prioritárias dentro do movimento (Mello, Maroja, Brito, 2010b). Existiram variações nas siglas ao longo das décadas, sendo que durante muito tempo GLS (Gay, Lésbicas e simpatizantes) foi a mais usada; a demanda de reconhecimento por novas identidades, entretanto, é constante (Broilo; Akerman, 2015). Para o presente artigo, optou-se pelo uso da sigla LGBTQIA+ por ser a utilizada pelo governo federal desde 2024, ainda que já existam outras variações como LGBTQIAPN+.

As Políticas Públicas de Saúde e a população LGBTQIA+ brasileira têm como principal ponto de articulação histórica a epidemia de HIV/AIDS (Cardoso; Ferro, 2012). Após a despatologização da homossexualidade nos manuais diagnósticos de saúde, como o Código Internacional de Doenças (CID) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

(DSM), ocorrida nos anos 1970, a epidemia de HIV/AIDS, nas duas décadas subsequentes, teve, segundo Miskolci (2011), o papel de ‘repatologizar’ a homossexualidade. Essa epidemia também gerou as primeiras iniciativas de ações de saúde com vistas ao seu enfrentamento. Segundo Perillo, Pedrosa e Mello (2010a), no Brasil, tal combate tem início com a criação do Programa Nacional de DST e AIDS, vinculado ao Ministério da Saúde, em 1986. Posteriormente, esse programa tornou-se o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST⁶, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, e desde 2019 integra o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde⁷. Com a Lei Nº 9.313, de 13 de novembro de 1996 que “dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS” (Brasil, 1996), o país se colocou na vanguarda do atendimento a pessoas vivendo com HIV e pacientes de AIDS no

6 Aponta-se aqui para a mudança ocorrida, posteriormente à publicação destas políticas, de DST para IST, substituindo o termo Doenças pelo mais apropriado Infecções.

7 Essa mudança gerou muita discussão quando da sua ocorrência, uma vez que significava a diluição dos esforços brasileiros referentes à epidemia de HIV/AIDS, referência mundial de prevenção e tratamento, em um departamento maior e mais genérico. Ocorreu em meio às ações de remodelação do então presidente Jair Bolsonaro, logo no início do seu mandato, sob o argumento de limitar gastos do governo reduzindo ministérios, secretarias e departamentos, porém dentro de uma abordagem implicitamente conservadora e moralizante do olhar sobre essas doenças (Agostini *Et al.*, 2019).

mundo. Para tanto, contou com a intensa (e imprescindível) participação do movimento LGBTQIA+.

Da resposta ao HIV/AIDS até os dias atuais, houve tentativas de ampliar as ações de saúde, com vistas à universalidade, equidade e integralidade previstas pelo SUS (Perillo; Pedrosa, 2010. Mello *Et al.*, 2011. Cardoso, Ferro, 2012). O ano de 2004 é reconhecido como um marco para as Políticas Públicas LGBTQIA+ devido ao lançamento do programa nacional ‘Brasil sem Homofobia’ (BSB) (Brasil, 2004b), de acordo com diversos autores pesquisados (Albuquerque *Et al.*, 2013; Lionço, 2008; Mello, Brito, Maroja 2010a; Mello *Et al.*, 2011; Perillo, Pedrosa, Mello, 2010), embora o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2), de 2002, já fizesse menção às ações relativas à diversidade sexual (Mello, Brito, Maroja, 2012).

Para a emergência da PNSILGBT (Brasil, 2013) foram necessárias, no entanto, muitas outras ações. Laurentino (2015) aponta que, associado ao Programa Brasil sem Homofobia e ao lançamento da PNAISM, o ano de 2004 ainda viu nascer o Comitê Técnico de Saúde da População GLTB dentro do Ministério da Saúde, com vistas a criar a futura PNSILGBT. É curioso notar que esse comitê técnico foi criado mais de meia década antes do lançamento da PNSILGBT, ao passo que, para a criação da PNAISH, a área responsável (ASTH) foi criada apenas dois anos antes, o que

exibe as diferenças de interesses e as pressões envolvidas na criação de cada uma dessas políticas.

Em 2006, a população LGBTQIA+ passa a ser representada dentro do Conselho Nacional de Saúde e é publicada a Carta de Direitos do Usuário do SUS, que preconiza o atendimento humanizado, livre de preconceitos e discriminação para todos os usuários, bem como o uso do nome social no atendimento de travestis e transexuais (Laurentino, 2015).

Em 2007 foram lançados dois planos de enfrentamento à epidemia de HIV/AIDS, sendo um deles dedicado ao combate à feminilização da doença (Brasil, 2007a), voltado a mulheres *cis* e *trans*, independente da orientação sexual, enquanto o outro se destinava a gays, homens que fazem sexo com homens (HSH) e travestis (Brasil, 2007b) – uma primeira demonstração das diferenciações existentes no entendimento de algumas identidades não *cis*-gêneras (Mello *Et al.*, 2011. Laurentino, 2015). Ainda em 2007, ocorreu o “Seminário Nacional de Saúde da População GLBTT” promovido pelo “Comitê Técnico de Saúde da população GLBT” em parceria com o Movimento Social, a fim de discutir a saúde da população LGBTQIA+ (Laurentino, 2015).

Já o ano de 2008 foi palco da 1^a Conferência Nacional LGBT, bem como de seus precedentes municipais e municipais/regionais, da primeira consulta pública para o texto da PNSILGBT e das portarias referentes ao processo

transexualizador “visando garantir às mulheres transexuais, o tratamento adequado no sistema público de saúde para o processo transexualizador, e credenciando os hospitais com expertise ambulatorial e cirúrgica habilitados para este procedimento” (Laurentino, 2015, p. 37). O processo transexualizador inclui uma série de procedimentos médicos (como cirurgia de redesignação de gênero e implante ou retirada de mamas) e farmacológicos (hormonização), bem como o acompanhamento por equipe multiprofissional pré e pós acesso aos procedimentos, com vistas à população trans e travesti. Laurentino (2015) ainda aponta a 13^a Conferência Nacional de Saúde e o lançamento do ‘Programa Mais Saúde – Direito de Todos’ como acontecimentos relevantes do ano de 2008 por levarem em conta ações voltadas à população LGBTQIA+.

Em 2009, ocorreu a criação da Comissão Intersetorial de Saúde da População LGBT (CISPLGBT) e o lançamento do PNDH-3, sendo algumas de suas ações voltadas à população LGBTQIA+. Porém a grande contribuição do ano foi a aprovação do PNSILGBT pelo Conselho Nacional de Saúde, o que abriu a oportunidade para seu lançamento no ano seguinte. Em 2010, entretanto, ainda não tinha sido realizada a pactuação com a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e não fora publicada portaria específica para a política. Apenas em 2011, com a Portaria MS 2979 (BRASIL,

2011), promulgada pela Presidenta Dilma Rousseff, houve a garantia de recursos para a implantação da PNSILGBT nos estados, municípios e Distrito Federal (Laurentino, 2015). “O ano de 2012 foi um ano de organização para que as ações do Plano Operativo da PNSILGBT pudessem ser implementadas. Foram organizadas ações de fortalecimento tanto do Movimento Social, quanto de gestões estaduais e municipais de saúde para a implementação da PNSILGBT” (Laurentino, 2015, p. 40).

Em 2013 há uma reimpressão do documento da PNSILGBT (BRASIL, 2013), utilizado para as análises do presente artigo, somado ao que consta da Portaria de Consolidação nº 2 (Brasil, 2017) e da Portaria MS nº 2979/2011. Dessa forma, desde o programa Brasil sem Homofobia até o surgimento da PNSILGBT, houve quase uma década de disputas e tensões para se avançar em propostas de saúde LGBTQIA+.

Considerações Finais

Apesar de não esgotarmos a discussão e análise da construção dos documentos de cada uma das três políticas, o que percebemos mediante esse recorte histórico é que os interesses envolvidos partem de diferentes lugares e vão envolver as populações-alvo em disputas que assumem diferentes formas. Todas essas políticas, apesar de ‘revalidadas’ em 2017, têm esbarrado em retrocessos democráticos,

binarismos e cisheteronormatividade, que escancaram a forma como têm sido genderificadas. É inegável que todas elas, ao seu tempo e modo, constituem avanços na discussão sobre a temática, na sociedade brasileira.

Pudemos perceber que a PNAISH não surge de uma demanda da sociedade civil organizada, diferentemente das demais. Na PNAISM e na PNSILGBT, há um histórico de décadas de reivindicação e construção de Políticas de Saúde. Seja em função de um programa anterior, como no caso das Mulheres, seja em função das demandas ligadas à epidemia de HIV/AIDS, no caso de LGBTQIA+, as políticas foram construídas em permanente interrelação com a movimentação da sociedade e a participação nas conferências gerais e específicas de Saúde. A PNAISH, contudo, surge ‘de cima para baixo’, atendendo interesses de sociedades médicas, especialmente a Urologia, assim como do intuito do Ministério da Saúde de reduzir gastos com os serviços de urgência e emergência a que os Homens mais se vinculam. Mesmo o tempo para a construção da PNAISH foi consideravelmente mais curto, se comparado às demais políticas. Entre a criação da Área Técnica de Saúde do Homem no Ministério da Saúde e a promulgação da PNAISH passaram-se apenas três anos, enquanto que entre o PAISM e a PNAISM decorreram 20 anos (e já se passaram quase 20 outros anos, desde a criação da última).

Sabendo-se que divergências não estavam ausentes dos debates em torno da PNAISH, como já explicitado, é possível concluir que conflitos ‘no topo’ se resolvem rapidamente, visto que nesse caso parece ser mais relevante não dar margem a insurreições na base do que exercer predomínios absolutos sobre aqueles que, ao fim e ao cabo, são aliados na implantação de controles de corpos e/ou populações.

Desde o golpe democrático de 2016, que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, a participação social na efetivação de políticas tem sido cada vez menor, o que tem quase impossibilitado que a discussão de gênero seja ampliada na saúde e fuja dos estereótipos. No caso da população LGBTQIA+, deveríamos ter realizado conferências específicas em 2019 e já estaríamos nos preparando para uma nova, em 2023. Porém desde 2015 estamos sem as conferências e sem revisar ou ampliar demandas. Vale frisar que pessoas transmasculinas e intersexo precisam ser incluídas urgentemente na PNSILGBT e/ou em outras políticas públicas.

Além disso, a implementação de todas essas políticas passa por uma série de impasses operacionais que, embora não sejam o foco da análise aqui apresentada, visto que nos debruçamos sobre os textos, é um dificultador em transformar o proposto em efetivo cuidado da população. Entendemos que tais políticas são tecnologias biopolíticas de

disciplinarização e regulação da sexualidade, fundadas na duplicidade do corpo como individual e social, mostrando cuidados com a capacidade de reprodução, que entendem competir à Mulher, e com a virilidade, atribuída ao Homem. Estabelecem-se normas, “nessa tecnologia de poder que tem como objeto e como objetivo a vida” (Foucault, 2005, p. 303), em forma de objetivos, princípios, diretrizes, analisadas e monitoradas por indicadores, a fim de fazer viver, mas também deixando morrer, seja física, seja politicamente. Um grande exemplo dos impasses operados está na questão do aborto em casos de violência sexual (estupro), que, apesar de legalmente previsto, tem encontrado entraves na moralidade religiosa de nossa sociedade – intensificada e inclusive promovida pelo atual titular do poder executivo, exibindo novamente os retrocessos presentes no período histórico que se segue ao golpe democrático e às eleições de 2018.

No final das contas, o que as Políticas demonstram fazer é basear a Saúde em gêneros binários, cis e heterossexuais, para fins reprodutivos, notadamente quando falam de Mulheres e Homens. A PNAISM não simplesmente ‘descrêve’ a Mulher brasileira. Ela a cria! Com objetivos, com dados, com indicadores, com perfis. O mesmo pode ser dito da PNAISH e do Homem. E vale dizer ficamos limitados ao discurso das políticas, sem sequer acessar a caixa de Pandora que é o financiamento do SUS.

Reforçam-se lugares comuns: o da Mulher para a maternidade e o cuidado, e o do Homem para o trabalho e a agressividade. E com quem não cabe em uma dessas caixinhas, faz-se o que? “Bom, não dá pra deixar de atender né? Faz assim, pensando na equidade, que todos devem ter acesso de acordo com suas particularidades, vamos criar uma política para os ‘outros’. Homem que não é tão Homem, Mulher que gosta de Mulher, aqueles que a gente achava que era ‘A’, mas é ‘O’. Ah! E aí, a gente diferencia: se ‘usar o pau’ é Travesti, se ‘quiser tirar’ é Mulher trans. Não que seja sempre assim, mas a gente cria esse critério pra atender. E sempre lembra eles sobre IST, que isso é coisa deles” – esta não é uma conversa real, mas poderia ser.

A integralidade do atendimento deveria levar em consideração uma série de aspectos sobre gênero (e sexualidade) para escapar dos lugares comuns, dos estereótipos e dos preconceitos. Caso contrário, nada mais é do que um nome sedutor para o controle biopolítico de corpos e populações. E não adianta, para tanto, ficar limitado à formação em ‘ciências da saúde’, porque quem vai tratar com desrespeito ou vai barrar o acesso das pessoas não-hegemônicas no ‘postinho’ ou na emergência é a linha de frente, com seu ‘terceirizado’.

O que apresentamos aqui é simplesmente um pedaço, um ínfimo de tudo aquilo que precisamos discutir. E é uma discussão urgente, pois, nos próximos anos, assim que

acabar o desgoverno e ingressarmos em uma democracia (que assim seja!), por mais que bastante limitada, precisaremos retomar, rever e lutar por invenções ético-políticas. Pois hoje, o que se encontra nessas Políticas voltadas a públicos definidos por gênero são elementos e dispositivos para a estruturação, a permanência e a manutenção de um “Cis-tema Único de Saúde”. Urge, pois, ‘trans-formar’ o SUS para efetivar universalidade, integralidade e equidade que não sejam meros poderes exercidos com outros nomes.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências bibliográficas

AGOSTINI, Rafael; *et al.* A resposta brasileira à epidemia de HIV/AIDS em tempos de crise. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 4599-4604, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019001204599&lng=en&nrm-iso. Acesso em 28 de janeiro de 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.25542019>.

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar; *et al.* Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-524, setembro de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300015&lng=en&nrm=iso. Acessado em 28 de janeiro de 2022.

ARAUJO, Mércio Gabriel de; *et al.* Opinião de profissionais sobre a efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 682-689, dezembro de 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400682&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de janeiro de 2022. <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20140097>.

BATISTA, Karina Barros Calife; SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Gestores de saúde e o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres: as políticas públicas e sua implementação em São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 8, e00140017, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000805011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 de novembro de 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00140017>.

BEZERRA, Juliana da Fonseca; *et al.* Assistência à mulher frente à violência sexual e políticas públicas de saúde: revisão integrativa. **Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde**, 31(1), 1-12, jan./mar., 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6544/pdf>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022. <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.6544>

BRASIL. Assistência integral à saúde da mulher: bases de ação programática. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1984. (Série B – Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_integral_saude_mulher.pdf. Acesso em 26 de novembro de 2021.

_____. **Lei Nº 9.313, de 13 de novembro de 1996.** Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9313.htm. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

_____. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:** princípios e diretrizes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004a, 82 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em 16 de novembro de 2021.

_____. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Combate à Discriminação; 2004b, 32 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em 23 de janeiro de 2022.

_____. **Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Epidemiia da Aids e outras DST.** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids – Brasília: 2007a, 32 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_feminizacao_final.pdf. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

_____. **Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemiia de Aids e DST entre Gays, Homens que fazem Sexo com Homens (HSH) e Travestis.** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids – Brasília: 2007b, 37 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_enfrentamento_epidemia_aids_hsh.pdf. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

_____. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem:** princípios e diretrizes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas – Brasília: 2008, 40 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

_____. **Portaria Nº 1.944, de 27 de agosto de 2009.** Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944_27_08_2009.html. Acesso em 26 de janeiro de 2022.

_____. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp., 2013, 36 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lebicas_gays.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2021.

_____. **Monitoramento e Acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher PNAISM e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres PNPM.** Presidência da República, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnmp-ver-saoweb.pdf. Acesso em 19 de fevereiro de 2022.

_____. **Portaria de Consolidação Nº 2, de 28 de setembro de 2017:** Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html. Acesso em 16 de novembro de 2021.

BROILO, Rodrigo; AKERMAN, Jacques. Políticas Públicas de Saúde para a População LGBT no Brasil: Identidades sexuais e novas zonas de exclusão. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, UFBA, volume 1, n.º 1, p. 232 – 250, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendif/article/view/13571/11004>. Acesso em 28 de janeiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v1i1.13571>

BROILO, Rodrigo. **Cis-tema Único de Saúde:** Uma cartografia (de) generada de Políticas Nacionais de Saúde Integral. 2022. 109 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

CARDOSO, Michelle Rodrigo; FERRO, Luís Felipe. Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, n.º 32, v. 3, p. 552-563, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282024793003>. Acesso em 27 de janeiro de 2022.

CARRARA, Sérgio; RUSSO, Jane A.; FARO, Livi. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 659-678, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de jan. de 2022. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300006>.

CESARO, Bruna Campos De; SANTOS, Helen Barbosa dos; SILVA, Francisco Norberto Moreira da. Masculinidades inerentes à política brasileira de saúde do homem. **Revista Panamericana de Salud Pública [online]**, v. 42, e119, p. 1-5, 2019. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/49562/v42e1192018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 11 janeiro 2022. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.119>.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, janeiro de 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 de maio de 2021.

DA SILVA, Patrick Leonardo Nogueira; *et al.* Política de atención a la salud del hombre en Brasil y los retos de su implantación: una revisión integrativa. **Enferm. glob.**, Murcia, v. 12, n. 32, p. 381-413, outubro de 2013. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412013000400024&lng=es&nrm=iso. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em Duelo. **Cadernos Pagu**, Campina, nº 17/18, p. 9-79, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02>. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

FONTES, Wilma Dias de; *et al.* Atenção à saúde do homem: interlocução entre ensino e serviço. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 430-433, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002011000300020&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de jan. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002011000300020>.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 1^a edição, 4^a tiragem.

GIFFIN, Karen. Pobreza, desigualdade e eqüidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18 (Suplemento), p. 103-112, 2002. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2002.v18suppl0/S103-S112/pt>. Acesso em 16 de novembro de 2021.

HEMMI, Ana Paula Azevedo; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; REZENDE, Mônica de. O processo de construção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 03, e300321, p. 1-28, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/78gH-j7nfmyd8wy6Qbm3nvQt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 11 de janeiro 2022. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300321>.

LAURENTINO, Arnaldo Cezar Nogueira. **Políticas públicas de saúde para população LGBT:** da criação do SUS à implementação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/12194>. Acesso em 23 de janeiro de 2022.

LEAL, Andréa Fachel; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos; NOGUEIRA-DA-SILVA, Geórgia Sibele. O percurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Homens (PNAISH),

desde a sua formulação até sua implementação nos serviços públicos locais de atenção à saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2607-2616, outubro de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001000010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de janeiro de 2022. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000010>.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, nº. 2, p. 11-21, junho de 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200003&lng=en&nrm=iso. 28 de janeiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000200003>.

LOPEZ, Silvia Brâna; MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e à Saúde do Homem: interlocuções políticas e masculinidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 743-752, março de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300020&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de janeiro de 2022. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300020>.

MARTINS, Alberto Mesaque; MALAMUT, Bernardo Salles. Análise do discurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 429-440, 2013. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/ausoc/2013.v22n2/429-440/pt>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

MEDEIROS, Patricia Flores de; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 31-48, abril de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000100003&lng=en&nrm=iso.

Acesso em 16 de novembro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100003>.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 39, p. 403-429, dezembro de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 de janeiro de 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332012000200014>.

MELLO, Luiz; MAROJA, Daniela; BRITO, Walderes. Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil: Um Mapeamento Crítico Preliminar. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. UFSC. 23 a 26 de agosto, 2010a. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277347233_ARQUIVO_PPLGBT-FG2010.pdf. Acessado em 27 de janeiro de 2022.

Políticas PÚblicas para População LGBT no Brasil: apontamentos gerais de uma pesquisa inacabável. In: MELLO, Luiz (org.). **Políticas PÚblicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar**. Relatório de pesquisa. Goiânia: UFG, Faculdade de Ciências Sociais, Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade. p. 21-60, 2010b. Disponível em: https://portais.ufg.br/up/16/0/Texto_2_-_Geral_-_versao_final.pdf. Acessado em 28 de janeiro de 2022.

MELLO, Luiz; *et al.* Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sex., Salud Soc.*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 7-28, dezembro de 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: SOUSA, Luis Antonio Francisco; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 47-68. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault_book.pdf. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

MOURA, Erly Catarina de; LIMA, Aline Maria Peixoto; URDANETA, Margarita. Uso de indicadores para o monitoramento das ações de promoção e atenção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2597-2606, outubro de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001000009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 de janeiro de 2022. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000009>.

MOREIRA, Deborah Souza; BROILO, Rodrigo. Quando a casa é o armário: Implicações da Pandemia de COVID-19 sobre a população LGBTI. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 138-155, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/66392>. Acesso em 10 de maio de 2022. <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2022.66392>

MULLER, Rita Flores; BIRMAN, Joel. Negociando saberes e poderes: a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem e a Sociedade Brasileira de Urologia. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 703-717, setembro de 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000300703&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de janeiro de 2022. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016005000011>.

PERILO, Marcelo; PEDROSA, Cláudio. Certos sujeitos, determinados desejos: das políticas de saúde para a população LGBT no

Brasil. In: **Anais do Congresso Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, UFSC, 23 a 26 de agosto de 2010, p. 1-8. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278270277_ARQUIVO_PeriloePedrosa,Saude,FG9.pdf. Acesso em 16 de agosto de 2021.

PERILO, Marcelo; PEDROSA, Cláudio; MELLO, Luiz. Entre a aids e a integralidade: travestis, transexuais, bissexuais, lésbicas e gays nas políticas públicas de saúde no Brasil. In: MELLO, Luiz (org.). **Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar**. Relatório de pesquisa. Goiânia: UFG, Faculdade de Ciências Sociais, Ser-Tão Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, p. 213-256, 2010. Disponível em: https://portais.ufg.br/up/16/o/teste_para_impress_o_sa_de.pdf. Acessado em: 28 de janeiro de 2021.

POGREBINSCHI, Thamy. **Conferências Nacionais e Políticas Públicas para grupos minoritários**. Texto para discussão – 1741. IPEA - Rio de Janeiro, p. 1-48, junho de 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1741.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2021.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; FRANCISCO, Alessandro. Foucault nas lutas estratégicas no campo da saúde. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 15, pp. 37-55, maio-agosto de 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/29471/20570>. Acesso em 16 de novembro de 2021.

SANTOS, Helen Barbosa dos; NARDI, Henrique Caetano. Masculinidades entre matar e morrer: o que a saúde tem a ver com isso? **Physis**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 931-949, setembro de 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000300931&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de janeiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000300014>.

SCHWARZ, Eduardo. Reflexões sobre gênero e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2581-2583, outubro de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001000004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de janeiro de 2022. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000004>.

SEPARAVICH, Marco Antonio; CANESQUI, Ana Maria. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. **Saude soc.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 415-428, junho de 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de janeiro de 2022. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200013>.

SOUTO, Kátia Maria Barreto. A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher: uma análise de integralidade e gênero. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 161-182, 2008. Disponível em https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12950. Acesso em 19 de fevereiro de 2022.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 16, nº 39, p. 11-24, 2003. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743/12116>>. Acesso em 30 de novembro de 2021.

ZOCCHE, Denise Antunes de Azambuja; *et al.* Percepções de enfermeiros acerca da integralidade da atenção à saúde feminina. **Revista de Enfermagem UFPE**, Recife, v. 11, n. 11 (suplementar), p. 4758-4766, outubro de 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/231219/25235>. Acesso em 16 de novembro de 2021. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i11a231219p4757-4766-2017>.

03

PERSPECTIVAS FEMINISTAS E QUEER PARA A PESQUISA EM HUMANIDADES: DIÁLOGOS EPISTEMOLÓGICOS E INTERDISCIPLINARES ENTRE DONNA HARAWAY E PAUL PRECIADO

**FEMINIST AND QUEER PERSPECTIVES FOR
HUMANITIES RESEARCH: EPISTEMOLOGICAL
AND INTERDISCIPLINARY DIALOGUES BETWEEN
DONNA HARAWAY AND PAUL PRECIADO**

Maurício João Vieira Filho

Mestre em Comunicação Social (UFMG)

Doutorando em Comunicação (UFJF)

E-mail: mauriciovieiraf@gmail.com

Ítalo Vinícius Gonçalves

Mestre em Comunicação Social (UFMG)

doutorando em Teoria Literária (UFMG)

E-mail: italovinicius@rocketmail.com

Resumo

Donna Haraway e Paul Preciado, de modo insurgente, se lançam frente às incertezas a fim de perceber os limites científicos tidos como universais, para a amplificação de saberes silenciados, mas também para tentar contrapor as centralidades de onde se pode enunciar. Neste artigo, objetiva-se tecer percepções e aproximações entre Donna Haraway e Paul Preciado para refletir possibilidades epistemológicas ancoradas em bases feministas e queer na pesquisa desenvolvida nas humanidades. Essa articulação é um ato de compreensão das políticas de conhecimento propostas no debate filosófico e de união interdisciplinar. Com o quadro epistemológico levantado, formam-se perspectivas e orientações para elaboração de problemas de pesquisas e formas de construir conhecimentos no campo científico das humanidades.

Palavras-chave: Epistemologia. Donna Haraway. Paul Preciado. Pensamento feminista e queer. Humanidades.

Abstract

Donna Haraway and Paul Preciado, in an insurgent way, launch themselves in the face of uncertainties in order to perceive the scientific limits considered universal, to amplify silenced knowledges, but also to try to counter the centralities from which one can enunciate. The aim of this

article is to weave perceptions and approximations between Donna Haraway and Paul Preciado in order to reflect on epistemological possibilities anchored in feminist and queer bases in research developed in the humanities. This articulation is a gesture of understanding the politics of knowledge proposed in the philosophical debate and of interdisciplinary union. This epistemological framework provides perspectives and guidelines for developing research problems and ways of constructing knowledge in the scientific field of the humanities.

Keywords: Epistemology. Donna Haraway. Paul Preciado. Feminist and queer thought. Humanities.

Introdução

Por muito tempo, acreditava-se que a universalidade da ciência era suficiente para apreender tudo e todos. Essa unicidade conduzida pela razão bastaria para que as investigações científicas fossem guiadas com métodos e teorias cristalizados em cânones, cujo propósito final seria apreender um objeto em sua totalidade. A tradição da ciência ocidental e moderna, que se estabeleceu sob a égide da neutralidade, não dá conta da heterogeneidade, da multiplicidade e das diferenças que emergem socialmente. Nesse sentido, questões políticas e filosóficas surgem

no campo científico, a partir de autoras e autores críticos cujas incertezas se direcionam para a percepção dos limites científicos tidos como universais, para a amplificação de saberes silenciados, mas também para tentar contrapor as centralidades de onde e sobre o que se pode abordar.

A epistemologia, enquanto processos filosóficos que se debruçam sobre a construção do conhecimento (Steup; Neta, 2020), deve desconfiar das estabilidades. O conhecimento está em movimento, é dinâmico, como Michel Foucault (2008) explica na *Arqueologia do saber*, ao propor a identificação de obstáculos e a promoção de rupturas no que parece consolidado. Essa inquietação remete à escavação das camadas de conhecimentos solidificadas para consagração de determinados discursos, a fim de entender como as cristalizações aconteceram e, assim, reconstituir a cena da construção dos saberes (Foucault, 2008). Olhar o mundo, pela proposta foucaultiana, significa honrar as descontinuidades históricas, cujas condições de existência possibilitaram aquilo que chamamos hoje de social, bem como a forma de nossos pertencimentos a tais materialidades. A historicidade daquilo que parecia estável permite notar que não é. Em outras palavras, trata-se de construções sociais por meio das quais, ao mirarmos o passado, temos um ato para (re)pensar o agora. Com desconfianças em vista, motivados por questionamentos

do contexto sócio-histórico-político no qual estamos, e buscando aproximar pensamentos que permitem rupturas nos saberes científicos, neste artigo, duas perspectivas filosóficas se apresentam pujantes e inquietantes nos processos éticos, políticos e filosóficos do conhecimento: *Donna Haraway e Paul Preciado*.

Bióloga e filósofa, as bases da formação acadêmica de Donna Haraway nos convidam para discussões críticas em relação à ciência. Influenciada pelas manifestações da organização *Take Back The Night*¹, na década de 1970, Haraway (2020a) se considera uma feminista no contexto da segunda onda do movimento. Outra forte influência em sua vida é a ficção científica, gênero que possibilita a criação de mundos e a fabulação de futuros outros. Todas essas ligações se enredam nos percursos políticos e epistemológicos traçados por Haraway (2020b, parágrafo 5, tradução nossa), que disse que: “nos tornamos grandes graças às conexões. Acredito que minhas ideias e, na medida em que posso, minha vida, são sobre gerar conexões”². Nesse sentido, as perspectivas

- 1 Trata-se de evento em formato de protesto, organizado por movimentos feministas, que visavam condições de segurança para as mulheres em espaços públicos. Para mais detalhes, indicamos a publicação da iniciativa *Women & the American Story*: <https://wams.nyhistory.org/end-of-the-twentieth-century/a-conservative-turn/take-back-the-night/>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- 2 No original: “Nos volvemos grandes gracias a que conectamos. Creo que mis ideas, y en la medida que puedo, mi vida, se tratan sobre generar conexiones” (Haraway, 2020b, parágrafo 5).

feministas, filiadas a questões sobre técnica e tecnologia, direcionam seu olhar aos fenômenos a partir da produção de novos “parentescos”, e situam os argumentos tecidos por ela, que atravessam diferentes campos científicos e conectam-se à história da ciência, às dimensões culturais e às críticas relacionadas ao poder-saber.

Já Paul Preciado, filósofo espanhol relevante no pensamento contemporâneo, desenvolve teorias e ideias que partem das vivências como homem trans e corpo não binário. Seu trabalho questiona as bases epistemológicas ocidentais que enclausuram discursos em redomas coloniais e modernas cujas validações indicam como os corpos devem ser e viver no mundo. Como Virginie Despentes (2020, p. 13) descreve-o, Preciado “[...] revela mundos a partir das margens, e o que tem de mais surpreendente é essa capacidade de continuar a imaginar outra coisa”. Os incômodos ao sistema sexo-político tensionam problemáticas às formas como os saberes se estruturam em regimes de normalização e normatização das vidas (Preciado, 2022b). Por isso, pelas passagens de fronteiras geográficas e do próprio corpo, Preciado consegue incomodar e subverter os saberes em dormência colonial e moderna.

Em ambas as filósofas³, notam-se possibilidades abertas, imaginativas e contribuições epistemológicas para repensar a prática científica. Nossa propósito, neste artigo, é tecer percepções e aproximações entre Donna Haraway e Paul Preciado para refletir possibilidades epistemológicas ancoradas em bases feministas e queer na pesquisa desenvolvida nas humanidades. Essa articulação é um ato de percepção das políticas de conhecimento propostas no debate filosófico, pretendendo, assim, interseccionar saberes para diferentes estudos e abordagens dos fenômenos estudados nas humanidades.

Nesse sentido, apostamos no desenvolvimento de pesquisas que consigam refletir sobre a própria ciência, o que permite a abertura de espaço para reflexões ancoradas em diferentes correntes teóricas, sendo uma delas embasada em epistemologias contra-hegemônicas e emergentes de experiências das dissidências. Escreve Martino (2023, p. 16), inspirado em bell hooks, que, “se podemos imaginar outros caminhos epistemológicos, é igualmente possível pensar, no sentido da pergunta, naqueles ainda a serem construídos”. É com esse horizonte que este artigo pretende avançar e almeja contribuir com diálogos interdisciplinares para diferentes campos científicos.

³ Neste artigo, optamos pelo uso do feminino como forma de desestabilizar o masculino genérico presente em línguas de origem latina, como o português. Consideramos essa escolha uma estratégia para questionar as normas gramaticais.

Pelo cruzamento epistemológico de Haraway (1995, 2009, 2020a) e Preciado (2018, 2021, 2022a, 2022b), emergem incômodos, geram-se mal-estares, impossibilitam-se lugares de certezas e nos bagunçam diante de quaisquer naturalizações. São autoras que, em suma, colocam em jogo a tensão, a ambiguidade e o paradoxal face à síntese esterilizante da modernidade. Pode-se apreender que existem falhas e, a partir desse olhar epistemológico, ter percepções críticas dos limites e das possibilidades de territórios teórico-conceituais em construção. Neste artigo, as discussões caminham por duas vias paralelas: uma voltada à epistemologia da parcialidade e às propostas ciborgues de Haraway; e outra direcionada ao corpo encarnado aos saberes em Preciado. Em seguida, os caminhos se convergem para trazer em voga as humanidades e traçar diálogos possíveis para nossas práticas científicas.

A visão de Haraway: compromisso com a ciência pela epistemologia da parcialidade

Crítica à ideia de objetividade da ciência, Haraway trabalha a filosofia do conhecimento como ação política comprometida com bases de partilha e diálogo (Haraway, 2020a). Esse caminho, concebido como *epistemologia da parcialidade*, carrega consigo a luta contra a objetividade centrada na fabulação de um sujeito universal mandatário do projeto

moderno que impera nas narrativas da historiografia ocidental. Trata-se de uma proposição de leitura crítica dos fenômenos e dos processos de produção de significados. O diálogo entre comunidades científicas e companheiras deve ser o meio para conseguir reconstruir significados e corpos com possibilidades de futuro (Haraway, 1995). As bases filosóficas não devem ser adotadas, portanto, como totalitárias e nem sequer relativistas, devido aos riscos e perigos que ofusciam a visão crítica.

A problemática epistemológica identificada pela filósofa diz respeito ao reducionismo científico, que mobiliza linguagens normativas para modelar todo o conhecimento na modernidade, cujos anseios atendem ao capitalismo, patriarcado e racismo. Para desestabilizar essa concepção científica cunhada por parâmetros limitadores, Haraway (1995) se vale da visão como sentido catalisador de separações entre o que vê e o que é visto. Essa cisão demarca a separação dicotômica entre sujeito e objeto, que deve ser subvertida ao contar com a visão para se ter leituras críticas e de objetividade encarnada, ou seja, objetividade instaurada justamente pelo reconhecimento da parcialidade como condição de sua produção. O poder de ver está atrelado a questões que devem ser lançadas sobre os saberes científicos: quem vê? De onde está vendo? A partir de qual perspectiva? A visão é ativa, constrói formas de

ver e projeta ângulos do quais miramos; por isso, constitui relações de poder. Ao colocar a visão no centro de uma readequação ética na produção do saber, Haraway (1995, p. 20) se distancia justamente daquilo que denomina como “truque de deus”: a performatização do conhecimento científico por meio da ficcionalização de uma onipresença neutra e distanciada por parte de seus produtores, que estariam, em teoria, em todo lugar e, ao mesmo tempo, em lugar nenhum.

O *saber localizado* ou *conhecimento situado*, conforme o entendimento da filósofa, é justamente aquele comprometido com o seu encarnamento, levando à possibilidade de instauração de um saber propriamente situado. Não se refere a qualquer pretensão científica de se projetar como universal, homogeneizador ou reducionista — armadi-lhas da modernidade que estruturaram o sistema-mundo e ordenam as apreensões científicas de forma limitante. A proposição de Haraway (1995) é justamente oposta, haja vista que só conseguimos ser objetivos se situarmos que nossas perspectivas são parciais. Ao conduzir esses movimentos, tornamo-nos responsáveis por aquilo que enxergamos, uma vez que localizamos um lugar atravessado e formado por relações de poder, a partir das quais miramos os fenômenos. Parcialidade e responsabilidade permitem questionar os dualismos que sustentam as bases patriarcais,

científicas, capitalistas, coloniais e modernas. Dualismos como homem-mulher, humano-máquina, natureza-cultura, vida-morte e tantos outros são falhos por não darem conta da heterogeneidade do mundo, desmantelam-se e precisam ser questionados incessantemente no fazer científico (Haraway, 1995).

Em uma ciência feminista cuja objetividade é encarnada e parcial, os sujeitos são apreendidos como dinâmicos e plurais. Logo, “precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de futuro” (Haraway, 1995, p. 16). Por essa característica, apostamos que o diálogo deve ser articulado com vistas a reconhecer a existência de outras perspectivas.

Aqui, vale lembrar da contribuição teórica da historiadora Joan Scott (2011), que também enuncia as condições de um futuro possível calcado naquilo que denomina de “lógica do suplemento”. Segundo Scott (2011), a História, bem como o campo do saber historiográfico, foi erigida não somente de maneira imprecisa, devido à supressão das mulheres como agentes históricos, mas brutalmente alienada quanto aos processos que possibilitaram a constituição, bem como a representação do social em que vivemos. A possibilidade da construção de novos modos de

entendimento e habitação dos saberes, fatos e imaginários sociais, desdobrados também a partir da manipulação e da performatização de um saber científico, viria apenas junto a uma reformulação de todo o campo do saber, cuja tarefa se encontra na reescrita e na readequação de suas premissas, cujo repovoamento dos sujeitos históricos se mostra indispensável a tal exercício. Assim, o suplemento seria mais que um preenchimento lacunar, mas uma total reparação epistêmica.

Ao seguir por outra face do argumento, Haraway se direciona ao “objeto”. Se, na história da ciência reducionista, o objeto é inerte e o mundo, passivo — posições que atendem às lógicas coloniais, capitalistas e patriarcais —, é necessário que tomemos o mundo como *agente*. O conhecimento situado, precisamos lembrar, é agente e ativo. Essas viradas epistemológicas encarnam o saber e bagunçam as fronteiras dicotômicas que organizam o mundo. Não somente teríamos, supostamente, controle sobre o mundo, mas também os objetos, os fenômenos e as técnicas exerçeriam controle sobre nós — seja ao nível subjetivo ou corporificado, instâncias que, na verdade, não se separam. A partir da concepção harawayniana de natureza-cultura, cujas relações históricas evidenciam a coprodução e co-constituição do mundo, somos e estamos aparentados por meio de contingências e complexidades paradoxais e multiformes.

Cabe o adendo de notabilizar o pensamento foucaultiano imbricado nas concepções de Haraway. Foucault (1998) desnuda as relações de saber e poder engendradas na constituição do corpo, separando dicotomias estanques em polos, os quais têm sempre o lado correspondente ao “outro” como alvo de coerção, ataque e pedagogização. Formam-se, portanto, tecnologias do corpo cujas configurações delimitam saber e poder, ao passo que o ideal de sujeito moderno é constituído. Haraway (2009) dá um passo adiante nessa relação. Se, para Foucault (1998), o poder é diluído e exercido no campo das microrrelações, e não concentrado em um agente ou em uma instância institucional, para Haraway, tal visão deixa de lado os atravessamentos de gênero, raça, classe e tantos outros marcadores da diferença, socialmente constituídos, que transpassam as relações, também por suas complexidades emergirem a partir das relações estabelecidas entre estes, sempre em fluxo relacional e situacional, cujos deslocamentos desembocam e instauram novos problemas e enredamentos nas práticas de saber-poder. Sem aprofundar nesses aspectos, é inevitável não ter uma visão fatalista de futuro, pois o poder estaria pairando em toda parte sem que se entenda de fato quem ou o que lhe sustenta.

Situar as relações de saber e poder aponta um movimento caro ao pensamento articulado pela filósofa: a

criticalidade (Haraway; Goodeve, 2015). Diferentemente de apenas criticar negativamente, esse caminho objetiva assumir um compromisso científico com a pesquisa. Não se trata de atacar o outro para encontrar a mudança e competir pela ascensão na academia, modelo rechaçado por Haraway, mas, sim, ter noção das parcialidades e perspectivas adotadas, das contradições, das ausências e dos limites que temos em qualquer investigação. Ser crítico, portanto, é muito menos massacrar, e, sim, contribuir generosamente para avanços da ciência.

Esse horizonte político e situado do argumento da filósofa tem um ponto fulcral pela ação, pela convocação das responsabilidades e pelo alerta dos riscos que corremos em regimes de violência e opressão: o *mito ciborgue* (Haraway, 2009). Ciborgue é um mito político, híbrido entre humanos e máquinas, cibernético. É uma metáfora que diagnostica os novos movimentos de “tornar-se com” (Haraway, 2008, p. 393), ou seja, de habitar e ser também habitado, cuja carne e verbo não se dissociam neste cenário de natureza-cultura. Não há um conceito fechado que signifique o ciborgue, mas, sim, as disputas que lhe formam.

[...] ele é um tópico aberto e o ciborgue está neste conjunto curioso de relacionamentos familiares com espécies-irmãs de vários tipos. É uma figuração que requer que se pense nos aspectos dos sistemas de comunicação

feitos pelo homem, a mistura do orgânico e do técnico que é inescapável nas práticas ciborguianas (Haraway; Goodeve, 2015, p. 59).

Por tais características e história que lhe forma, o ciborgue é um organismo capaz de repensar epistemologias, haja vista que surge no cenário da ficção científica e pode ser tomado para imaginar outras possibilidades e romper com fronteiras. Torna-se, nessa via, possível desconstruir essencialismos e ver que as fronteiras são ilusões óticas. “Assim, meu mito do ciborgue significa fronteiras transgredidas, potentes fusões e perigosas possibilidades — elementos que as pessoas progressistas podem explorar como um dos componentes de um necessário trabalho político” (Haraway, 2009, p. 45). O ciborgue evidencia a problematização da unidade por ser essa figura híbrida no entre-lugar. Mais ainda, por ser parcial, ele é uma perspectiva que sugere pensar mundos imaginados.

Na proposta trazida por Haraway, a tonificação das afinidades e dos laços é uma ação propositiva para dissolver a universalidade. Ao enfrentar as lógicas de dominação pela perspectiva da parcialidade, avança-se por novas e outras possibilidades políticas e epistemológicas. Na esteira desse argumento, é possível o questionamento das normas de gênero e sexualidade que atravessam e constituem saberes, ações ecoantes pelo pensamento de Preciado (Fontgaland; Cortez, 2015).

O corpo de Preciado: filosofia política incorporada

Ao entrelaçar testemunho e formalidade acadêmica, a obra *Eu sou o monstro que vos fala*⁴ confronta epistemologias e desloca todo o fazer científico. Neste excerto, Preciado (2022) comenta a trama que precisou tecer para desordenar discursos e políticas.

Eu, um corpo trans, um corpo não binário, a quem nem a medicina, nem o direito, nem a psicanálise, nem a psiquiatria reconhecem o direito de falar sobre minha própria condição na qualidade de especialista, ou de produzir um discurso ou uma forma de conhecimento sobre mim mesmo, aprendi, como Pedro Vermelho, a língua de Freud e de Lacan, do patriarcado colonial, a língua de todos os que estão presentes nesta sala, e a quem agora me dirijo (Preciado, 2022, p. 14).

Pela coragem de enfrentar as prescrições reiteradas por aquela plateia, que se coloca na posição da universalidade, e pela genialidade de perceber as armadilhas epistemológicas,

4 Originalmente publicado em francês como *Je suis un monstre qui vous parle. Rapport pour une académie de psychanalystes*, pela Éditions Grasset, a obra consiste no discurso de Preciado para 3.500 psicanalistas, em que discorre sobre como saberes da psicanálise sobre gênero invalidam vidas, como a dele, patologizam corpos e anulam falas por meio da validação discursiva por práticas científicas e institucionais. Vale ressaltar que, antes da publicação na íntegra do discurso, uma vez que Preciado foi interrompido em sua fala, circulava uma versão mais condensada pela internet.

Preciado, cujas obras têm criticalidade, aproxima leitores e oferece caminhos abertos ao diálogo, com uma indocilidade para questionar e colocar as normatividades sob o fio da navalha. O choque do filósofo diante dos psicanalistas insurge para contestar e subverter construções de saberes que se canonizaram na limitação de desvios, doenças, monstruosidades, silêncios e apagamentos. O desconforto causado pelo discurso, sendo interrompido durante a fala, é um ato de cobrança epistemológica no sentido de tensionar lógicas de poder e saber vigentes na sociedade. Ao mobilizar linguagens e conceitos de diferentes áreas científicas, destacando a interdisciplinaridade, volta-se para o debate do/com/no corpo (Preciado, 2022).

Quando desconstrói o discurso médico, psicanalítico e jurídico de controle dos corpos e reconstrói o próprio corpo, jogando com as peças disponíveis no tabuleiro normativo, Preciado evidencia a implosão de sistemas que se legitimam por estruturas de poder e saber. Por outras palavras, ele consegue insurgir com a linguagem que o oprime, recorrendo aos mecanismos discursivos para estremecer uma plateia que, frequentemente, se coloca como arauto de normalidade para atribuir anormalidades às experiências humanas. Essa ação representa uma tentativa de implosão, de ruir o sistema sexo-político de dentro para fora, com vistas a destruí-lo, evidenciando as faláciais que erigiram fundamentos científicos de universalidade e parâmetros aos corpos.

Esse discurso aponta, portanto, para a apreensão de que “a epistemologia é a própria condição de um regime de representação” (Preciado, 2021, parágrafo 20). Em vista disso, uma epistemologia cisgenderopatriarcal se configurou e cristalizou com dicotomias para estabelecer poder e saber. A ideia de que os ditos “normais” e “hegemônicos” não possuem uma identidade, como querem acreditar e somente designar algum tipo de demarcação para os outros, é uma falácia. “Não existe identidade mais esclerosada e mais rígida do que a sua identidade invisível. Que a sua universalidade republicana. Sua identidade leve e anônima é o privilégio da norma sexual, racial e de gênero” (Preciado, 2022a, p. 31). Trata-se de uma tentativa de distanciar de si qualquer forma de atribuição de significados, cuja finalidade seja alçar um patamar de universalidade e significar os outros na busca pela consolidação de regimes de violência.

Ao seguir além nas argumentações, Preciado (2022b) defende a liberdade do corpo em um manifesto cuja potência se dá pela *contrasexualidade*, um contraste ao sistema sexo-político estabelecido em essencialismos e atribuições a uma natureza humana. A ação contrasexual é oposta a isso, ou seja, visa desenvolver estratégias de ordem política que permitam aberturas para vidas e subjetividades livres de cristalizações de gênero, sexualidade e sexo. Ao desmantelar binarismos como homem e mulher, os corpos

passariam a ser vivos e abririam mão dos privilégios que o sistema traria para os indivíduos. Há dois pontos centrais nesse desmonte sociocultural, sendo que “[...] a sociedade contrassexual se dedica à desconstrução sistemática da naturalização das práticas sexuais e do sistema de gênero” (Preciado, 2022b, p. 33), ou seja, um dos cernes é romper com naturalizações que tentam atribuir a um corpo uma determinada correspondência de gênero, a partir da sexualização de órgãos. O segundo ponto se refere ao fato de que “[...] a sociedade contrassexual proclama a equivalência (e não a igualdade) de todos os corpos vivos-sujeitos falantes que se comprometem com os termos do contrato contrassexual dedicado à busca do prazer-saber” (Preciado, 2022b, p. 33). É importante notar que a ideia de igualdade, em certa medida, carrega consigo uma equiparação de todos os indivíduos em uma lógica de uniformidade e homogeneidade, que não reconhece necessidades, especificidades e urgências, enquanto a equivalência seria uma forma de reconhecer todos os corpos com o mesmo valor de vida.

Pela contrassexualidade, como uma *teoria do corpo*, abrir-se-iam caminhos que permitiriam debruçar nos questionamentos das transformações tecnológicas com as quais os corpos e as relações foram se ordenando na matriz cultural. “A contrassexualidade se inscreve na genealogia das análises de Monique Wittig, na pesquisa dos

dispositivos sexuais modernos conduzida por Foucault, nas análises da identidade performativa de Judith Butler e na política do ciborgue de Donna Haraway” (Preciado, 2022b, p. 36). Esse diálogo com pensadoras e pensadores que, cada uma a seu modo e tecendo uma trama de críticas para os estudos das humanidades, permitem reforçar o debate da heterossexualidade compulsória, das relações de poder, da performatividade de gênero e de uma visada que extravasa fronteiras entre identidades, corpo, orgânico e tecnológico.

Se, em um primeiro momento, a contrassexualidade aparenta ser uma utopia, isso se dá justamente pelo fato de estarmos imbuídos pela reiteração dos discursos sobre como se deve ser ou não ser, como devemos nos relacionar e comportar no mundo, quais caminhos devemos seguir em nossas vidas, os quais nos impedem de ter outras perspectivas e contraproduzir tal regime regulatório. Por esse motivo, no mundo contemporâneo, Preciado é um nome central para reflexões com/no corpo e para tecer argumentos contranormativos como alternativas aos mecanismos modernos.

Com tantas mudanças na contemporaneidade, esse regime sexo-político tende a colapsar, pois estamos em revolução, conforme salienta o filósofo. Em entrevista durante a emergência da pandemia de covid-19, Preciado (2021) observa uma transformação epistemológica em ebulação. Aqui, podemos perceber paralelos com o pensamento de

Haraway (1995), à medida que o filósofo frisa as disputas semiológicas e epistêmicas pelos processos simbólicos da linguagem. Por outras palavras, debates e embates nos significados e nos corpos com os quais estamos vivendo no mundo. Por certo, configuram-se ações que demandam responsabilidade e consciência, sobretudo pela complexidade dos antagonismos que marcam esse regime de mudanças e os perigos imbuídos.

Conforme Preciado (2021) pondera, de um lado, existe uma revolução política em efervescência implodindo patriarcado, colonialismo e capitalismo. Porém, em contrapartida, há uma contrarrevolução neopatriarcal, como a que se instaura no Brasil no presente e da qual a extrema-direita representa, por ora, a mais perfeita encarnação. Basta lembrarmos da disputa de narrativas sobre o aborto que ocorreram em 2024, na qual as fronteiras entre progressismo e conservadorismo já não se colocam de maneira tão bem delimitadas. Discussões sobre o direito ao aborto legal, afinal, não raro têm silenciado as existências trans.

Convergências e diálogos possíveis para pensar a pesquisa científica nas humanidades

Na sociedade do conhecimento, a linguagem e a cultura tornaram-se meios de produção fundamentais. Dessa forma, os objetos de estudo tradicionais das humanidades,

como o ser humano, a cultura, a memória e as linguagens, permanecem essenciais para a compreensão da realidade contemporânea. Todavia, as humanidades têm sofrido com contextos de alavanca de vulnerabilidades dentro da própria universidade, onde, apesar de ser um espaço fundamental para o desenvolvimento epistemológico, a lógica da eficiência produtiva, econômica e burocrática vigora em meio ao capitalismo neoliberal e à globalização (Ribeiro, 2012). Conforme o argumento de António Sousa Ribeiro (2012, p. 118):

Deste ponto de vista, a crise das Humanidades não exprime senão a crise mais geral, dominada pela hegemonia de conceções [sic] da economia, da política e da sociedade que conhecem apenas uma razão instrumental e para as quais, por conseguinte, a interrogação autorreflexiva e a busca de sentido próprias da perspectiva das Humanidades são inteiramente irrelevantes.

Ao refletir sobre uma crise mais ampla resultante da razão instrumental, observa-se que as humanidades têm sido colonizadas por critérios restritos ao utilitarismo e ao pragmatismo, que desvalorizam a reflexão e os aspectos humanísticos. Historicamente, essa construção epistemológica, apesar de reconhecer a importância da subjetividade, permanece fortemente influenciada por tradições eurocêntricas e estruturada em dicotomias como sujeito-objeto,

natureza-cultura e mente-corpo. Além disso, é fundamental reconhecer que o contexto sociopolítico atual, marcado pela ascensão de conservadorismos e violências, exige uma tomada de posição diante dos sucessivos ataques às ciências. Esses ataques vão desde discursos que visam desqualificar a produção científica até cortes de financiamento para pesquisas, além da desvalorização de estudos que abordam temas essenciais à vida e à experiência humana, como os corpos, os marcadores sociais da diferença e as relações culturais.

Ancorar a leitura do presente ao repertório dessas filósofas é um ato de enfrentamento aos contextos de violência e uma forma de resistência diante dos recrudescimentos que buscam se tornar hegemônicos. Analisar fenômenos humanos e sociais a partir dos estudos de Haraway e Preciado nos abre caminhos para uma construção científica que rompe com cristalizações modernas — as quais insistem em binarismos e na separação entre sujeito e objeto —, propondo, ao invés disso, um olhar que privilegia relações, interações e processos. Haraway apresenta uma ciência situada e parcial cuja proposição questiona a neutralidade ilusória que forma o conhecimento. Preciado desenvolve uma filosofia radical centrada no corpo como campo de experimentação biopolítica e tecnodiscursiva. Trata-se, conjuntamente, de atos que desafiam conceitos políticos e epistemológicos, insurgindo-se contra as hierarquias

historicamente estabelecidas e abrindo-se ao diálogo que possibilite a construção de outras realidades e mundos. Esse caminho se aproxima da consideração de Ribeiro (2012) que nos sugere a saída de uma fragmentação do conhecimento como forma de dar uma guinada nas humanidades rumo a uma construção coletiva mais ampla e interdisciplinar.

Quando percebemos os trânsitos, as transformações e os avanços na ciência, é fundamental termos em vista as dimensões discursivas e simbólicas desse processo dialético. Devemos, assim, caminhar para a forma como o conhecimento é produzido e, por isso, questioná-la e situá-la. Notar que se trata de uma perspectiva situada, segundo Haraway (1995), é o que efetivamente contribui para o avanço das pesquisas científicas. Isso significa que a produção do saber deve estar ancorada em uma posição específica, ao invés de uma pretensa objetividade. Repensar a objetividade e incorporar o compromisso da parcialidade representa o deslocamento para as humanidades, que assumem dimensões indissociáveis de políticas, de afetos, das culturas e da linguagem. Isso está alinhado aos argumentos de Preciado (2018, 2020) e se torna viável no contexto das humanidades.

Preciado (2018, 2022a, 2022b) demonstra como a materialidade dos corpos é afetada por tecnologias, discursos e políticas de regulação. Dessa forma, pensar as humanidades a partir dessa perspectiva implica reconhecer que os corpos

não são somente receptores do conhecimento, mas agentes ativos na/para a sua produção. O corpo em Preciado é uma tecnologia em constante modificação, ou seja, espaço de disputa e resistência que desafia noções tradicionais de identidade e de experiência.

O pensamento de Preciado e a incorporação dos saberes à própria vida e a partir dela salienta a necessidade de posicionar o próprio corpo como tecnologia capaz de desestabilizar a fixidez. Preciado (2022a, 2022b) subverte regimes fechados de pensamento científico que abjetificam quem ele é — e tantas outras pessoas que não correspondem aos empreendimentos normativos. Reconhecer as constituições das diferenças nas humanidades avança as apreensões sobre os sujeitos e suas relações, bem como aos conhecimentos que se transformam. De tal maneira, desestabilizamos relações de poder que se estruturam na comunicação, em processos simbólicos, nas práticas sociais e nas representações.

Se a proposta do ciborgue de Haraway (1995) exprime a fusão entre humano, máquina e discursos tecnocientíficos, os corpos dissidentes, os usos de próteses e de tecnologias performativas analisadas por Preciado (2018, 2022b), que se inclui e parte a filosofia a partir da própria experiência, tensionam ainda mais essa hibridização, ao romper as fronteiras entre natural e artificial. No contexto das

humanidades, essa junção sugere que as disciplinas não devem mais ser refletidas em moldes rígidos, mas sim como campos interconectados e interdisciplinares que devem dialogar com tecnologias, ativismos, discursos de gênero e novas materialidades.

Importante lembrar a proposição de Haraway (1995) sobre a visão como o sentido que localiza de onde se mira para as coisas do mundo, com quais interesses e o que é visto. Devemos ter perspectivas que implicam o desafio de lidar com o vivo, a tensão e a interação, mas reconhecer de onde se enuncia e a parcialidade — chave central para um pensamento científico compromissado eticamente com o conhecimento. Haraway desafia, assim, a figura do pesquisador distante dos fenômenos que investiga e sugere que toda investigação é sempre parcial, interessada e comprometida. Pensar dessa forma implica reconhecer que as humanidades não podem ser concebidas em campos isolados. Ao contrário, devemos identificar os trânsitos e as intersecções entre as diferentes áreas do conhecimento científico como forma de estudar a complexidade dos fenômenos humanos. Por outro lado, abrem-se desafios epistemológicos, tal como se nota na contemporânea, haja vista que as universidades e modos de pesquisas ainda funcionam sob uma lógica rígida e disciplinar.

Ter essas proposições como parte das construções do conhecimento, permite-nos aproximar mais uma vez de Haraway, ao passo que seu pensamento filosófico se abre para atos esperançosos de desenvolvimento científico. Isso significa que ela nos impulsiona a estranhar regimes científicos canônicos e cristalizados e caminhar para o diálogo, entendendo a parcialidade como modo de repensar mundos. Tanto que a metáfora do ciborgue (Haraway, 2009) carrega perguntas que se projetam como formas de repensar futuros e vidas, assim como desejos e investidas. “Significa tanto construir quanto destruir máquinas, identidades, categorias, relações, narrativas espaciais” (Haraway, 2009, p. 99). Como um mito, não tem respostas delimitadas ou percursos fechados, o que se oporia às provocações, mas investe na transformação, o que, nas humanidades, pode ser um trunfo para o desenvolvimento científico que força a (re) pensar fenômenos vivos, em transcorrência e parte da vida.

Nos pontos em que se interseccionam, Haraway e Preciado propõem a dúvida ao que parece estável ou aparentemente cristalizado na ciência moderna. Desconfiar das certezas e lançar perguntas são ações caras para um fazer científico aberto que não negligencie a heterogeneidade, que tenha criticalidade e que não busque a restrição da universalidade. Ademais, resgatar a proposta de Preciado (2022b) é uma maneira de provocarmos como corpos falantes,

não restritos às imposições binárias e normativas, a fim de que haja reconhecimento pela equivalência. Com esse quadro epistemológico de Haraway e Preciado, formam-se perspectivas e orientações para elaboração de problemas de pesquisas e formas de construir conhecimentos. Para terminar, “o pensamento ocorre quando as coisas que funcionavam deixam de funcionar. Em momentos de decomposição, a possibilidade de outra coisa se torna mais urgente e fácil de imaginar” (Haraway, 2020b, parágrafo 26). A tarefa da pesquisa é árdua e contínua no exercício de acurar as perguntas e de estranhar aquilo que se lança como neutro, relativo ou unitário, pois, assim, desenvolvemos a tessitura conceitual, epistemológica e política.

Considerações finais

Neste texto, propomos compreender como Haraway e Preciado, cada uma a seu modo de construir o pensamento científico, desenvolvem filosofias que ampliam e potencializam o debate epistemológico em direção a ciências mais abertas e acolhedoras, contrárias às dicotomias e aos binarismos, capazes de estremecer universalismos. Na história da humanidade, a separação de indivíduos e grupos em polos opostos serviu à manutenção de relações de poder e de violências contra corpos e vivências culturalmente marginalizados pelas hegemonias sociais. Nesse

sentido, nosso objetivo não foi esgotar todos os conceitos e as provocações de cada uma, tampouco a esmiuçar de forma exaustiva e totalitária, mas, a partir das articulações entre seus pensamentos, entender os limites e as parcialidades formadoras do processo científico, assim como explorar perspectivas que desafiem regimes que querem fixar no mundo um único e, muitas vezes, binário modo de interpretar os fenômenos sociais e humanos.

A contingência dos corpos, das experiências e dos discursos deve ser considerada nas humanidades. As implicações políticas e éticas nos direcionam ao questionamento da própria posição da pesquisadora e a sua relação com o objeto de estudos. Também nos exige estar implicados nos fenômenos sociais e humanos, tornando visível e compreensível o lugar da pesquisa na produção do próprio objeto estudado.

Esse caminho nos lança aos desafios da própria escrita acadêmica. Se partimos do pressuposto de que o conhecimento não é neutro e que os corpos estão implicados na pesquisa, a escrita deve refletir essa postura. Lembremos que “[...] toda pesquisa emerge de afetos, dúvidas e incômodos, sendo que os fenômenos podem nos tocar e fazer com que movimentemos em busca de caminhos, porém, por razões diversas, entre as quais a barreira da escrita acadêmica, podem ser desprezados e não reconhecidos [...]” (Vieira Filho, 2024, p. 300). Ter esse reconhecimento

como base nos abre alternativas de escritas que envolvam experimentações como parte do campo epistemológico.

Para concluir — sem, no entanto, encerrar a reflexão —, aproximar Haraway e Preciado e identificar convergências entre suas filosofias nos inspira a reconfigurar as epistemologias normativas. Por outras palavras, é questionar noções de um sujeito de conhecimento que se lança como universal e neutro; é incluir e trazer as luzes das perspectivas feministas, queer e outras, que desafiam as hegemonias, ao centro das pesquisas nas humanidades; é pensar a produção de conhecimento com o corpo e com criticalidade. Essa performatividade da pesquisadora, articulada ao processo científico, é fundamental para que as humanidades sejam éticas, assumam compromissos políticos e desafiem configurações cristalizadas que se apresentam como únicas formas de existência. As humanidades são campos de disputa e transformação, que se atualizam conforme o tempo histórico e que precisam romper com totalizações.

Referências

DESPENTES, Virginie. Prefácio. In: PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

FONTGALAND, Arthur; CORTEZ, Renata. Manifesto ciborgue. In: **Enciclopédia de Antropologia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2015. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/obra/manifesto-ciborgue>. Acesso em: 22 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder.** 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

HARAWAY, Donna. **Conversaciones con Donna Haraway: cómo sobrevivir en (y con) la Tierra.** [24 de abril de 2020a]. México: Terremoto. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/261215-conversaciones-con-donna-haraway-como-sobrevivir-en-y-con-la>. Acesso em: 5 ago. 2024.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Orgs.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33-118.

HARAWAY, Donna. **When species meet.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.br/index.php/cadernos-pagu/article/view/1000>.

unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 22 jun. 2024.

HARAWAY, Donna. “**Tornei-me feminista graças à ficção científica**”. Entrevista com Donna Haraway. [19 de fevereiro de 2020b]. Espanha: El País. Entrevista concedida a Pablo Ximénez de Sandoval. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596501-tornei-me-feminista-gracas-a-ficcao-cientifica-entrevista-com-donna-haraway>. Acesso em: 22 jun. 2024.

HARAWAY, Donna; GOODEVES, Thyrza Nichols. Fragmentos: Quanto como uma folha. Entrevista com Donna Haraway. **Revista Mediações**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 48-68, 2015. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n1p48>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MARTINO, Luis Mauro Sá. Na cozinha das ciências: os usos do conceito de epistemologia na pesquisa em comunicação. **Galáxia**, São Paulo, v. 48, p. 1-22, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2553202361624>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022a.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022b.

PRECIADO, Paul B. **Regime heteronormativo e patriarcal vai colapsar com revolução em curso, diz Paul Preciado**. [16 de janeiro de 2021] São Paulo: Folha de S. Paulo. Entrevista concedida a Naná DeLuca e Úrsula Passos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/01/regime-heteronormativo-e-patriarcal-vai-colapsar-com-revolucao-em-curso-diz-paul-preciado.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RIBEIRO, António Sousa. **Humanidades**. Edições Almedina, 2012.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 65-98.

STEUP, Matthias; NETA, Ram. Epistemology. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Califórnia: Stanford University, 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/epistemology/>. Acesso em: 29 maio 2024.

VIEIRA FILHO, Maurício João. Aberturas e possibilidades da escrita acadêmica: experimentações, vivências e afetos. **Revista Debates Insubmissos**, [s. l.], v. 7, n. 25, p. 289–304, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.32359/debin2024.v7.n25.p289-304>. Acesso em: 17 mar. 2025.

04

RESISTÊNCIAS INTERSECCIONAIS EM UM TERREIRO DE UMBANDA NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ

**INTERSECTIONAL RESISTANCES IN AN
AFRO-BRAZILIAN RELIGIOUS TEMPLE AT THE
COUNTRYSIDE OF THE STATE OF CEARÁ, BRAZIL**

Antonio Ailton de Sousa Lima

Mestre em Psicologia (UFC)

Doutorando em Psicologia (UFC)

E-mail: ailtonlimah12@gmail.com

James Ferreira Moura Jr.

Doutor em Psicologia (UFRGS)

*Professor da Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-brasileira*

E-mail: james.mourajr@unilab.edu.br

Larissa Niemann Pellicer

Mesta em Psicologia (UFC)

E-mail: larissaniemann95@gmail.com

Marina Passos Pereira Campos

Doutoranda em Psicologia (Università degli Studi di Napoli Federico

II em regime de cotutela com a Universidade Federal do Ceará)

E-mail: maripassos14@gmail.com

Resumo

O presente artigo pretende analisar as estratégias de resistência de praticantes da religião Umbanda perante a intersecção entre os marcadores de pobreza e raça. Baseia-se em um estudo de abordagem qualitativa que utilizou as metodologias de observação-participante e das entrevistas semiestruturadas com adultos que aceitaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento. Os resultados foram analisados utilizando a metodologia da Análise do Discurso e revelaram diferentes formas de autorreconhecimento racial e sua relação com a religião, bem como percepções sobre a pobreza. Além disso, emergiram representações acerca da pobreza permeadas por perspectivas religiosas, assim, evidenciando-se práticas individuais e coletivas como forma de enfrentamento aos dispositivos de opressão inscritos no cotidiano de umbandistas da cidade de Acarape-Ceará, Brasil.

Palavras-chaves: Interseccionalidade; Raça; Pobreza; Umbanda.

Abstract

This article aims to analyze the resistance strategies of practitioners of the Umbanda afro-brazilian religion in the face of the intersection between the markers of poverty and race. It is based on a qualitative study that used the methodologies of participant observation and

semi-structured interviews with adults who agreed to take part in the research. The results were analyzed using the Discourse Analysis methodology and revealed different forms of racial self-recognition and their relationship with religion, as well as perceptions of poverty. In addition, representations about poverty permeated by religious perspectives emerged, thus highlighting individual and collective practices as a way of confronting the devices of oppression inscribed in the daily lives of *umbandistas* in the city of Acarape, countryside of the northeast state of Ceará in Brazil.

Keywords: Intersectionality; Race; Poverty; Umbanda.

1. INTRODUÇÃO

A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta analítica, bem como uma práxis político-crítica em torno das relações de poder que envolvem as categorias de raça, classe e gênero. Estas operam de maneira unificada e não de maneira hierárquica (Collins, 2020), nesse sentido, seus impactos não podem ser compreendidos separadamente.

Para melhor definir a interseccionalidade, a pensadora negra Kimberlé Crenshaw (2004) utiliza uma analogia que

compara o conceito a diversas avenidas [eixos de opressão], que em determinados lugares se cruzam. Ou seja, o entrecruzamento de opressões de diferentes fluxos confluem simultaneamente, intensificando a vivência da desigualdade e do sofrimento de determinados sujeitos e grupos. Assim, a interseccionalidade busca compreender a institucionalização das relações de poder que se agenciam a partir da intersecção de marcadores identitários como raça, classe, gênero, e dentre outros marcadores e práticas mutuamente excludentes (Akotirene, 2019).

Esta ferramenta analítica tem se popularizado no contexto acadêmico na busca de entender e explicar como as desigualdades sociais, violentamente criadas, atravessam e refletem nas vidas de determinadas pessoas e grupos. Assim, podendo contribuir para o enfrentamento desses cenários através da elaboração de estratégias de reparação das injustiças sociais, bem como na expansão de políticas públicas que atuem de forma interseccional para uma efetiva defesa e afirmação dos direitos humanos.

É possível mencionar iniciativas e conquistas nessa direção, como a) as leis antirracistas, tal qual a Lei 10.639/03 que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas (Brasil, 2003), um marco significativo na luta pela igualdade racial e pela valorização da cultura negra; b) o programa de renda mínima, segundo o qual

todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social tem direito a uma renda básica familiar, com atenção especial à primeira infância, às gestantes, crianças e adolescentes (Brasil, 2023); c) as leis contra atos de intolerância e racismo religioso, como a Lei 11.635/2007 (Brasil, 2007), que instituiu o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, a Lei 14.519/2023 que marca o Dia Nacional das Tradições de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, e a Lei 14.532/2023, que equipara à injúria racial quaisquer atos contra manifestações ou práticas religiosas. No entanto, estas não consideram os diferentes marcadores sociais que se interseccionam, nem asseguram que cidadãos possam expressar publicamente a sua cultura e fé, sem medo de sofrer violências de qualquer natureza.

Em um país estruturalmente racista como o Brasil, são diversos os contextos os quais poderíamos analisar segundo a ótica da interseccionalidade. Neste artigo nos concentramos na hegemonia religiosa católica-cristã, a qual, historicamente criminaliza e vulnerabiliza as religiões como o Candomblé e a Umbanda. Religiões de origem negra que, consequentemente, foram destinadas à situação de pobreza e vulnerabilidade social (Lima, Negreiros & Moura Jr., 2020).

Ao olharmos para a Umbanda e o seu contexto como religião afro-brasileira, utilizamos a interseccionalidade enquanto lente analítica, na tentativa de (re)construir

vivências, marcos históricos, percepções culturais, bem como evidenciando potencialidades de resistência e suas particularidades, sem cair nas armadilhas de generalizações (Cardoso, 2012). Assim, é possível identificar subordinações a partir de dois ou mais estruturas de dominação (Crenshaw, 2002). Nesse sentido, destaca-se que, paralelamente aos processos de dominação, apresentam-se os processos e estratégias de resistência elaborados por estes grupos, oprimidos pela estrutura hegemônica de poder.

Pensar atos de resistência é também pensá-los como atos situados em determinados contextos, mas que podem gerar uma consciência coletiva em prol de uma determinada questão. As resistências se constituem das experiências e lutas cotidianas por meios de processos histórico-críticos caracterizados por conflitos raciais, injustiças sociais, crises socioeconômicas, exploração e subalternização das relações de produção, bem como na hierarquização de sociedades em classes (Moraes, 2020) que incidem nos processos de consciência coletiva e autodefesa, assim, resultando em resistências.

Desse modo, entendendo as religiões afro-brasileiras, em especial a Umbanda, enquanto prática de resistência, esse estudo discute as proposições que se encontram permeadas nas entrelinhas das tramas diárias de contextos interiorizados e dotados de ritualísticas em um terreiro de Umbanda em Acarape, Ceará. Como apontam Lima,

Negreiros e Moura Jr. (2020, p. 39) a Umbanda é entendida “[...] enquanto uma religião dotada de práticas decoloniais, que mesmo frente ao embranquecimento nos âmbitos da vida, se manteve no mercado religioso”.

Desse modo, ao alinharmos a perspectiva teórica junto à perspectiva vivencial dos povos de terreiro, buscamos descrever as estratégias de resistência de umbandistas frente à intersecção de pobreza e raça em Acarape-Ce. Assim, este estudo divide-se em três momentos: 1) apresentação de delineamento teórico conceitual em que se trabalha o conceito de interseccionalidade e suas relações com a Umbanda e os dispositivos de opressão diante de uma lente decolonial; 2) discussão das encruzilhadas metodológicas de caráter qualitativo que, por meio de entrevistas semiestruturadas e do software Iramuteq, construiu-se os sentidos deste estudo; e por fim, 3) expansão dos resultados e discussões gerados a partir dos relatos de praticantes umbandistas, nos quais buscou-se identificar, por meio de recursos como a *Nuvem de palavras e Análise de Similitude*, os seus movimentos e atos de resistência.

2. NOTAS SOBRE INTERSECCIONALIDADE

A conceitualização da interseccionalidade é uma tarefa complexa pois seu entendimento está para além de uma ordem linguística, metodológica ou teórica. Ela se configura

tanto como um conceito quanto como uma prática, em que ambas não podem operar separadamente, pois isso poderia provocar o esvaziamento do seu próprio sentido. É importante contextualizar que esse conceito-prática foi forjado por movimentos de lutas e resistências de mulheres negras (Akotirene, 2019) e, portanto, está desde a origem completamente conectado à realidade social.

Segundo Collins (2020, p. 14-15):

Embora todas as pessoas que utilizam as estruturas interseccionais pareçam estar sob um grande guarda-chuva, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais.

A multiplicidade de possibilidades analíticas que um olhar e uma prática interseccional nos oferece nasce a partir da compreensão que existe uma interação das inúmeras desigualdades de distribuição de poder relacionadas às categorias de raça, classe e gênero. A soma dessas desigualdades produz experiências de subjetivação múltiplas (Pocahy, 2011) que marcam os corpos dos sujeitos envolvidos nessa equação.

Advindo do pensamento e movimento feminista negro americano, as primeiras aspirações de noções interseccionais advém do manifesto “Combahee River Collective”

(1977). Em 1989, o termo interseccionalidade passa a ser designado enquanto conceitualização em torno da “*interseção de marcadores sociais, ampliando o enfoque para além das opressões sexuais e tornando nítidas as desigualdades advindas do racismo, da cultura heterossexual e da estratificação da sociedade em classes*” (Moura Jr et al., 2020, p. 214; Pocahy, 2011). A responsável pelo feito foi a teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw.

Sendo a interseccionalidade um dispositivo de compreensão e intervenção de agenciamentos discursivos perpassados por marcadores identitários da diferença, destaca-se que estes resultam em materialidades que, consequentemente, regulam formas socioculturais de subjetividades (Pocahy, 2011). Destacando os sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam e/ou estruturam a formação de identidades com base no gênero, raça e classe, citamos a abordagem sistêmica/estrutural (Henning, 2015). Esta concebe relações e estruturas de dominação como inseparáveis da interseccionalidade, resultando em processos de impedimento e/ou debilitação no que diz respeito às tentativas de resistência.

Além de afetar a formação de identidades, estabelece-se uma imposição de poder e propriedade de alguns em detrimento de outros, forjando uma carência de agência aos subordinados. No entanto, as relações de dominação

só se constituem porque existem práticas de resistência e rebeldia se opondo ao exercício do poder e ao mesmo tempo incitam seu exercício (Heckert, 2014). Ou seja, o exercício do poder instiga à ação.

Outra compreensão do que diz respeito à interseccionalidade, é a abordagem construcionista, em que distingue diferenças de desigualdades (Henning, 2015). Nesse sentido, as categorias de raça, gênero e classe são entendidas como relacionadas umas com as outras, e não de forma isolada. Ao considerar os efeitos das relações de poder, destaca-se, enquanto consequência, os agenciamentos e práticas de resistência interseccionais. Ou seja, temos papéis de protagonismo na medida que nos tornamos autores e coautores de nossas vidas (Prins, 2006).

Desse modo, a interseccionalidade permite a coexistência de diversas abordagens, que variam conforme sua função e, consequentemente, suas formas de conceber diferença e poder (Piscitelli, 2008). Tais abordagens se diferenciam quanto às possibilidade de agência concedidas aos sujeitos, agir este, mediado pela cultura e pela sociedade. Segundo Moura et al. (2020, p. 214): “*a(s) interseccionalidade(s) [...] vincula(m)-se à compreensão dinâmica da estruturação social, discutindo e buscando explicar a constituição das identidades a partir da inter-relação entre normas, valores, discursos e ideologias*”. Assim, é a busca pelo estímulo e complexidade do

pensamento em torno da(s) interseccionalidade(s) que se evita cair em essencialismos (Akotirene, 2019).

Através das ferramentas de análise oferecidas pelas perspectiva interseccional é possível desenvolver uma criticidade política, ou seja, um posicionamento crítico que nos permite compreender como as identidades marginalizadas são impactadas por estigmas e subordinações de gênero, classe e raça (Akotirene, 2019). A pensadora e militante afro-brasileira Carla Akotirene põe ênfase no fato de as opressões que estruturam essas subordinações terem sua matriz na perspectiva colonial moderna e sua lógica capitalística-neoliberal. Ou seja, são estruturas sociais de opressão históricas que se atualizam. Porém, apesar da rigidez das estruturas históricas de opressão, esse entrelaçamento de categorias *“podem resultar tanto em experiências de desigualdades sociais, quanto em oportunidades que representam muito mais que a simples soma de suas partes”* (Henning, 2015, p. 116), mas sim de resistências.

Dito isto, a interseccionalidade nos permite ter uma maior dimensão da constituição das identidades e suas complexidades, bem como, identificar desigualdades sociais existentes e as possíveis formas de resistência criadas a partir da agência coletiva, ação potencialmente insubordinada. Desse modo, a(s) interseccionalidade(s) nos instrumentalizam teórica e metodologicamente a enxergar

a matriz colonial moderna (racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado) contra os grupos tratados como oprimidos (Akotirene, 2019), bem como nos afasta do “[...] *reducionismo de um princípio unificador comum, sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão*” (Rodrigues, 2013, p. 06).

Ao compreender as desvantagens produzidas, bem como, as estratégias de enfrentamento às formas de opressão, destacamos que sua intersecção/confluência, potencializa os efeitos de todos os dispositivos de opressão, determinando posições e funções sociais dentro do sistema. Ao compreender as armadilhas coloniais, a interseccionalidade pode proporcionar ferramentas de agências para “desfazer”, “desmontar” e “desconstruir” possíveis desigualdades (Henning, 2015), é o ato de resistir. Afinal, atesta-se que sem a perspectiva interseccional teríamos uma maior dificuldade de compreender os processos de dominação, bem como os processos de resistência configurados em combate aos sistemas de dominação e desigualdades (Cardoso, 2012).

As práticas de resistência emergem de ações e atos individuais e coletivos, gerando uma tomada de consciência em torno das questões que se impõem. Ao compreender a interseccionalidade enquanto conceito-prática, é possível estabelecer uma democratização das relações sociais, assim havendo o enfrentamento das discriminações de forma

mais eficiente, como também, passa-se a elaborar e efetivar políticas públicas inclusivas coerentes com as necessidades, a considerar as opressões resultantes do entrecruzamento das inúmeras desigualdades de poder relacionadas às categorias de raça, classe e gênero (Cardoso, 2012).

Com isso, destaca-se que recorrer a interseccionalidade enquanto categoria analítica, possibilita elaborar ferramentas que capturam e levam ao entendimento do estruturalismo das múltiplas diferenças e desigualdades, a considerar que esta se dá em virtude da interação entre duas ou mais formas de subordinação, tendo como ênfase o patriarcado, colonialismo e o capitalismo (Akotirene, 2019). Nesse sentido, as discussões deste escrito estarão em torno dos dispositivos de opressão de raça e classe que praticantes umbandistas vivenciam em uma cidade interiorizada do estado do Ceará.

3. INTERSECÇÕES NA UMBANDA: ÓTICA DECOLONIAL E DISPOSITIVOS DE OPRESSÃO

Buscando a contextualização dos marcadores circundantes da problemática em estudo, explicita-se as relações entre os processos de implicações psicossociais de pobreza e raça vivenciados por umbandistas a partir de suas experiências de vida. Identificar a variável de raça na configuração de classe social e vice versa, é compreender discursos

preconceituosos e discriminatórios que desqualificam o corpo negro pobre no Brasil (Madeira & Gomes, 2018). Desse modo, compreender as problemáticas estruturantes estabelecidas da intersecção entre a pobreza e raça com povos de terreiro revela um novo olhar para esta problemática e estes sujeitos, a exemplo, as desigualdades.

Lima, Moura Jr. e Carvalho (2023) discorre que a desigualdade social no Brasil é um elemento constitutivo de sua historiografia que vem reverberando em dimensões política, econômica, social, racial, regional e cultural. Destaca-se que o período colonial e sua estrutura econômica de modelo escravocrata fomentou abismos sociais para trabalhadores(as) negros(as) e pobres. Como maior consequência das desigualdades geradas, aponta-se a pobreza afetando subjetiva e materialmente a vida das pessoas. Sublinha-se que para compreender a pobreza e os seus processos psicossociais, é necessário avaliá-la para além de uma ótica amparada na renda. Assim, torna-se necessário entender o fenômeno da pobreza de forma mais complexa, a considerar as experiências transpassadas de privações de direitos básicos (Moura Jr.; Ximenes & Sarriera, 2014). Assim, a pobreza modela contextos e constrói identidades sociais carregadas de estigmas que impossibilitam a emancipação do sujeito, tanto social, quanto economicamente (Moura Jr. & Ximenes, 2016).

Por outro lado, conceber a pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional significa compreendê-la como um fenômeno contra-hegemônico, sendo possível medir a pobreza diante diferentes perspectivas teóricas voltadas para o bem estar dos indivíduos. Ou seja, deve-se mensurá-la por diferentes formas de privações (Fahel & Teles, 2018). O conceito de pobreza multidimensional surge como uma ótica crítica e sensível à realidade social, possibilitando analisar as múltiplas dimensões que acarretam na privação do sujeito na sociedade. Assim, torna-se “[...] necessário definir um critério de corte ou ‘linha de pobreza’ para cada dimensão. Para identificar quem são os pobres em uma população, é preciso decidir como agrregar diferentes atributos” (Serra, Yalonetzky & Belik, 2017, p. 39) conforme as especificidades de cada contexto.

Nessa perspectiva, as desigualdades sociais configuram os mais diversos cenários que, para compreendê-las, é necessário relacionar o tempo histórico com as transformações e as questões sociais da contemporaneidade. Os estudos das desigualdades apontam como reflexão sobre a correlação entre as desigualdades pautadas nas segregações de pobreza com as desigualdades raciais (Lima, 2012, p. 234). Assim, o “[...] racismo, o patriarcado, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas” (Akotirene, 2019, p. 42) aos sujeitos atravessados por tais

dispositivos. Assim como a pobreza, a raça torna-se um nivelador de privações e oportunidades.

Na tentativa de compreender os problemas sociais em torno da Umbanda enquanto instituição religiosa de origem negra que, historicamente, tanto a Umbanda como seus praticantes foram vítimas de diversos tipos de violências, Silva e Serejo (2017, p. 232) discorrem que este não é um fenômeno recente, [...] o que inclui relações de violência com particulares e com o Estado, estando relacionada ao modo de introdução do negro na sociedade brasileira e a marginalização e discriminação racial por ele sofridas ao longo dos tempos". De modo que, estas violências se caracterizam no que Bourdieu (1989) denomina de violência simbólica, em alguns casos ultrapassando o plano do simbólico e se evidenciando de forma concreta. Assim, destaca-se o racismo e as implicações psicosociais associadas a este dispositivo de opressão que, consequentemente, desencadeia em práticas de preconceito e estigmas destinados a uma origem, a um corpo e as suas práticas culturais e religiosas.

Vivemos em uma sociedade pautada na racialidade, na criminalização e estigmatização do corpo negro e, consequentemente, de suas práticas culturais e religiosas. Um corpo e uma população racializada que socialmente foi condicionada ao maior contingente de situação de pobreza e vulnerabilidades (Lima, 2012). Nesse sentido, reitera-se

a importância da problemática no contexto acadêmico, questionando os privilégios de uma discursiva de uma branquitude classista, de forma a contribuir com estratégias efetivas de enfrentamento às desigualdades.

Santos (2015) aponta que não há como conceber a separação entre os problemas de classe e as questões étnico-raciais, pois estão plenamente articulados, em que influenciaram e influenciam as condições de vida, educação, lazer, trabalho e dentre outros âmbitos da vida da população negra e pobre, assim como no seu desenvolvimento psicossocial. É nesse sentido que destaca-se o processo psicossocial da pobreza e do racismo e suas intersecções dentro do(s) terreiro(s) de Umbanda.

Para que haja o entendimento do funcionamento do mercado religioso brasileiro, é essencial (re)visitar determinados períodos históricos, possibilitando a compreensão da origem da construção social, econômica, cultural e religiosa do Brasil, influenciada por questões étnicas e raciais que contribuíram para a naturalização de fenômenos como a desumanização, escravidão e servidão (Guimarães, 2009). Estabelecia-se, assim, relações de poder e delimitação do espaço de cada grupo social, regulando papéis, privilégios e, consequentemente, apagamentos de um grupo em detrimento de outro.

Pontua-se que historicamente as religiões afro-brasileiras foram e são alvos de perseguições, preconceitos e marginalização, como também seus praticantes, uma vez que estes são atravessados pelos sistemas de raça e classe. Ou seja, é a expressão da intolerância (Silva & Serejo, 2017) ao corpo negro, pobre e religioso, popularmente estigmatizado enquanto macumbeiro.

Bernardino-Costa (2015, p. 151) evoca discussões em que ressalta que “[...] a interseccionalidades possui uma dimensão mais dinâmica da produção, manutenção das lutas e resistências às desigualdades e às identidades estigmatizadas e subalternizadas”. Ou seja, as desigualdades e assimetrias sociais geradas pelo o encontro interseccional de vários marcadores sociais direcionados a determinados sujeitos também atuam como dispositivo de resistência conforme suas necessidades. Desse modo, concebe-se a resistência enquanto um processo constante e cotidiano do corpo negro, pobre, e também umbandista/macumbeiro. Assim, assinala-se que a população negra construiu diferentes formas de resistência que ultrapassam o tempo (Madeira & Gomes, 2018), (re)inventando mecanismos de resistências para a sobrevivência de seus corpos negros e pobres.

Com isso, ressalta-se a importância da articulação entre raça e classe social e a influência de suas intersecções nos diversos espaços sociais. Com isso, evidencia-se as intersecções

em torno do cruzamento identitário nos terreiros de Umbanda, na qual estes sujeitos, conforme seu acervo cultural e as violências vividas, elaboram estratégias de resistência como forma de enfrentamento às adversidades impostas.

Assim, buscou-se compreendê-las por meio das suas narrativas, considerando as estratégias cotidianas de enfrentamento frente às condições socialmente impostas que, por vezes imperceptíveis, os praticantes da Umbanda desenvolvem formas únicas de resistência para garantir sua existência coletiva.

4. MÉTODO

Destacando a dimensão interseccional e decolonial, o presente estudo apresenta-se a partir de um delineamento metodológico qualitativo. Assim, realizou-se uma aproximação respeitosa à realidade empírica (Minayo & Sanches, 1993) por meio da Pesquisa Participante (Barbier, 2002), possibilitando uma compreensão contextualizada do discurso dos umbandistas, bem como permitindo um maior envolvimento com o contexto de interesse e com os sujeitos envolvidos na pesquisa (Fals Borda & Rahman, 2013).

A considerar a metodologia de natureza participativa e dialética alinhada à perspectiva da teoria da decolonialidade, esta pesquisa possibilitou uma análise mais aprofundada das experiências cotidianas de indivíduos

pertencentes às comunidades negras, de baixa renda e praticantes da religião umbandista. Com isso, a aproximação ao campo envolveu a imersão do autor principal em giras (rituais religiosos) abertas, realizados no Centro Espírita de Umbanda Sete de Flechas, em Acarape, Ceará. Durante a pesquisa foi construído um diário de campo onde foi documentado com precisão todos os momentos, contribuindo assim para uma melhor sistematização das informações destinadas à análise.

Destaca-se também, que foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com base nas teorias decoloniais e interseccionais, assim seguindo uma abordagem de perguntas abertas (Duarte, 2004), bem como apreendendo os sentimentos, crenças e valores dos participantes, considerando as influências de seus marcadores identitários (Alves & Silva, 1992). É relevante destacar que foi adotada a técnica de debriefing (Koller, 2008). Essa abordagem envolveu a não divulgação do objetivo geral da pesquisa, com o intuito de evitar qualquer viés que pudesse afetar a disposição dos(das) entrevistados(as). As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas tanto presencialmente, como por meio da plataforma virtual Google Meet, sendo gravadas, posteriormente transcritas e submetidas a análise.

Vale ressaltar que, como critério de seleção dos participantes para a pesquisa e atendendo aos princípios

éticos, estes precisavam: serem adultos, praticantes da religião umbandista, residentes da cidade de Acarape, aceitar participar da pesquisa e assinar a TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram entrevistados(as) 4 (quatro) participantes que possuíam características distintas no que se refere a gênero, raça e sua percepção de pobreza. Destaca-se que, a fim de preservar suas identidades, foram intitulados com nomes erês (entidades de crianças na Umbanda), não estabelecendo nenhuma relação com os/as participantes.

Após a realização das entrevistas, o material coletado passou por análise utilizando o método da Análise do Discurso com o auxílio do software IRAMUTEQ (Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires, versão 0.7). Essa abordagem não apenas considera a frequência (quantitativo) do texto, mas também permite análises qualitativas da lexicografia dos dados textuais (Camargo & Justo, 2013). Os recursos de análise incluíram a Nuvem de Palavras, que organiza graficamente as palavras conforme sua frequência, e a Análise de Similitude que identifica co-ocorrências entre palavras, facilitando a visualização de conexões no texto. Dessa forma, foram destacados segmentos mais representativos de cada classe para enriquecer as discussões.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O corpus textual desse estudo é constituído a partir de 04 (quatro) entrevistas, sendo estas analisadas pelo software Iramuteq. Estas foram transformadas em 86 segmentos de texto (ST), com 2.626 ocorrências, 680 formas e 362 hapax (palavras que não se repetem no corpus), tendo uma média de ocorrências por texto com valor de 13,79%. Deste modo, inicia-se a exposição dos resultados a partir da Nuvem de Palavras (figura 1).

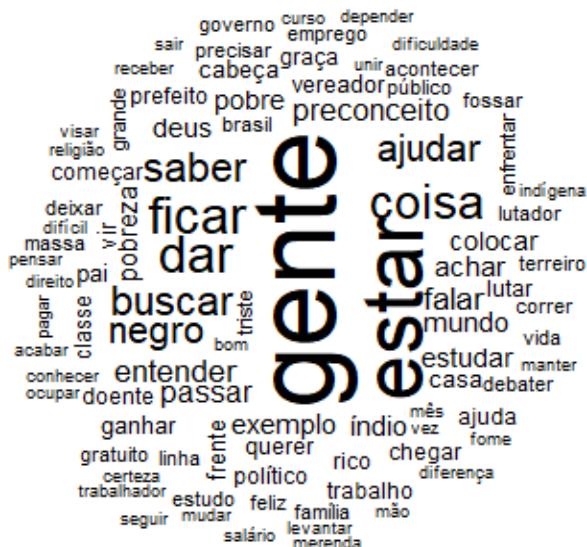


Figura 1- Nuvem de Palavras

Fonte: Próprio autor a partir do software Iramuteq

Com a visualização da *Nuvem de Palavras*, destaca-se que os principais verbetes evidenciados de maior frequência no

corpus textual foram: *gente, estar, ficar, dar, buscar, saber, ajudar, negro, falar, entender e preconceito*. Conforme o resultado, estas palavras remetem uma ideia em torno de um apoio mútuo, bem como uma ideia de enfrentamento, resultando em práticas de resistência. Nesse sentido, considerando os marcadores dos(as) interlocutores(as) desta pesquisa, que consequentemente se interseccionam, destaca-se suas trajetórias marcadas por situações adversas resultantes em modos de resistência.

Heckert (2014) assinala que as práticas de resistência se inscrevem nas entrelinhas do cotidiano de forma a enfrentar as violências diárias, como é o caso de ajuda e/ou resolutividade ao problema do outro. Segundo Benzaquen (2014, online), “*a resistência se traduz na afirmação da existência, que por si denuncia o que foi construído como inexistente, [...] através de processos de expropriação, repressão e/ou assimilação. A (r)existência pode acontecer através de processos de visibilização ou de invisibilização*”. Ou seja, a invisibilidade também pode ser entendida como um processo de resistência. Assim, tanto a visibilidade de resistências quanto a invisibilidade proporcionam a pluralização de ideias e ações que defendem emancipações diversas.

Conforme Benzaquen (2014) às práticas de resistência podem ser vistas por duas perspectivas: 1) pela fragmentação e particularismos dos processos; e 2), pelas ações

específicas de impacto político significativo, bem como a ampliação de possibilidades de articulações diversas entre resistências distintas. Assim, considera-se que estas fabricações implicam em mutações dos modos de existência, organização, bem como no sentido da participação política, assim, nos atraem, inquietam e afastam-nos das ordens e concepções naturalizadas (Heckert, 2014). Considera-se que as práticas de resistência vivenciadas pelos praticantes de Umbanda se materializam conforme as possibilidades fornecidas a estes sujeitos, que são recriadas em consonância das mutações dos próprios dispositivos de opressão.

Prosseguindo na análise dos resultados, outro recurso utilizado do Iramuteq foi a *Análise de Similitude*. Este permitiu gerar uma estrutura que organiza as palavras em comunidades (demarcadas por cores). Entre as comunidades existem linhas que ligam as palavras, assim estabelecendo suas relações. Ressalta-se que a espessura da linha determina o quão forte é a ligação entre as comunidades. Outro aspecto é o tamanho das palavras, o qual sinaliza o quanto as palavras são frequentes, bem como seu poder explicativo sobre suas comunidades (Figura 2).

Bagoas V.16 | N. 25

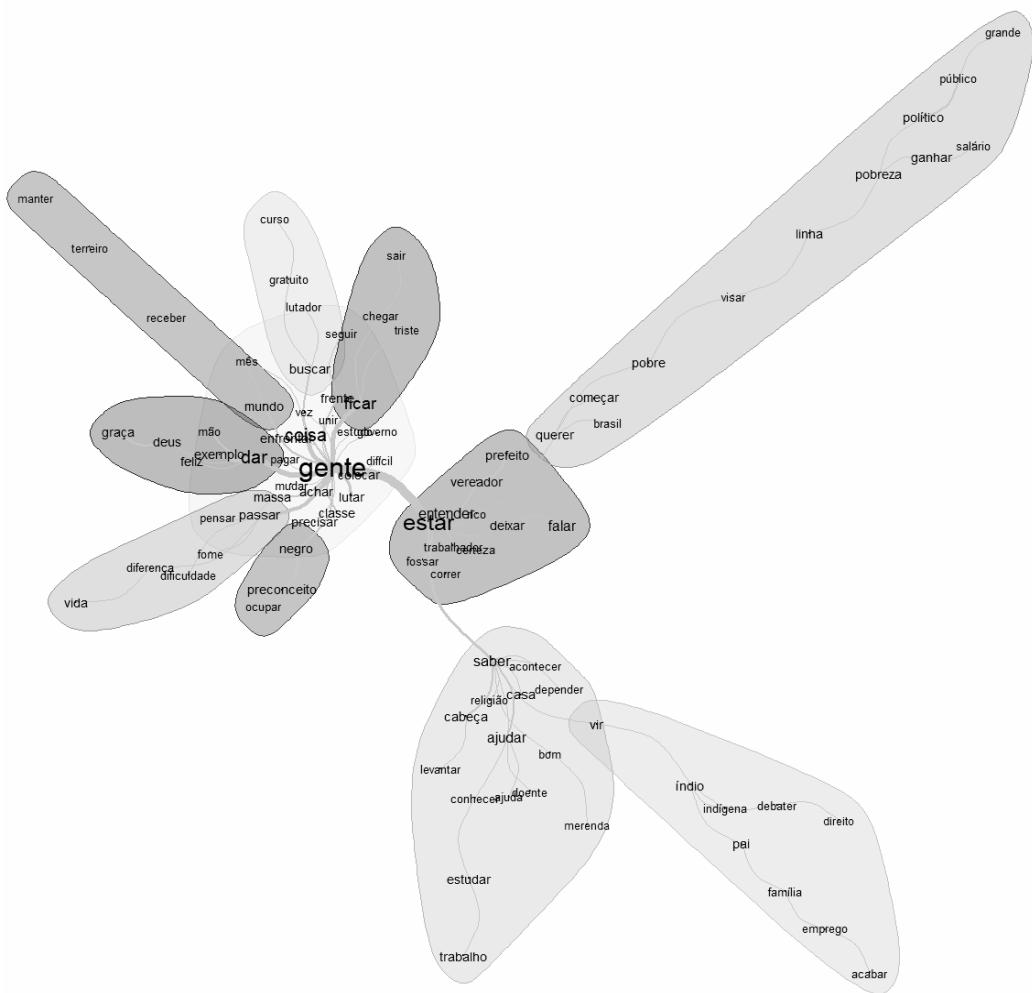


Figura 2. Análise de similitude de todo o corpus em análise

Fonte: Próprio autor a partir do software Iramuteq

Conforme a imagem acima, observa-se duas comunidades em centralidade, representadas pelos verbetes *gente* e *estar*. Associados a comunidade *gente* identifica-se as comunidades: *ficar, buscar, mundo, dar, passar e negro*. Ao buscar outras comunidades associadas a *estar*, encontra-se: *querer, saber e vir*. Destaca-se que somente as duas principais comunidades foram trabalhadas, em que cada uma delas possui um elemento organizador. Nesse sentido, por intermédio das principais ocorrências de segmentos textuais encontradas por meio do software *Iramuteq*, separamos alguns trechos coletados das narrativas dos(as) participantes para que possam ser analisados conforme seu contexto.

A primeira comunidade caracteriza-se pelos verbetes: *lutar, classe, precisar, achar, mudar, pegar, enfrentar, unir, difícil* e dentre outros. Estes fazem menção a práticas de resistência individual e coletiva dada a uma condição inscrita em um contexto, destacando as práticas de resistência frente ao racismo e ao classicismo por praticantes umbandistas. Estes grupos foram historicamente relegados às margens da sociedade. De acordo com bell hooks (1989), é necessário “compreender a marginalidade como posição e lugar de resistência é crucial para as pessoas oprimidas, exploradas e colonizadas”.

Considerando a realidade de praticantes umbandistas atravessadas por questões étnicas/raciais e classistas, destacam-se suas formas de enfrentamento diante das

condições geradas pelo o que é externo, bem como estes buscam se relacionar com tais situações na tentativa de intervir. Conforme bell hooks (1989, p. 16),

Somos transformados, individualmente, coletivamente, à medida em que produzimos um espaço criativo radical que afirma e sustenta nossa subjetividade, que nos dá um novo lugar a partir do qual podemos articular nosso senso de mundo.

Assim, as relações coletivas em terreiros de Umbanda podem fomentar um espaço de transformação. É o que sugere Tapuia ao discorrer que: “*Eu acho que a gente tinha que todo mundo se unir, tá entendendo? Se unir, porque eu acho que a união faz a força. Porque só um fazendo não tem graça, tem graça se todo mundo der as mãos*” (Entrevista em 20.01.2021).

Salienta-se que a concretização de práticas de resistência não precisam ocorrer necessariamente em grande escala; elas se constroem também na micropolítica, nas relações individuais cotidianas e entre seus pares. As resistências são linhas desobedientes que se efetuam localmente e vêm de onde menos se espera, problematizando o funcionamento e os princípios de ordenação da vida, bem como fabricando outros sentidos (Heckert, 2014). Frente às limitações diárias, estes sujeitos, além de buscarem formas de sobreviverem, também tentam articular estratégias para os seus, como aponta Carrapeta: “*Eu procuro sempre ajudar com cesta básica,*

sabe? Ajudar as pessoas, entendeu? Amenizar mais essa fome, pelo menos nessa pandemia que tá acontecendo, tem muita gente passando fome sabe?” (Entrevista em 29.01.2021).

Entende-se que esse processo também tem um caráter dialético, afinal, do mesmo modo que as pessoas buscam proporcionar algum tipo de ajuda e/ou assistência, elas também recorrem ao outro quando necessário. Chiquinho relata como ele fez diante de situações de caráter mais emergencial: “*Eu enfrentei buscando ajuda, buscando ajuda de amigos, de pessoas que poderiam me ajudar, me dar a mão e tudo. Um exemplo, para o emprego né, que buscando pessoas que pudesse me ajudar para trabalhar*”. Tapuia também discorre sobre intervenções realizadas quando identificado por ela pessoas que estavam vivenciando situações difíceis atreladas a sua existência:

“*Eu ajudo ela porque a coisa, eu sei que é ruim você ficar na porta de casa olha para o lado, olha para o outro e sabe que não vai vir, que não vai ter, tá entendendo? [...] a minha vontade de ter mais é pra mim ajudar as pessoas que não tem, tá entendendo? Eu fico doente quando eu não posso ajudar*” (Tapuia, Entrevista em 20.01.2021)

É notável que se gera e se instaura um sentimento negativo no sujeito ao não conseguir facilitar algum tipo de solução/intervenção para alguma demanda, sendo ela urgente ou não. Em paralelo, também destaca-se que podem

haver sentimentos positivos quando logram ajuda, em que estes se geram como um estímulo para enfrentar as dificuldades existentes e compartilhadas. Nesse sentido, a resistência também estimula uma positividade, pois age em oposição e/ou reação a situações de dificuldades vividas socialmente (Heckert, 2014). Ou seja, podem ser pontapés iniciais para a elaboração de estratégias e medidas que busquem alterar o curso dos processos instituídos, sob os quais o Estado brasileiro, além dos sujeitos oprimidos, deve se responsabilizar.

Nas narrativas de nossos participantes destaca-se que estes assumem, a partir do vivido e sentido, diferentes tomadas de decisões e reações. Tapuia verbaliza uma forma encontrada para lidar com as adversidades diárias: “[...] *o que vale a pena é só a gente ir em frente, né?* Colocar um sorriso no rosto e enfrentar de cabeça erguida, porque eu acho que o desespero, tristeza não vai adiantar nada” (Entrevista em 20.01.2021). Assim, concebe-se “[...] *a linha de resistência não pode ser pensada apenas como movimento, velocidade, mobilidade, pois ela pode se expressar simultaneamente como imobilidade, lentidão, prudência*” (Heckert, 2014, p. 474). Ou seja, cada um possui um movimento único na forma de enfrentar as problemáticas cotidianas, como é o caso de Carrapeta: “*Só que eu geralmente eu bato de frente, sabe? Não sou muito de baixar a cabeça e ir pra casa não. Eu vou em cima*” (Entrevista em 29.01.2021).

Nesse sentido, também observa-se que podem haver sentimentos de satisfação consigo mesmo ou por uma superação coletiva em torno de alguma dificuldade. É o que se evidencia na narrativa de Chiquinho: “[...] *eu me sinto hoje, hoje eu me sinto um lutador, como um lutador sempre em busca [...] realmente fazer diferença na minha vida, né?*” (Entrevista em 07.01.2021). Assim, resistir também é reexistir, é agir e criar potência no que compõe o vivo (Heckert, 2014). Ou seja, resistir também consiste em buscar espaços de autonomia e protagonismo conforme as situações que desembocam em cada trajetória de violência, exclusão e opressão. Como afirma hooks (1989, p. 16), “[...] *local de resistência é continuamente formado naquela cultura segregada de oposição que é nossa resposta crítica à dominação*”.

Ressalta-se que os processos de resistência além de singulares, são plurais, afinal considera-se que o cruzamento interseccional de marcadores determina as formas de resistir e enfrentar as estruturas hegemônicas impostas a cada sujeito. Como já mencionado, as resistências atuam como uma forma de reação (individual e/ou coletiva) frente aquilo que se possa instaurar com uma normatização.

Ao destacarmos a segunda comunidade, e junto a ela, os segmentos textuais de maior frequência, destaca-se os principais verbetes: *entender, vereador, prefeito, trabalhador, correr e falar*. Estes remontam a ideia de soluções públicas e

institucionais na busca por mudança. Assim, os(as) participantes compreendem que algumas ações de agenciamento estão para além de suas estratégias individuais. Estas passam por limitações da ordem micropolítica. Sendo assim, é necessário reivindicar estratégias e dispositivos externos, como a atuação de políticas públicas, bem como os seus gestores, identificadas nesta análise.

Ao trazer a realidade de um dos participantes, este discorre sobre as dificuldades enfrentadas e menciona como faz pra superar as situações de adversidade que aparecem, principalmente frente ao período pandêmico:

“[...] esse momento que a gente tá vivendo, essa pandemia aí, a coisa fica mais difícil pra todos. O negócio tá difícil pra todos [...] a gente faz uma coisa aqui, uma coisa acolá e aí a gente vai sobrevivendo. E o negócio tá difícil principalmente hoje nesse momento (Joãozinho do Pé do Morro, Entrevista em 27.01.2021).

Essa situação individual reflete a vivências de muitas outras pessoas que passam por privações e dificuldades diárias. Joãozinho não recebe nenhum auxílio do governo, mas com a pandemia conseguiu um auxílio emergencial que pôde ajudar na sua situação, porém destaca-se o caráter temporário do mesmo. Costa (2019, p. 54) assinala que, embora “[...] as políticas de transferência de renda adotadas por esses governos tenham reduzido significativamente a pobreza,

esse tipo de intervenção demonstrou um poder muito limitado para transformar as estruturas de desigualdade persistentes”.

Um dos participantes discorre que um dos maiores problemas enfrentados é a pobreza e a precarização da vida, e que estes só podem ser superados a partir dos governos vigentes por meio de políticas públicas e com ênfase em determinados grupos, pois “[...] visando a classe pobre, aquela classe assalariada, aquela classe que nem ganha nem um salário por mês. Tem muitos abaixo da pobreza, abaixo da linha da pobreza” (Chiquinho, Entrevista em 07.01.2021). Ele reitera que, “[...] a pobreza, ela só amenizará mesmo quando eles [governantes] quiserem realmente fazer isso, quiserem realmente tirar... começar o estado e políticas públicas para os pobres visando os pobres” (Entrevista em 07.01.2021). Desse modo, destaca-se as relações de poder instituídas a partir dos governantes, principalmente, com os aqueles em situação de vulnerabilidade. Assim, compreender a noção de poder, nos permite compreender os processos de subjetivação do sujeito (Heckert, 2014), seja na fabricação de seus corpos e/ou realidades, bem como essas relações dialéticas configuram o funcionamento em rede com dinâmicas estratégicas. Medeiros (2019), ao analisar as políticas públicas por meio da interseccionalidade, destaca que as relações de poder instituídas estruturalmente devem ser analisadas e enxergadas a partir das relações de poder dentro e fora da macropolítica.

Voltando às percepções dos(as) interlocutores(as), estes conseguem também identificar o papel e o dever que os gestores deveriam proporcionar, elaborando políticas efetivas no enfrentamento à pobreza. Assim, ao reafirmar que os políticos possuem a responsabilidade pública e social de fomentar dispositivos que facilitem a existência de massas populacionais, Chiquinho pontua que é necessário questionar: “[...] de deputado, quem são eles? Se já estavam, fizeram alguma coisa para a gente, para com a classe trabalhadora, para com a massa?” (Entrevista em 07.01.2021). Carrapeta reitera a necessidade da implantação de políticas públicas e o cumprimento dos governantes enquanto gestores públicos: “[...] feito outras coisas, trabalhos sociais, né? trabalhos sociais voltado para o povo mais pobre, mais vulnerável. Políticas públicas, as políticas públicas teriam que ser tomadas” (Entrevista em 29.01.2021).

Caracterizada por ser uma elite, a classe política determina os rumos das grandes massas, entendidas enquanto minorias no que diz respeito à efetivação de direitos. Assim, as elites políticas tendem a burocratizar e delinear diferentes estilos de implementação a partir de interações, negociações e conflitos (Sandim & Assis, 2019). O que era pra ser algo de interesse coletivo se sobressai aos interesses individuais dos gestores políticos. Desse modo, para compreender as dinâmicas de poder é necessário reconhecer, dialeticamente, que elas estão conectadas às múltiplas formas de resistência contra o exercício desse poder.

Nesse sentido, considerar as vivências interseccionais dos(as) praticantes de Umbanda, entendendo que estes já elaboraram estratégias individuais de resistência como resposta às formas de poder dominante e estruturante, implica em reconhecer suas limitações e, portanto, compreender que outros agentes, como o poder público, deve fornecer recursos e mecanismos (implementação de políticas públicas) para esses enfrentamentos.

Com isso, ao considerar os sujeitos e o objetivo desta pesquisa, pontua-se que a permanência das práticas religiosas afro-brasileiras incitam o exercício do uso do poder hegemônico que tende a criminalizá-la e estigmatizá-la enquanto macumba, prática que viola a religião dominante. Estas violências são constantemente atualizadas em prol da manutenção dos dispositivos de opressão. Sendo uma religião de origem negra, a Umbanda e outros segmentos afro-brasileiros enfrentam os reflexos das práticas de discriminação, os quais se intensificam de acordo com os marcadores sociais e identitários de cada sujeito, resultando na sua marginalização e vulnerabilidade. Como pontuam Lima, Negreiros e Moura Jr (2020) a Umbanda encarnou “[...] os processos de resistências, historicamente marcados pelo controle e punição, [...] atravessados por meio de estratégias de aquilombamento, presentes e expressos na religião, na arte, na música, dentre outros”, assim resistindo as intervenções de dominação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises realizadas, destaca-se que o objetivo do estudo aqui descrito foi alcançado, assim destacando as múltiplas formas de resistência frente às imposições sociais vivenciadas por praticantes umbandistas negros(as) e em situação de pobreza. Suas práticas de resistência se inscrevem nas entrelinhas do cotidiano, como por exemplo, nas práticas de solidariedade. Desse modo, identificou-se que as práticas de resistência pelos praticantes umbandistas se concretizam de duas formas.

A primeira, corresponde às práticas de resistência individual e coletiva frente ao racismo e ao classicismo, em que as relações coletivas no terreiro fomentam espaços de acolhimento, onde não precisa ocorrer, necessariamente, em grande escala, pois ela constitui-se em relações individuais. Associado a isto, percebeu-se que sentimentos são gerados, sejam eles negativos ou não, fomentando formas de agenciamentos de oposição e/ou reação a situações de dificuldades que, consequentemente, conduzem os sujeitos a diferentes tomadas de decisões e reações.

A segunda categoria de práticas de resistência está associada ao campo simbólico. Os/as participantes reconhecem que certas ações de resistência ultrapassam suas estratégias individuais, levando-os a recorrer a estratégias e dispositivos externos, como a participação em políticas

públicas e o envolvimento com gestores. Assim, destaca-se, por meio dos/as interlocutores/as, a perspectiva de superar a pobreza e a precarização da vida mediante a atuação efetiva dos governos atuais, cumprindo seu papel e instituindo políticas públicas adequadas.

Por fim, destaca-se que em toda rede de poder há pontos de resistência, desde a manifestação de suas práticas religiosas até a luta por direitos básicos para o viver. Assim, destaca-se a importância da leitura interseccional para se compreender os desafios e as estratégias de resistência de grupos minorizados de forma a pensar políticas públicas efetivas de reparação das injustiças sociais e afirmação das experiências contra-hegemônicas e contra-coloniais.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. “Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta”.

Paidéia, Ribeirão Preto, v. 2, 61-69, fev/jul. 1992.

BARBIER, Rene. **A pesquisa-ação** (3^a ed.). Brasília: Editora Plano, 2002.

BENZAQUEN, Júlia Figueredo. “Reflexões a respeito da ideia de (r) existências do Sul”. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 20, n.2. 2014.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. “Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil”. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 147-163, set/dez., 2015.

BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand. 1989.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003** [online]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 17 mar. 2024.

BRASIL. **Lei 11.635, de 27 de dezembro de 2007** [online]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm. Acesso em 17 mar. 2024.

BRASIL. **Lei 14.519, de 5 de janeiro de 2023** [online]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14519.htm. Acesso em 17 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de Junho de 2023** [online]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm. Acesso em 17 mar. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. SOUZA, Rane (Trad.). **Interseccionalidade**, São Paulo: Boitempo, 2020.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. “IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais”. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518. 2013.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero”. **Estudos Feministas**, v. 10, n.1, 171-188, janeiro de 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. [online]. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/372740/Kimberle-Crenshaw.A-interseccionalidade..de-razay-geCC80nero.pdf>. Acesso em 17 mar. 2024.

COSTA, Sergio. “Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil”. In: PIRES, Roberto Rocha (Org). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. 53-77.

DUARTE, Rosália. “Entrevistas em pesquisas qualitativas”. **Educar**, Curitiba, v. 24, 213–225, 2004.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro. “Medindo a pobreza multi-dimensional do estado de Minas Gerais, Brasil: olhando para além da renda”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 386-416, 2018.

FALS-BORDA, O., & RAHMAN, M. “Romper el monopolio del conocimiento. Situación actual y perspectivas de la Investigación-Acción Participativa en el mundo”. In: HERRERA, Nicolás. & LÓPEZ, Lorena

(Orgs.). **Ciencia, Compromiso y Cambio Social**: Antología de Orlando Fals Borda. Argentina: Editorial El Colectivo, 2013. 253-264.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. Editora 34, 2009.

HECKERT, Ana Lucia Coelho. “Os exercícios de resistência no contemporâneo: entre fabulações e contágios”. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, 469–479, 2014.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista De Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, 97-128, 2015.

HOOKS, bell. “Choosing the margin as a space of radical openness”. **Framework: The Journal of Cinema and Media**, n. 36, 15–23, 1989.

KOLLER, Silvia Helena. “Ethics in research with human beings: some issues about Psychology”. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 399-406, 2008.

LIMA, Antonio Ailton de Sousa; MOURA JR., James Ferreira; Carvalho, Taynara. **A (des)construção racial e religiosa do umbandista**: um estudo em cidade do Ceará. Em Tese, Santa Catarina, v. 20, n. 01, p. 1-15, Set/Dez. 2023.

LIMA, Antonio Ailton de Sousa, NEGREIROS, Daniele Jesus; MOURA JR. James Ferreira. “A umbanda enquanto resistência e prática decolonial no Brasil.” In: ROCHA, Paulo Henrique Borges, MAGALHÃES, José Luiz Quadros & OLIVEIRA, Patrícia Pereira (Org.). **Decolonialidade a partir do Brasil**. Editora Dialética, 2020.

LIMA, Márcia. “Raça e pobreza em contextos metropolitanos”. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 24, n. 2, 233-254, 2012.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. “Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil

contemporâneo”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 133, 463-479, 2018.

MEDEIROS, Rogerio de Souza. “Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais e desafios metodológicos”. In: PIRES, Roberto Rocha (Org.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. 125-138.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. “Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?”. **Cadernos De Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 237-248, 1993.

MORAES, Eunice Léa. “Interseccionalidade: um estudo sobre a resistência das mulheres negras à opressão de gênero, de raça e de classe”. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 36, n. 1, p. 261-276, 2020.

MOURA JR, James Ferreira; XIMENES, Veronica Morais. “A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora”. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 28, 76-83, 2016.

MOURA JR, James Ferreira; XIMENES, Veronica Morais; SARRIERA, Jorge Castella. “A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo”. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 16, n. 2, 85-93, 2014.

MOURA JR., James Ferreira; BARBOSA, Vilkiane Natercia Malherme; LIMA, Antonio Ailton de Sousa; VASCONCELOS, Francileuda Farrapo Portela; RAMOS, Tassia Oliveira.

“Interseccionalidade como estratégia metodológica: articulações entre gênero, raça e pobreza”. In: BARROS, João Paulo; ANTUNES, Deborah Cristina & MELLO, Ricardo Pimentel. (Org.). **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. 211-229.

PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008.

POCAHY Fernando Altair. “Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista.”. **TEXTURA - Revista de Educação e Letras**, v. 13, n. 23, 18-30, 2011.

PRINS, Baukje. “Narrative accounts of origins: A Blind Spot in the Intersectional Approach?”. **European Journal of Women's Studies**, v.13, n. 3, 277-290, 2006.

RODRIGUES, Cristiano. “Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil”. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, 1-12, 2013.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. “Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de status social”. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 749-772, 2015.

SANDIM, Tatiana Lemos; ASSIS, Marcos Arcanjo de. “O arranjo institucional de implementação do PAIF e seus potenciais efeitos no cotidiano de operação do serviço: introduzindo questões para o debate”. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. 201-221.

SERRA, Adriana Stankiewicz; YALONETZKY, Gaston Isaias; BELIK, Walter. **Pobreza multidimensional no Brasil**, 2000/2010. [on line] Disponível: https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_I/i6-553d7f9bd37b937f7a42d929dfd72a57.pdf. Acesso em 15 de Mar. de 2025.

SILVA, Artenira da Silva e; SEREJO, Jorge Alberto Mendes. “A Intolerância Religiosa Contra as Religiões Afro-Brasileiras e os Impactos Jurídicos do caso ‘Edir Macedo’”. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito** – PPGDir./UFRGS, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 230-254. 2017.

05

GIRO DECOLONIAL: CONSTRUÇÕES E PERCEPÇÕES COLETIVAS A PARTIR DOS FEMINISMOS NEGROS E ATIVISMOS QUEER/CUIR LATINO-AMERICANOS

**DECOLONIAL TURN: COLLECTIVE
CONSTRUCTIONS AND PERCEPTIONS
FROM BLACK FEMINISMS AND LATIN
AMERICAN QUEER/CUIR ACTIVISM**

Pedro Henrique Almeida Bezerra

Doutor em Sociologia (PPGS/UECE)

e-mail: pedro.almeida@aluno.uece.br

Kelyane Silva de Sousa

Mestra em Políticas Públicas e Sociedade (PPGS/UECE)

e-mail: kelyane.silva@aluno.uece.br

Priscila Greyce do Amaral Gomes)

Doutora em Sociologia (PPGS/UECE)

e-mail: priscilaamaralgom@gmail.com

RESUMO

O presente estudo visa promover uma reflexão crítica a respeito das perspectivas decoloniais e interseccionais sobre os movimentos feministas negros e *queer/cuir* na América Latina. A pesquisa em tela é de natureza qualitativa do tipo bibliográfica e de campo. O referencial teórico utilizou autores como Ballestrin (2013) e Quijano (1992), Lambert (2019), Preciado (2022), dentre outros. Como técnica de pesquisa utilizou-se questionário semiestruturado com os participantes do minicurso, ministrado pelos autores, intitulado “O giro decolonial: interseccionalidade e movimentos feministas e *queer/cuir* na América Latina” e a observação participante na sala de aula. Os principais resultados apontam que a construção de práticas decoloniais perpassa por mudanças nas formas de agir, sentir e pensar no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Decolonialidade. Interseccionalidade. Gênero e sexualidade. Feminismo negro.

ABSTRACT

This study aims to promote a critical reflection on decolonial and intersectional perspectives on black feminist and queer/*cuir* movements in Latin America. The research in question is of a qualitative nature, bibliographic and fieldwork. The theoretical framework used authors such as Ballestrin (2013)

and Quijano (1992), Lambert (2019), Preciado (2022), among others. The research technique used a semi-structured questionnaire with the participants of the mini-course, taught by the authors, entitled “The decolonial turn: intersectionality and feminist and queer/cuir movements in Latin America” and participant observation in the classroom. The main results indicate that the construction of decolonial practices involves changes in the ways of acting, feeling and thinking in the contemporary world.

Keywords: Decoloniality. Intersectionality. Gender and sexuality. Black feminism.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa promover uma reflexão crítica sobre as perspectivas decoloniais e interseccionais sobre os movimentos feministas negros e *queer/cuir* na América Latina. Tal reflexão parte das percepções advindas da experiência dos autores em ministrar o minicurso intitulado: “O giro decolonial: interseccionalidade e movimentos feministas e *queer/cuir* na América Latina” durante a programação da XXVIII Semana Universitária da Universidade Estadual do Ceará (UECE) ocorrida entre os dias 25 a 28 de setembro de 2023.

Nesse sentido, o debate aqui empreendido visou resgatar os sentidos dos movimentos feministas e sua pluralidade a partir de uma perspectiva decolonial, ressaltando a dimensão da interseccionalidade, através das elaborações de autoras negras e indígenas. Outro fator relevante, é a questão do ativismo *queer/cuir* nesse ínterim e suas potências questionadoras do gênero e da sexualidade a partir de uma visão também decolonial. Dessa forma, o questionamento inicial que mobilizou esse estudo pode ser sintetizado da seguinte forma: quais as percepções dos/as participantes do minicurso “O Giro Decolonial [...]” – após a explanação da temática pelos palestrantes – sobre práticas que potencialmente promovem formas de ser, pensar e agir decoloniais? Logo, o objetivo central da pesquisa foi mapear tais percepções sobre a construção de práticas decoloniais na vida cotidiana.

O estudo ora desenvolvido possui natureza qualitativa do tipo bibliográfica e baseou-se nos autores Ballestrin (2013), Quijano (1992), Lugones (2020), Foucault (1988), Butler (2016), Gayatri Spivak (2010), dentre outros. Tal investigação teórica buscou situar os estudos feministas e decoloniais, bem como as perspectivas da teoria *queer* e sua ressignificação para o ativismo *queer/cuir* latino-americano.

Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa direciona-se para uma parcela da realidade que não pode

ser compreendida em sua profundidade a partir da sua quantificação. Nesse sentido, ela trabalha a dimensão dos significados, motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes. Foi realizada também pesquisa de campo. Essa pode ser entendida como a incursão em uma determinada realidade concreta buscando uma aproximação e apreensão dos seus significados *in loco*. Nesse sentido Minayo (1994), define que o campo de pesquisa é caracterizado por um recorte espacial delimitado pelo pesquisador mediante o panorama de uma realidade empírica a ser estudada a partir de um determinado escopo teórico e objeto de investigação. A técnica de coleta de dados utilizada foi a aplicação de questionário semiestruturado com os(as) estudantes inscritos(as) no minicurso e a observação da interação destes em sala de aula.

O próximo tópico buscará desenvolver três principais temáticas: 1) A perspectiva decolonial e interseccional e sua relação com os debates gênero e sexualidade na América Latina; 2) O feminismo decolonial e seus questionamentos das normas de gênero: críticas às estruturas de poder patriarcais e coloniais, enfatizando vozes e perspectivas das mulheres latino-americanas na desconstrução de normas de gênero e sexualidade; 3) Movimentos *queer/cuir*, subversões de identidade e suas conexões com o feminismo e o tensionamento de normas de gênero e sexualidade. Por fim,

serão apresentados os pontos de vistas dos (as) participantes do minicurso e suas contribuições para a construção de uma decolonialidade do poder, do saber e do ser.

2. GIRO DECOLONIAL E OS TENSIONAMENTOS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS

2.1 A perspectiva decolonial e interseccional na América Latina

O debate acerca da decolonialidade e da interseccionalidade é considerado recente na ciência brasileira, entretanto, remonta há mais de três décadas na América Latina. Para compreender sua construção, a autora Luciana Balestrin (2013) propõe entender o denominado “giro decolonial”, que corresponde a uma mudança epistemológica a partir das construções históricas não-ocidentais e/ou eurocentradas.

O Percurso do pensamento decolonial tem como marco a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)¹ no final dos anos 1990, por pensadores de países como México, Argentina, Peru, Colômbia, Venezuela e Porto Rico, os quais, a partir de suas trajetórias pesquisando e lecionando em

¹ Dentro os marcos da criação do Grupo estão dois eventos principais: um encontro apoiado pela Clacso em 1988 e um Simpósio Internacional na Pontificia Universidad Javeriana na Colômbia, em 1999. Durante os anos de 2000 a 2006 ocorreram diversas reuniões e eventos oficiais do grupo (BALLESTRIN, 2013).

universidades dos países do norte global, e, após o contato com o pensamento pós-colonial, perceberam a necessidade de valorizar e difundir estudos e pesquisas produzidas no sul global.

A principal característica desse grupo foi a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial”, ou seja, reverter a ordem da relação de poder, bastante difundido através da imagem “América Invertida” de Joaquim Torres Garcia de 1943². A referida imagem foi também utilizada no minicurso “O Giro Decolonial [...]” e foi o ponto de partida para os debates, que será melhor demonstrado no terceiro tópico deste artigo.

Antes de adentrar ao pensamento decolonial, é necessário estabelecer a diferença entre pós-colonialismo e decolonialidade. O primeiro, pós-colonialismo ou pensamento pós-colonial, “representa o conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra” (Ballestrin, 2013, p. 90). Dentre os (as) autores (as) destacam-se no debate pós-colonial, estão: Albert Memmi, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Edward Said, Ranajit Guha e Gayatri Spivak.

² A imagem está disponível no site História da Américas, no endereço: <https://historiasdasamericas.com/america-invertida/>

Para compreender a decolonialidade é preciso saber que este movimento teórico-político oposto à colonialidade - termo que refere “ao entendimento de que o término das administrações coloniais e a emergência dos Estados-nação não significam o fim da dominação colonial (Santos, 2018, p. 4). Nessa perspectiva é que se forma as concepções teóricas e epistemológicas do Grupo M/C.

Aníbal Quijano³ (1992) um dos participantes do Grupo M/C desenvolveu o conceito de colonialidade do poder, do saber e do ser. Segundo o autor, a colonialidade nasce no capitalismo e se espalha na América através da classificação racial e étnica da população e atinge as diversas esferas da vida social. Diante disso, fica explícito que o racismo, que perpassa tanto a colonialidade do poder através da hierarquização dos países colonizadores sobre os colonizados e do ser, baseado na segregação dos indivíduos foi fundamental para a consolidação do capitalismo e para a estrutura de poder consolidada na contemporaneidade.

Ao considerar os locais de nascimento e de produção acadêmica dos principais autores ao longo do século XX, percebe-se que os países do norte global - que também predominam sobre a economia mundial - concentram a

³ É um sociólogo de origem peruana que lecionava na Universidad Nacional de San Marcos, Peru, no período da formação do Grupo Colonialidade/Modernidade.

maior parte da literatura e são o parâmetro de formação do pensamento também sobre o sul global. O conceito de modernidade e racionalidade tornou-se então vinculado ao centro de poder do capital:

Os defensores da patente europeia da modernidade costumam apelar para história cultural do antigo mundo heleno-românico e ao mundo do Mediterrâneo antes da América, para legitimar sua defesa da exclusividade dessa patente. O que é curioso desse argumento é que escamoteia, primeiro, o fato de que a parte realmente avançada desse mundo do Mediterrâneo, antes das Américas, área por área dessa modernidade, era islâmico-judaica. Segundo que foi dentro desse mundo que se manteve a herança cultural greco-romana, as cidades, o comércio, a agricultura comercial, a mineração, os têxteis, a filosofia, a história, quando a futura Europa Ocidental estava dominada pelo feudalismo e seu obscurantismo cultural. Terceiro que, muito provavelmente, a mercantilização da força de trabalho, a relação capital-salário, emergiu, precisamente, nessa área e foi em seu desenvolvimento que se expandiu posteriormente em direção ao norte da futura Europa. Quarto, que somente a partir da derrota do Islão do posterior deslocamento da hegemonia sobre o mercado mundial para o centro-norte da futura Europa, graças a América, começa também a deslocar-se ao centro da atividade cultural a essa nova região (Quijano, 2000, p. 112).

O colonialidade do saber é na atualidade, um crescente debate no campo epistemológico, por questionar o modo de produção do conhecimento científico desde a modernidade:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo (Quijano, 2000, p. 126).

A partir daí vai se consolidando o entendimento da necessidade de um “giro decolonial” que possa alterar as relações do poder, do saber e do ser. Um outro grande colaborador desse pensamento foi Walter Mignolo⁴ (2010), o qual constrói sua argumentação demonstrando que a colonialidade do poder pressupõe o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero, da sexualidade e do conhecimento. Sua perspectiva teórica, assim como a de Quijano, propõe uma “desobediência epistêmica” diante da hegemonia do norte global (Santos, 2018).

Outros autores que fizeram parte do grupo Modernidade/ Colonialidade, segundo Ballestrin (2013) e suas respectivas

⁴ O autor argentino é integrante da área de semiótica e lecionava na Duke University dos Estados Unidos no período de formação do grupo M/C.

nacionalidades, são: Enrique Dussel (Argentina), Immanuel Wallerstein (EUA), Santiago Castro-Gómez (Colômbia), Nelson Maldonado-Torres (Porto Rico) e Ramón Grosfoguel (Porto Rico), Edgardo Lander (Venezuela), Arturo Escobar (Colômbia), Fernando Coronil (Venezuela), Catherine Walsh (EUA), Boaventura Santos (Portugal) e Zulma Palermo (Argentina). Nesse primeiro momento, nota-se a escassez de mulheres contribuindo para o debate, que depois foi florescendo entre as pensadoras feministas, notadamente dentre as negras e indígenas.

2.2 O feminismo decolonial e seus questionamentos das normas de gênero: mulheres latino-americanas na desconstrução de normas de gênero e sexualidade

No século XXI observamos, no âmbito da teoria social feminista, uma interpelação de uma narrativa predominante entre aquelas que estão no norte global, de não apresentar as diferenciações da luta das mulheres subalternizadas a partir da interseccionalidade étnico-racial e de classe. Este questionamento é aberto no âmbito dos feminismos negros e da luta das mulheres indígenas e camponesas, principalmente na terceira onda feminista, em que as mulheres negras são as precursoras em abordar a secundarização de suas pautas e a não percepção, por parte das mulheres brancas, sobre suas especificidades.

Sobre o feminismo a partir da discussão decolonial, destaca-se a contribuição de María Lugones, quando a mesma trata sobre a decolonialidade de gênero a partir da noção de colonialidade traçada por Aníbal Quijano. A *colonialidade* (Quijano, 2000) permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades *geoculturais*, como “*américa*”, “*europeu*” e destas novas identidades como o “*europeu*”, “índio”, “africano” (Lugones, 2020). Estas carregam padrões de dominação como “índios”, “africanos” sendo parte da inferioridade e “*europeu*”, o homem branco burguês passa a ser reconhecido como superior. A *colonialidade do poder*, com a expansão do *colonialismo europeu*, tem se tornado um fenômeno mais amplo, e passa a ser um dos eixos do sistema de poder. Desta forma, atravessa o controle de acesso ao sexo, à autoridade coletiva, ao trabalho e à subjetividade/intersubjetividade, bem como à produção de conhecimento (Lugones, 2020).

Kimberlé Crenshaw, eu e outras mulheres de cor feministas argumentamos que as categorias são entendidas como homogêneas e que elas selecionam um dominante, em seu grupo, como norma, dessa maneira, “mulher” seleciona como norma as fêmeas burguesas brancas heterossexuais, “homem” seleciona os machos burgueses, “negros” seleciona os machos heterossexuais negros, e, assim, sucessivamente (Lugones, 2020, p.60).

Este “dominante” citado por Lugones (2020) tira de cena alguns sujeitos, como as mulheres que não são brancas, ou as que não fazem parte da burguesia ou mesmo as mulheres não brancas pobres. Portanto, é fundamental desenvolver análises de caráter *interseccional*. Desta forma, trabalhar com a *interseccionalidade* nos permite reconceitualizar, evitando separar as categorias a propósito do próprio entendimento sobre mulheres negras, indígenas e periféricas. Lugones (2020) afirma:

Na intersecção entre “mulher” e “negro” há uma ausência onde deveria estar a mulher negra, precisamente porque nem “mulher” nem “negro” a incluem. A intersecção nos mostra um vazio. Por isso, uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde, ficamos com a tarefa de reconceitualizar a lógica da intersecção, para, desse modo, evitar a separação de categorias existentes e o pensamento categorial (Lugones, 2020, p.60).

No âmbito desta crítica, argumenta-se que há uma tendência de homogeneização da condição histórica sob a categoria *mulher*, o que pressupõe uma universalização do entendimento do *gênero*. Essas discussões teóricas têm colocado em xeque o que se entende por ser *homem* e *mulher*.

No contexto brasileiro destaca-se a discussão de Lélia Gonzalez que embora não utilize o termo da decolonialidade, a autora traz o recurso de pensar os marcadores

sociais de forma relacional, como a questão da raça, classe e gênero. A autora tecia crítica em relação a secundarização da discussão racial em detrimento da questão de classe. Para Lélia Gonzalez ao analisar as profundas diferenças raciais, afirma ser necessário articular as categorias. A autora teve um intenso movimento com a militância e participou da fundação de coletivos da questão étnico-racial, dentre eles, o coletivo Nzinga em 1983, no Rio de Janeiro, formado por mulheres negras que reivindicavam direitos sociais e políticos (Queiroz e Moreira, 2023).

Nos debates teóricos e políticos das mulheres indígenas e sua concepção de feminismo problematizam a categoria gênero, ao reivindicar outras formas de compreensão desses papéis sociais para além de um binarismo. É o caso do Feminismo Comunitário e o par complementário *Warmi-Chacha*, o “par político”, mulher-homem que fundamenta o Feminismo Comunitário (Barbosa, 2019), ou ainda, a existência de outras formas de gênero, diferentes e mais igualitárias. Conforme destaca Barbosa (2019): “Um exemplo a ser tomado é o da cultura Navajo, na região fronteiriça com o México, em que coexistem quatro categorias de gênero: mulher, mulher masculina, homem masculino, homem feminino” (p. 214).

O Feminismo Comunitário é exemplo de luta desenvolvida pelas mulheres latino-americanas com participação

de mulheres indígenas e negras na formulação de um pensamento feminista a partir do contexto sul americano. O Feminismo Comunitário nasce no contexto de resistência das organizações populares e movimentos indígenas da Bolívia, intensificado a partir de 2003, ano de fortalecimento do campo popular na disputa por uma refundação do Estado e de uma nova Constituição Plurinacional (Barbosa, 2019, p. 204).

O Feminismo Comunitário consiste em um constante movimento de criação e recriação de pensamento. Esta perspectiva feminista tem se esforçado para tentar criar categorias de atuação política que ainda estão em desenvolvimento na academia. É uma proposta feita pela combinação do pensamento e sentimento das mulheres indígenas que se assumem feministas comunitárias (Cabral, 2010).

No Brasil, temos o movimento de mulheres indígenas, o qual mais recentemente criou a organização Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) ocorreu durante a II Marcha das Mulheres Indígenas, em 2021, em Brasília. A ANMIGA organizou três marchas à Brasília, realizadas em 2019, 2021 e 2023, em defesa das mulheres indígenas, dos Povos Indígenas e dos Territórios Indígenas com previsão de organizar outras marchas. A ANMIGA possui em seu sítio

eletrônico uma Carta Manifesto, em que expressa como entendem seu movimento:

A ANMIGA é composta pelas mulheres indígenas, originárias da Terra. Sabemos que a raiz do Brasil vem de nós, do útero da Terra e de nossas ancestrais. A Mãe do Brasil é Indígena. O Brasil nunca existiu e nunca existirá sem nós. A ANMIGA é essa articulação de mulheres ramas, uma referência nacional que dialoga e está conectada e ramificada com nossas bases, fortalecendo toda mulher que esteja à frente de organizações e de situações dentro e fora do território.

Nós entendemos a importância da articulação política, das mulheres-água em constante movimento nas correntezas das lutas. Somos as sementes das nossas ancestrais, aquelas que mesmo antes de existir o movimento social já possuíam o movimento tradicional e ancestral que nos fortalece e está presente em nossos territórios-corpo, refletido em nossos biomas, em nossas águas e nas sementes que pintam, adornam e alimentam nossos corpos.

Nós somos porque nossas ancestrais foram. As mulheres indígenas sempre estiveram presentes nos movimentos: seja em movimentos mais locais no chão do território ou a nível nacional. Mulheres nas comunidades: parteiras, remendeiras, pajés, lideranças e cacicas. Desde a década de 80 até hoje (Anmiga, 2020).

O entendimento de quem são enquanto mulheres indígenas passa pela compreensão sobre a natureza, quando afirmam serem ramos, pelos temas de suas marchas, bem

como pela forma como caracterizam seus corpos como biomas. Cada um destes seria como vários ecossistemas, que possuem características próprias sobre fauna, flora, clima, demonstrando a unicidade em sua pluralidade.

Esta perspectiva nos remete a compreensão da categoria corpo-território que configura uma relação entre território e suas sociabilidades que contrapõe a lógica capitalista e a propriedade privada, permitindo imaginar coexistência e posicionamento no território como uma chave comunitária, em equilíbrio com a natureza (Barbosa, 2021). Assim, as mulheres indígenas têm utilizado da compreensão do “corpo-território” para a defesa das terras indígenas e de seus próprios corpos, na compreensão de que os corpos das mulheres fazem parte do território e o território faz parte dos corpos femininos), frente aos avanços capitalistas.

Outro ponto relevante que marcam as semelhanças entre o feminismo comunitário e o movimento de mulheres indígenas no Brasil é o entendimento do *comum*, o pertencimento a uma comunidade. Isso fica mais nítido quando observamos as pautas políticas apresentadas por estas, como a defesa do território, a educação diferenciada e saúde indígena, todas essas pautas são pautas comuns ao movimento indígena geral, embora apresentem pautas mais específicas são estas que se destacam em seus discursos e materiais políticos.

Castillo (2014) aponta que as mulheres indígenas têm juntado suas vozes a voz das mulheres negras na crítica sobre os discursos construídos pelas mulheres que defendem o feminismo radical e liberal no qual elas caracterizam as mulheres de forma universalizante, sem levar em consideração os contextos sociais e históricos nos quais as mulheres estão inseridas e as questões decorrentes da raça, da classe e da etnia das mulheres.

Lambert (2017) apresenta como as mulheres passam a sofrer e acumular diferentes tipos de violência a depender da raça, etnia e classe nas quais estejam inseridas. É nesse sentido que caminha os escritos e as práticas das feministas negras e chicanas na perspectiva de articular diferentes tipos de sistema de opressão para pensar a dominação de forma mais complexa.

A partir dos anos 1970, numerosas feministas negras, hispano-americanas e indígenas criticaram o feminismo ocidental, muitas vezes carregado por mulheres brancas e de classe média. Para essas, o feminismo branco, que postulou uma condição universal das mulheres partindo da sua própria experiência, não tomou em conta a articulação dos diversos sistemas de opressão, entre eles aquele ligado à raça (CURIEL, 2007). De fato, o racismo e o colonialismo, produziram realidades sociais em que as mulheres negras, indígenas ou mestiças sofrem formas diferentes (ou o acúmulo) de violências, em

relação às que vemos agir sobre as mulheres brancas. Consequentemente, as mulheres “não-brancas” não se encontram nas reivindicações dessa forma de feminismo geralmente marcado pelo etnocentrismo e eurocentrismo (Lambert, 2017, p.63).

Nesse sentido, a autora apresenta que o corpo é local de inscrição,

É essa a razão por que os escritos e as práticas das feministas negras e chicanas vão no sentido de uma tomada de consciência da articulação dos múltiplos sistemas de opressão: de gênero, de raça, de classe, entre outros. Nasce daí o conceito de interseccionalidade, que especifica a importância do estudo das relações entre esses diferentes sistemas e constitui, assim, uma ferramenta para pensar a dominação de forma complexa. (Lambert, 2017, p. 63 e 64).

Deste modo, a interseccionalidade tem sido um instrumento analítico para pensar a relação entre os diversos sistemas de dominação. A luta das mulheres negras e indígenas em conjunto com o feminismo decolonial apresenta críticas que possibilitam avançar na luta pelos direitos das mais diversas formas de ser mulher.

2.3 Movimentos *queer/cuir*, subversões de identidade e suas conexões com o feminismo e a desconstrução de normas de gênero e sexualidade

Os pontos de convergência e conexão entre as diversas vertentes do feminismo e o ativismo, movimento e teoria *queer* são inúmeros. As chamadas ondas ou fases do feminismo, buscaram ao longo da história questionar o lugar socialmente atribuído às mulheres: em um primeiro momento, as mulheres brancas da elite, posteriormente as mulheres negras e contemporaneamente questionaram-se o próprio conceito de mulher (Cyfer, 2009). A teoria *queer* também busca questionar as estruturas sociais e os lugares socialmente atribuídos às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais. Ambos movimentos abrangem a luta pelos direitos e emancipação de segmentos sociais marginalizados (Dias; Arcângelo, 2017).

A teoria *queer* é uma abordagem acadêmica e cultural que questiona as normas tradicionais de identidade de gênero e orientação sexual, tensionando as estruturas sociais que perpetuam essas normas. Os principais teóricos e precursores da teoria *queer* podem ser identificados como: 1. Michel Foucault (1988): pensou a sexualidade como uma construção histórica, utilizada para controle social; 2. Judith Butler (2016): introduziu o conceito de performatividade de gênero, reafirmando que o gênero é

uma construção social e criticando as normas de gênero binárias; 3. Paul B. Preciado (2022): refletiu sobre a performatividade e corporalidade, questionando a medicalização das identidades trans e *queer*.

Michel Foucault possui diversas obras nas quais discorre sobre a questão da sexualidade. Sua publicação mais célebre sobre o assunto é a coletânea de livros intitulada “História da Sexualidade”, a qual possui quatro volumes desenvolvidos entre os anos de 1975 a 1984, durante a sua atuação no Collége de France. A ideia central desse conjunto de livros, embora difícil de reproduzir sem incorrer em reducionismos, trata a sexualidade de um ponto de vista de sua contextualização sócio-histórica e a forma como ela foi moldada por diversos discursos e dispositivos de poder. O autor reflete sobre a questão do biopoder e o controle que ele exerce sobre os corpos e as mentes de pessoas, influenciando a forma como as sociedades regulam e normatizam a sexualidade. Para ele, essas configurações normatizadoras operam através de categorias do discurso e da linguagem (Foucault, 1988).

Judith Butler, é considerada como uma autora central para a chamada teoria *queer*. Ela também é conhecida como uma das principais continuadoras do pensamento foucaultiano. Sua principal contribuição para o debate vem do conceito de performatividade de gênero. Para ela,

o gênero não é algo inato ou biologicamente determinado, mas uma construção social reiterada pelo tempo através de atos performativos. Ela parte da noção de Foucault (1988) de discurso como dispositivo de poder e o remodela pensando a dimensão da corporalidade. Através dessa argumentação, ela afirma que o gênero é, pois, uma sequência de atos repetidos que criam a aparência de ser, através do tempo, cristalizada binariamente entre masculino ou feminino. Esse ponto de vista é central para sua investida na desconstrução das acepções de gênero e da sua normatividade (Butler, 2016).

Paul B. Preciado é um filósofo, teórico e ativista cujo trabalho levou ao limite as compreensões sobre gênero, corpo e sexualidade presentes na teoria *queer* até então. Através de uma investigação auto-etnográfica de sua experiência pessoal como homem transexual, Preciado (2022) questionou a forma como a noção de performatividade implica não apenas as manifestações cristalizadas de uma aparência de ser reiterada repetidamente, mas acarretam também profundas transformações corporais. Seu conceito de farmacopornografia indica que o uso de drogas, em especial os hormônios, condicionam e criam prazer e subjetividades. Ele leva além a noção foucaultiana de biopoder, ao analisar as formas como o poder biomédico pode criar e interferir profundamente nas identidades de

gênero e sexualidade. Critica ainda o viés patologizante e medicamentoso imposto às pessoas trans e *queer* na contemporaneidade (Preciado, 2022).

A transformação do termo “*queer*” em “*cuir*” está relacionada à adaptação linguística na América Latina, onde o termo “*cuir*” foi adotado, em partes, por expressar melhor a fonética da língua espanhola/portuguesa. Essa mudança busca abordar questões de gênero e sexualidade de forma que ressoe com realidades culturais e políticas específicas da região. Para essa perspectiva, os principais autores decoloniais que podem ser utilizados para fazer uma reflexão sobre a realidade *queer/cuir* do sul global são: 1. Gayatri Spivak (2010): destacou a representação de vozes subalternas e criticou o eurocentrismo na teoria acadêmica; 2. José Esteban Muñoz (2013): propôs o termo “futuridade *queer*”, a partir de uma visão utópica da comunidade LGBTQIAPN+, buscando ir além da aceitação para construção de um futuro inclusivo; 3. Sacchi et al (2021): refletiram sobre a ressignificação do termo *queer* em *cuir* ao questionar os efeitos continuados do evento colonização sobre os corpos subalternos e a imposição da noção ocidental universalizada de corporalidade.

Gayatri Spivak é uma teórica pós-colonial, feminista e crítica literária. É de nacionalidade india e ficou conhecida após tecer críticas aos trabalhos de autores como Foucault

e Derrida (através de seu trabalho como tradutora). Seu principal argumento é o de que as vozes subalternas, marginalizadas e oprimidas tendem a ser silenciadas e reprimidas pelas estruturas de poder coloniais e pós-coloniais. Sua crítica direcionada a Foucault reclama que as análises por ele empreendidas concentram-se em dinâmicas de poder dentro das sociedades europeias, negligenciando assim, as formas de colonialismo do poder que operam no sul global. Nesse sentido, ela critica o eurocentrismo e o colonialismo nas teorias acadêmicas e científicas (Spivak, 2010).

José Esteban Muñoz foi um teórico cultural cubano que pensou a potência da luta *queer* para além das pautas de luta por igualdade e aceitação. Para ele, a verdadeira vocação do ativismo *queer* repousa sobre sua potência questionadora e disruptiva na direção da construção de um futuro utópico radicalmente diferente e mais inclusivo. Ele afirma que acepções relacionadas a cultura de massas, ao cinema, ao teatro, a música e as performances constituem elementos centrais na construção de identidades *queer*. Ele questiona essa construção a partir da experiência de *drag queens*, em especial a *drag terrorista*, que seria uma forma de atuação performática capaz de provocar uma desestabilização na identidade *queer* construída através do *mainstream* (Muñoz, 2013). Interessa ao autor a desconstrução, ou des-identificação rumo ao horizonte de uma futuridade *queer*.

Sacchi et al (2021), reflete sobre o uso do conceito de *cuir* a partir de fins políticos, pois tal ajuste com relação ao termo original *queer* simboliza um deslocamento do inglês para língua espanhola/portuguesa, predominante na América Latina. O movimento de ressignificação decolonial manifesta-se através da adaptação de significado e sentido da palavra em prol de uma melhor ressonância do termo entre os falantes de língua espanhola e portuguesa. Os autores, questionam a posição de pensadores como Butler, Preciado e Foucault e suas perspectivas *queer* que parecem irradiar de um lugar em que pessoas negras, afrodescendentes, lésbicas, travestis, feministas e transexuais são assimiladas pela égide da heterossexualidade compulsória. Os autores clássicos do pensamento *queer* pensaram realmente a intersecção entre raça, gênero, sexualidade e seus significados abaixo dos trópicos?

Segundo Valencia (2023), o deslocamento do termo *queer* para *cuir* remete a etimologia da primeira palavra em si, que resguardar o sentido de “torcer”. Para ela, o *cuir* realizaria uma torçam a mais rumo a uma espécie de retrogosto barroco característico das línguas sincréticas (indígenas e coloniais). Nesse sentido, o *cuir* funciona como uma espécie de agenciamento político linguístico, pois busca desafiar os sistemas de enunciação hegemônicos, através da apropriação, recodificação e desobediência

verbal da linguagem. Para além disso, a expressão *cuir*, também busca posicionar-se como uma desobediência epistêmica, pois faz frente a tradição da modernidade/colonial. Configura-se como um tipo de resistência interseccional, pois questiona de um ponto de vista geopolítico as posições relegadas não somente as periferias sexuais, mas também as margens econômicas, raciais, de gênero, da diversidade corporal e funcional. Logo, o agenciamento político provocado pela ressignificação do termo *queer* em *cuir*, já nasce pelas vias da interseccionalidade.

Dessa forma, o chamado movimento *cuir* pode ser caracterizado como globalmente localizado e composto por multidões que questionam e tensionam as instituições e políticas tradicionais, assim como às formas epistemológicas de inteligibilidade do gênero, da sexualidade, da hetero sexualidade compulsória, do padrão corporal eurocentrado.

No Brasil, a resistência *queer/cuir* se manifesta de diversas formas, incluindo: a cena musical em que artistas como Liniker, Linn da Quebrada, Pabllo Vittar e Johnny Hooker utilizam suas plataformas para questionar normas de gênero e sexualidade; a prática de artivismo, que combina arte e ativismo (Colling, 2015), é fundamental para expressar insatisfação e questionar as normas, incluindo performances e manifestações culturais que buscam destacar a luta pela equidade e a justiça social; a utilização do

pajubá, um vocabulário originado de dialetos africanos, serve como uma forma de resistência cultural, subvertendo a heteronormatividade dentro de comunidades LGBTQIAP+ através da desobediência política, linguística e epistêmica; as performances que desafiam as normas de gênero e sexualidade que são realizadas por grupos que incluem travestis, não-bináries e outros, disseminando um espaço de inclusão e resistência. Esses exemplos refletem a rica diversidade e a força da resistência *queer/cuir* no Brasil, tensionando as normativas sociais e a sobrevivência de existências e identidades alternativas.

3. CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS E AÇÕES DECOLONIAIS: A EXPERIÊNCIA DO MINICURSO DA SEMANA UNIVERSITÁRIA DA UECE

O minicurso intitulado “O giro decolonial: interseccionalidade e movimentos feministas e *queer/cuir* na América Latina”, ocorreu em três dias consecutivos no turno manhã durante a programação da Semana Universitária da UECE em 2023. Os encontros tiveram uma participação média de 17 pessoas por dia, das quais 10 participaram do preenchimento do instrumental de pesquisa e avaliação. Dos (as) participantes, 80% se declararam do sexo feminino, 10% masculino e 10% não-binárie. Com relação a sexualidade: 70% afirmou ser heterosexual, enquanto 30%

bissexual. Participaram pessoas entre a faixa etária de 18 a 34 anos, sendo que 60% do grupo está na faixa dos 20 anos, demonstrando a predominância da juventude na busca pelo minicurso com esta temática.

Com relação a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, os/as participantes revelaram ter despendido um nível de esforço entre moderado e excelente para participar do minicurso. Revelam que tinham um conhecimento fraco a moderado sobre a temática ao início do minicurso, mas que conseguiram obter um nível de conhecimento excelente ao final do curso. O (as) professor (as) foram avaliados como eficientes, organizados (as), estimulantes, acessíveis e prestativos pela maioria dos estudantes. A participação em sala de aula foi bastante significativa nos três dias de minicurso, através de questionamentos e de relatos de experiências pessoais, bem como compartilhamento de leituras sobre o tema.

Foram destacadas como principais contribuições do minicurso para os (as) alunos (as), os seguintes fatores: aspectos sobre o feminismo decolonial e a ressignificação sobre o termo “queer”; conhecimento sobre novos autores, perspectivas teóricas e epistemológicas; conhecimento sobre interseccionalidade dos movimentos sociais; abordagem sobre o feminismo comunitário e a teoria *cuir* decolonial; metodologias de ensino; inspiração nos feminismos; ressignificação do olhar, visão e valorização de autores brasileiros.

Ao final do minicurso os (as) estudantes afirmaram em unanimidade que conseguiram compreender as implicações políticas e sociais das perspectivas decoloniais, interseccionais e dos movimentos feministas e *queer/cuir* na América Latina. Destacaram ainda aquilo que consideram como práticas/ações decoloniais que influenciam nosso jeito de ser, pensar e agir no mundo: consumo de pensadores, cultura e costumes Latinos; busca do pensamento independente e plural; respeito aos saberes comunitários, culturais e tradicionais; articulações comunitárias, construção de lideranças locais, resistências contra-hegemônicas de lutar e fazer-ser; atitudes anticoloniais, antifascistas, anti-LGBTfóbicas; voto em mulheres pretas e trans na política do país; valorização dos conhecimentos ancestrais; transceder os muros da academia; representatividade em locais de poder como as universidades; valorização das práticas nos bairros com as representações locais como mães, avós, tias e vizinhas; valorização dos pensadores, da moda, da culinária, das artes produzidas na América Latina.

Além da exposição teórica baseada nos (as) autores apresentados (as) ao longo do texto, recursos como músicas que refletem sobre a América Latina, tais como “Podres Poderes” de Caetano Veloso foi utilizada como mote para os debates. Foram trabalhadas também diversas imagens, poemas e vídeos interativos como recurso pedagógico

durante os três dias de minicurso, o qual, pode-se observar o interesse no debate decolonial e, por vezes, uma demonstração de admiração pelo desconhecimento dessa temática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou resgatar os significados do giro decolonial através de uma contextualização de facetas dos movimentos feministas e *queer/cuir* na América Latina. Através de uma metodologia qualitativa com direcionamento a pesquisa bibliográfica e de campo, foi possível relatar as reflexões empreendidas durante a realização do minicurso: “O giro decolonial: interseccionalidade e movimentos feministas e *queer/cuir* na América Latina” durante a programação da Semana Universitária da UECE de 2023. Dessa forma, o texto buscou discutir o surgimento dos estudos decoloniais e dos feminismos decoloniais, além de refletir sobre a ascensão da teoria e movimento *queer/cuir* latino-americano.

Os tópicos do texto buscaram discutir a perspectiva decolonial e interseccional, bem como seus debates sobre gênero e sexualidade. O feminismo decolonial foi abordado a partir da crítica às normas e estruturas de gênero socialmente e historicamente estabelecidas através do poder colonial e patriarcal. O processo de desconstrução e questionamento dessas estruturas passa pelas vozes

subalternizadas das mulheres latino-americanas, principalmente as mulheres negras e indígenas. A teoria, movimento e ativismos *queer/cuir* somam-se a essa luta, pois em suas fileiras encontram-se as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais igualmente marginalizadas/os pelas estruturas de opressão colonial.

A pesquisa de campo desenvolvida, consistiu na aplicação de um instrumental de entrevista semiestruturada aos participantes do minicurso realizado pelo/as autor/as, em que os/as alunos/as tiveram a oportunidade de exprimir os conhecimentos adquiridos durante os três dias de aulas e de que forma eles poderiam desdobrar essas informações em ações e práticas decoloniais. As respostas abordaram diferentes facetas de pensar, agir e ser que podem contribuir para uma existência, pensamento e ação decolonial na vida real cotidiana e foram refletidas também através da observação participante realizada pelos (as) docentes.

A partir das percepções dos/as participantes do minicurso, associadas aos debates realizados em sala, destacaram-se as seguintes contribuições à reflexão decolonial: a) a construção de práticas decoloniais demanda uma ressignificação das formas de ser, agir e pensar no mundo contemporâneo; b) a interseccionalidade ocupa um papel central para entender as vivências dos indivíduos historicamente marginalizados pelas estruturas sociais de poder,

como o machismo, o patriarcado e o poder colonial; c) a importância de ações socioeducativas em favor da construção do giro decolonial na vida cotidiana e nas percepções coletivas sobre temáticas como o gênero e a sexualidade; d) a adoção de práticas decoloniais que possibilitem o deslocamento do eixo do poder, saber e ser em favor das existências subalternizadas, bem como a necessidade de descolonizar o conhecimento em contextos sociais e acadêmicos. Dessa forma, entendemos que o minicurso e o presente artigo mobilizaram reflexões e aprendizados que acumulam para a construção de um horizonte decolonial.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana (2013). América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117.

BARBOSA, Lia Pinheiro (2019). Florescer Dos Feminismos Na Luta Das Mulheres Indígenas E Campesinas Da América Latina. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 7, n. 11, p. 205-240.

BARBOSA, Lia Pinheiro (2021). De las mujeres como energía vital y las reverberaciones de la lucha en defensa de los territorios y de los comunes en América Latina In: Cisneros, Araceli Calderón; Bustamante, Mercedes Olivera; Nucamendi, Mauricio Arellano (orgs.). **Territorios para la vida: Mujeres en defensa de sus bienes naturales y por la sostenibilidad de la vida**. San Cristóbal de las Casas: Editora CESMECA, UNICACH, pp. 23-55.

BUTLER, Judith (2018). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio.

CASTILLO, Rosalva (2000). Entre o etnocentrismo y el essencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de gênero, México.

COLLING, Leandro (2015). **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. EDUFBA.

DIAS, Júlia Machado; DE MELLO ARCÂNGELO, Élton (2017). **Feminismo decolonial e teoria queer: limites e possibilidades de diálogo nas relações internacionais**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 6, n. 11, p. 121-151.

FOUCAULT, Michel (1988). **História da sexualidade: A vontade de saber** (Vol. 1). Rio de Janeiro: Graal, p. 11-12.

GONZALEZ, Lélia (2020). **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: Holanda, Heloísa Buarque (org.). Pensamento feminista

hoje: perspectivas decoloniais, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p.38-51.

LAMBERT, Hélène (2019). **Feminismo Autônomo Latino Americano**: na Bolívia, as Mujeres Creando reivindicam a descolonização dos corpos. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [s. l.]. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24184/15428> . Acesso em: 22 jan. 2019.

LUGONES, M (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas* , 22(3), 935-952.

MIGNOLO, Walter (2010). **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) (1994). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 7a ed. Petrópolis, RJ - Vozes.

MUÑOZ, José Esteban (2013). **Disidentifications**: Queers of color and the performance of politics. U of Minnesota Press.

PRECIADO, Paul B (2022). **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

QUEIROZ, D. B. S; MOREIRA,R (2023). Nzinga informativo: o feminismo negro na transformação do silêncio. *Esferas*, ano 13, vol. 3, nº 28.

QUIJANO, A.. Colonialidad y Modernidad-racionalidad (1992). In H. Bonillo (Org.), **Los conquistados** (pp. 437-449). Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO.

QUIJANO, A (2000). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (coord.). **La colonialidad del**

saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO.

SANTOS, Vívian Matias (2018). Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30.

SACCHI, Duen et al (2021). **Epistemologias desobedientes e histórias decoloniais:** um fórum sobre práxis latino-americana. Revista Periódicus, v. 1, n. 15, p. 75-90.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2010). **Pode o subalterno falar.** UFMG.

VALENCIA, Sayak (2023). **Do Queer ao Cuir:** Geopolítica do estranhamento e Epistêmica do Sul Glocal. Tradução: VILELA, Fabrício Marçal; Revisão: AXT, Bryan. Caderno Espaço Feminino, v.36, n.1: Uberlândia, MG. Jan./jun. 2023. ISSN 1981-3082 35. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v36n1-2023-3>

06

POLÍTICAS PÚBLICAS E EFEITOS PSICOSSOCIAIS DO RACISMO: ESTRATÉGIAS DE (RE)EXISTÊNCIAS DE JOVENS NEGROS(AS) EM FORTALEZA/CE

PUBLIC POLICIES AND THE PSYCHOSOCIAL EFFECTS OF RACISM: STRATEGIES FOR THE (RE)EXISTENCE OF YOUNG BLACK PEOPLE IN FORTALEZA/CE

Aldemar Ferreira da Costa

*Mestre em Psicologia (UFC)
Doutorando em Psicologia (UFC)
E-mail: demarfcost92@gmail.com*

João Paulo Pereira Barros

*Doutor em Educação (UFC)
Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com*

Carla Jéssica de Araújo Gomes

*Mestra em Psicologia (UFC)
Doutoranda em Psicologia (UFC)
Professora do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)
E-mail: carlajessica.cjag@gmail.com*

Laisa Forte Cavalcante

*Mestra em Psicologia (UFC)
Doutoranda em Psicologia (UFC)
E-mail: laisacavalcante9393@gmail.com*

Lívia Lima Gurgel

*Mestra em Psicologia (UFC)
Doutoranda em Psicologia (UFC)
E-mail: livialgurgel@gmail.com*

Mayara Ruth Nishiyama Soares

*Mestra em Psicologia (UFC)
Doutoranda em Psicologia (UFC)
Professora substituta da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE)
E-mail: mayararnishiyama@gmail.com*

Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira

*Doutora em Psicologia Social (Universidade do Minho/Portugal)
Professora associada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto/Portugal)
E-mail: cnogueira@fpce.up.pt*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre efeitos psicosociais do racismo nas trajetórias de jovens negros moradores de um território periférico de Fortaleza, no Ceará. A apostila metodológica, de cunho qualitativa, foi a pesquisa-inter(in)venção. Foram realizadas entrevistas narrativas sobre trajetórias de vida de jovens negros(as) com vistas a apontar caminhos para a produção de políticas públicas garantidoras de direitos contextualizados e voltadas às necessidades desse público. Os resultados apontam para estigmatização desses territórios e dessas juventudes, como um efeito do racismo estrutural, de modo a recrudescer a violência territorial e a precarização de políticas públicas nesse contexto. No que se refere aos confrontos, destacam-se as iniciativas comunitárias e a Universidade como dispositivos capazes de visibilizar outras narrativas contracoloniais sobre esta realidade.

Palavras-chave: Racismo. Juventudes. Periferia. Resistências. Políticas Públicas.

Abstract

The aim of this article is to reflect on the psychosocial effects of racism on the trajectories of young black people living in a peripheral area of Fortaleza, Ceará. The methodological approach, of a qualitative nature, was

research-inter(in)vention. Narrative interviews were conducted on the life trajectories of young black people with a view to pointing out ways of producing public policies that guarantee contextualized rights and are geared towards the needs of this public. The results point to the stigmatization of these territories and these young people, as an effect of structural racism, in such a way as to increase territorial violence and the precariousness of public policies in this context. In terms of confrontation, community initiatives and the university stand out as devices capable of making other counter-colonial narratives about this reality visible.

Keywords: Racism. Youth. Periphery. Resistance. Public Policies.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre efeitos psicossociais do racismo nas trajetórias de jovens negros moradores de um território periférico de Fortaleza, no Ceará, com vistas a apontar caminhos para a produção de políticas públicas garantidoras de direitos contextualizados e voltadas às necessidades desse público. Trata-se do desdobramento de uma pesquisa de mestrado (referência suprimida para evitar identificação dos autores), vinculada ao (nome do programa de pós-graduação suprimido para

evitar identificação dos autores) e ao (nome do laboratório suprimido para evitar identificação dos autores), que teve por intuito analisar as práticas de resistência ao racismo que permeiam as trajetórias de vida de jovens negros integrantes de coletivos que atuam em periferias de Fortaleza.

Acerca do contexto de realização da pesquisa, o Ceará se encontra entre os dez estados com maiores taxas de homicídio contra juventudes do país, de acordo com o Altas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2024). Apesar da redução acompanhada entre os anos de 2012 e 2022 (cerca de 22,2%), a taxa de homicídios de jovens por 100 mil habitantes no estado em 2022 é bastante superior à taxa nacional, 73,5 e 46,6 respectivamente. Quando analisado o recorte racial, o Ceará também se destaca entre os estados com as maiores taxas de homicídio contra pessoas negras, apresentando uma taxa de 41,7 por 100 mil habitantes. Além disso, ocupa a quinta posição no ranking de risco relativo de homicídio de negros em comparação a não negros presente no Atlas da Violência, com um risco 4,6 vezes maior de morte por violência letal para negros, o que evidencia as profundas desigualdades raciais no estado (Cerqueira; Bueno, 2024).

Outro dado preocupante em relação à violência se refere ao perfil das vítimas fatais de intervenções policiais, em que, em 2023, 88,7% das vítimas com identificação de raça/cor no Ceará eram negras (Rede de Observatórios da Segurança,

2024). A população negra também desponta como a maioria das pessoas privadas de liberdade (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024), desaparecidas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024), vítimas de feminicídio (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024) e com maior risco de suicídio no país (Brasil, 2018). Além disso, segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), pessoas negras possuem mais medo de morrerem assassinadas, serem vítimas de violência policial e sofrerem alguma represália por escolha política ou partidária.

Tais dados revelam como o racismo opera como um mecanismo central na perpetuação de opressões e desigualdades e na manutenção de privilégios. Segundo David (2023), o racismo confere sentido, lógica e instrumentalização para a perpetuação de desigualdades e a legitimação de violências que estruturam a vida social na modernidade. Embora possua variadas formas de manifestação, seu objetivo central permanece o mesmo: legitimar a hierarquização entre raças e fomentar opressões de cunho racial, funcionando como um dispositivo eficaz para a manutenção de privilégios raciais (David, 2023).

No contexto brasileiro, essa dinâmica se expressa de maneira singular. Nogueira (2007) destaca uma tendência à negação do preconceito racial e ao apagamento das situações de racismo, aspectos que possuem uma intrínseca

relação com o mito da democracia racial (Nascimento, 2016). Esse mito, ao propagar a ideia de harmonia e cordialidade entre as raças, oculta as profundas desigualdades e as estruturas de poder que privilegiam a população branca. Como consequência, a população negra foi sistematicamente marginalizada, submetida a diversas formas de opressão e exclusão social ao longo da história.

Para compreender como o racismo se estrutura nas relações sociais, o conceito de dispositivo da racialidade, proposto por Sueli Carneiro (2023), oferece uma perspectiva analítica relevante. Segundo a autora, esse dispositivo constitui uma rede de elementos definidos pelo Contrato Racial, que atribui funções e papéis sociais com base na cor da pele, regulando e organizando as relações dos indivíduos com o Outro, com seus pares e consigo mesmos. Ao operar na tessitura social, o dispositivo da racialidade produz saberes, poderes e modos de subjetivação que associam a humanidade e a cidadania à branquitude, reforçando processos de inferiorização, segregação e criminalização de pessoas negras (Carneiro, 2023).

Essa lógica de dominação racial encontra ressonância no conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe (2017). Para o autor, o racismo é o motor da necropolítica, tecnologia de poder que se estrutura a partir da criação de mundos de morte – contextos nos quais o estado de exceção

se normaliza – e da fabricação de populações supérfluas e de inimigos ficcionalizados, passíveis de eliminação em nome da “segurança social”. Essa tecnologia opera por meio de mecanismos simbólicos e econômicos voltados para a gestão da morte, consolidando-se como um instrumento de controle e dominação (Mbembe, 2017). No contexto brasileiro, essa dinâmica se reflete, por exemplo, nas altas taxas de homicídios e encarceramento de jovens negros, que são vistos como descartáveis dentro desta lógica.

O estudo de Macedo, Dantas, Dimenstein, Leite, Alves Filho e Belarmino (2021) revela outra faceta do racismo no Brasil, expresso no racismo institucional que dificulta significativamente o acesso das comunidades negras, incluindo quilombolas, às políticas públicas e à garantia de seus direitos. Os autores apontam que, mesmo com a existência de políticas afirmativas, há um acesso limitado e desigual a serviços básicos como saúde, educação e saneamento básico pelas populações não brancas no Brasil, além de um processo de hierarquização das necessidades de diferentes grupos sociais pelo Estado, o que contribui para a ineficácia de tais políticas em diminuir as iniquidades sociais e desigualdades raciais.

Diante do exposto e do objetivo explicitado anteriormente, este artigo busca contribuir para o campo de estudos em Psicologia Social que se debruçam sobre os efeitos

psicossociais do racismo nas trajetórias de juventudes periféricas, oferecendo reflexões analíticas que apontem caminhos para a produção de políticas públicas direcionadas às necessidades dessa população. Para isso, os resultados serão divididos em duas seções: 1) “Não entendia como é que funcionava esse sistema”: efeitos psicossociais do racismo nas trajetórias de vida de jovens negros(as) e na produção de colônias contemporâneas em periferias urbanas; 2) “Inspira na gente a vontade de querer fazer do nosso modo”: práticas de (re)existências comunitárias e a universidade como dispositivo de reinvenção, colaboração e transformação social.

Percorso Metodológico

Este artigo é fruto de uma investigação de mestrado cuja apostila metodológica, de cunho qualitativa, foi a pesquisa-inter(in)venção. Esta política de pesquisa, conforme as pesquisas participativas, pretende radicalizar o caráter participativo e inventivo da pesquisa, de modo a destacar o protagonismo da participação das pessoas que colaboraram com o estudo para além da informação dos dados, mas as evidencia como co-responsáveis na construção dos instrumentos de pesquisa, bem como sobre a produção do conhecimento (Benício; Barros; Rodrigues; Silva; Leonardo; Costa, 2018)

A investigação em questão teve como proposta, a partir de uma análise interseccional, compreender como colonialidade (Quijano, 2000), racismo (David, 2023) e modos de enfrentamento a esta problemática, se articulam nas produções discursivas de jovens negros(as) de um território periferizado de Fortaleza sobre suas trajetórias de vida. A pesquisa teve como lócus uma região periferizada da cidade de Fortaleza-CE, o Titanzinho, a partir da narrativas de história vida das pessoas que colaboraram com este estudo. As regiões periféricas de Fortaleza apresentam altos índices de letalidade relacionados ao racismo estrutural como forma de precarização da vida, a violência policial e as disputas territoriais entre grupos ligados ao crime. Além disso, são regiões com baixo investimento estatal e com menores Índices de Desenvolvimento Humano (Costa, Barros, 2019).

Conforme dados já apresentados, estes territórios são reconhecidos pelos elevados índices de violência letal e intencional, cujo os alvos são, em sua maioria, jovens pretos e pobres moradores dessas regiões (Rede de Observatórios da Segurança, 2024). No entanto, em nossas inter(in)venções, também observamos no Titanzinho, iniciativas populares como a Associação de Moradores do bairro e diversos coletivos juvenis que pautam através da coletividade formas de reexistir ao racismo e as demais violações

frente a precarização de políticas públicas existentes nesse território. Deste modo, consideramos que tais movimentações são importantes analisadores para se pensar processos micropolíticos de enfrentamento à colonialidade e modos de subversão aos modos naturalizados de se compreender as periferias e às juventudes desse território a partir da colaboração e da reivindicação de formas inventivas de viver que anunciam um cenário de mundo mais diverso.

A escolha das pessoas participantes do estudo se deu entre jovens negros(as), por autodeclaração, moradores(as) do território e engajados(as) em algum coletivo social atuante naquela região. Para este artigo foram escolhidas narrativas de duas pessoas participantes do estudo anterior, Jardel e Ayoluwa. Jardel é preto, bissexual, estudante universitário, morador do bairro e membro da Associação de moradores do Titanzinho. Escolheu ser nomeado pelo nome real por considerar importante demarcar sua existência ao tratar sobre sua própria trajetória de vida. Foi convidado a colaborar com o estudo a partir da sua aproximação com o grupo durante realização de outra pesquisa, realizada por integrantes do (nome do laboratório suprimido), em que colaborou com a territorialização da equipe. Ayoluwa, por sua vez, foi indicada a participar do estudo por Jardel, amigo e companheiro de lutas na Associação de Moradores. Se declara como mulher negra, periférica, assistente social e

educadora social. Considera que os modos de enfrentamento ao racismo se relacionam diretamente com sua participação nos coletivos e na sua atuação na comunidade. Ayoluwa é um nome fictício, escolhido pela interlocutora, homenageia Conceição Evaristo, e significa “alegria do nosso povo”.

Metodologicamente, enquanto instrumento investigativo, foram realizadas entrevistas narrativas (Castro, Mayorga, 2019) sobre trajetórias de vida de jovens negros(as) com atenção a sua relação com o território e a políticas públicas, tendo em vista a tematização dos modos de enfrentamento ao racismo. Pela entrevista narrativa, enquanto expertise investigativa sensível à realidade e as vidas investigadas, potencializamos iniciativas insurretas ao considerar o saber sobre si e sobre o mundo como ferramenta mobilizadora (Castro, Mayorga, 2019). Também tivemos como referência a “metodologia do encontro” (Gonzaga, 2019), um modo afetivo e revolucionário de pôr ênfase nas trajetórias enquanto protagonista na construção da pesquisa. A partir das narrativas foram construídas cenas analisadoras (Kilomba, 2019), como estratégia para acompanhar a processualidade da narrativa, tais cenas são centradas nos sujeitos, nas opressões e nos modos de reexistências narradas.

Foram realizadas 4 entrevistas individuais, 2 com cada participante, e 1 momento coletivo, em que foram

apresentados dados preliminares das inter(in)venções realizadas. Neste momento, além da restituição processual, visou garantir a participação nas análises do material pelos(as) participantes. Tanto as entrevistas narrativas quanto o momento coletivo aconteceram remotamente através da plataforma *Google Meet*, uma vez em que a referida pesquisa aconteceu em contexto pandêmico e de isolamento social, foram videogravados e transcritos na íntegra, tendo em vista a autorização prévia das pessoas participantes.

A pesquisa obteve parecer (número suprimido para evitar identificação dos autores) favorável a sua aprovação no Comitê de Ética Permanente da (universidade suprimida para evitar identificação dos autores), no que diz respeito a todos os aspectos formais. Ainda, ressaltamos que o nosso compromisso ético é transversal ao percurso e desenvolvimento da pesquisa, nesse sentido, estamos interessados(as) na produção de um tipo de pesquisa que se interessa pela vida das pessoas, que deseja somar-se na transformação social dessa realidade marcada pelas desigualdades, e que faz da ciência instrumento necessário e importante na descolonização deste mundo.

“Não entendia como é que funcionava esse sistema”: efeitos psicossociais do racismo nas trajetórias de vida de jovens negros(as) e na produção de colônias contemporâneas em periferias urbanas

Os efeitos psicossociais do racismo e a contínua produção de colônias contemporâneas têm impactos profundos nas trajetórias de vida de jovens negros e negras de periferias urbanas. Vivendo em contextos de marginalização, exclusão social e escassez de políticas públicas que promovam bem estar social, essas juventudes enfrentam violências cotidianas que repercutem em diversas dimensões de suas vidas, inclusive na saúde mental. Sobre as primeiras experiências do racismo em sua trajetória, Jardel nos conta sobre a sua vivência na escola, chamando atenção para a naturalização da violência provocada pelo fenômeno do racismo. Jardel estudou em uma escola no centro da cidade, e portanto, fora do seu bairro, o que denota as práticas de zoneamento que se constroem na cidade a partir da cristalização de posições dadas como natural na relação centro-periferia. Nessa experiência, nos narra como ser chamado de “*petróleo, picolé, chocolate, asfalto*”, inicialmente parecia algo inofensivo ou uma simples brincadeira de criança, mas que ao tomar consciência sobre as implicações disso na sua vida e na de outras pessoas negras, percebe que sofreu violência em

razão das práticas racistas e objetificantes fortemente presentes nas relações sociais contemporâneas no Brasil (Almeida, 2019; Nascimento, 2016).

Eu acho que na escola, embora seja uma escola pública, onde a gente vê maior diversidade de pessoas e cores, eu ainda lembro que... eu estudava no centro, longe do bairro onde eu morava, era uma escola... Sei que era uma escola boa, né, tanto que a gente foi estudar lá. (...) Mas o pessoal gostava muito de apelidar a gente de... no caso eu, de “Petrobrás”, relacionado ao petróleo, né. Petróleo preto. De picolé, chocolate, asfalto, só que, quando você é muito adolescente, que você não tem, sei lá, que você não tem tanta criticidade, você nem percebe que isso é uma forma de racismo, né? “Ele tá só te caracterizando, te apelidando de alguma coisa”. Depois que você cresce é que você percebe que, de fato, é um tipo de violência, né? (Jardel, 2020).

Esses discursos chamam atenção para os modos pelos quais o racismo engendra nas vidas das pessoas formas sutis de enquadrar negros e negras em posições subalternas. Conforme Kilomba (2019), o termo não é vazio, carrega consigo uma série de significações e valores que dizem respeito à manutenção de uma lógica colonial. Ao ser chamado de “petróleo”, por exemplo, é atribuído ao nosso interlocutor todos os estereótipos que o termo carrega consigo, produz esvaziamento das possibilidades e

o encerra em uma posição de objeto, numa tentativa, de ordem estrutural, destituí-lo de seu estatuto humano e político (Mbembe, 2017).

Nessa mesma direção, Adilson Moreira (2019) problematiza essa dimensão do racismo, que se dá a partir de piadas e/ou brincadeiras cotidianas, e que afirma as posições morais da sociedade racistamente estruturadas. Para o autor, um dos efeitos dessas práticas é sustentar a racionalidade que afirma e mantém o lugar de inferioridade do povo negro, enfatizando a propagação dessas violências nas relações cotidianas, em espaços institucionais, como na escola. Há assim, uma dificuldade em identificar e proceder com esse tipo/expressão de racismo dado a sua naturalização nas esferas sociais, culturais e políticas.

A racialização dos corpos negros tende a incidir também sobre os territórios, de modo que essa política de precarização da vida, atrelada a ausência de políticas públicas de bem estar social, o investimento em políticas de inimizade e a criação de inimigos ficcionais (Mbembe, 2017), encarnados na pele negra de jovens periferizados/as, possibilita tomar tais sujeitos como matáveis, cujas vidas não são passíveis de luto (Butler, 2015).

O interlocutor nos narra ainda, que a escolha da mãe de o levar a estudar em uma escola distante do bairro teria relação com as dinâmicas da violência no território

e, por conseguinte, o medo de que ele pudesse se vincular, a partir da escola, a pessoas, que na visão dela, não seriam confiáveis, ou ainda, envolvidas nas tramas da violência e a grupos criminosos. Tal relato nos ajuda a pensar sobre como a ausência de políticas públicas que produzam proteção e garantam direitos aos jovens que residem em territórios atravessados pelas políticas da violência e da matabilidade atua como ferramenta na produção de vulnerabilização e atualizações dessas mesmas políticas de morte. Também nos leva a refletir sobre o racismo enquanto uma força motriz nos processos de subjetivação em territorialidades periferizadas, em uma dupla perspectiva de racialização dos territórios e das vidas de quem os habitam, os tornando, por essa condição racializada, símbolos da violência, irracionalidade e criminalidade (Kilomba, 2019; Mbembe, 2017).

Nessa perspectiva, Ayoluwa aponta para a segregação socioespacial que sofrem algumas áreas do bairro, enquadradadas enquanto perigosas e que requerem maior atenção:

Eu mesma cresci com a minha família dizendo “não pode ir lá naquela rua”. E aí, essa rua, ela era a rua que tava sendo ameaçada de remoção, né? A prefeitura tinha um projeto por ali que tirava toda aquela comunidade, dessa rua, e fazia uma coisa só pra quem tem dinheiro, pra quem tem grana, né? (Ayoluwa, 2020).

A interlocutora reflete que além das questões da violência, a racialização de certas áreas possibilita, a partir de sua precarização, a intervenção estatal e de grupos poderosos, como os ligados ao mercado imobiliário, interessados na remoção de moradores/as daquela região e na consequente instalação de áreas de interesse do poder econômico. Assim, a colonialidade e o racismo, em tempos neoliberais, produzem o que Mbembe (2018), chama de devir negro no mundo, uma experimentação das condições de opressão e violência possibilitadas em função da raça, mas também experimentadas com a racialização de outros marcadores interseccionais, tais como o gênero, a classe e o território. Almeida (2019), inspirado em Foucault, no que diz respeito aos modos pelos quais se executa o biopoder, chama atenção para os efeitos do racismo, que se expressa pela produção binária de hierarquias entre as raças, e pela autorização da morte do Outro. Colonialidade e racismo, nesse sentido, se articulam na autorização de condições desiguais instituídas em determinados territórios pela cotidiana proximidade com a morte e violência. Mbembe (2017) ao refletir sobre tais condições, como desinvestimento estatal, a criação de um estado de exceção (Agamben, 2004), a criação de políticas de inimizade e a autorização de matar do Estado, cunha o conceito de Necropolítica. O racismo tende a agir, portanto, na precarização dos territórios e a partir da matabilidade de certas vidas, haja

visto a manutenção histórica da precarização em corpos e territórios racializados.

Ainda relacionado ao território, outra expressão do racismo presente na narrativa do participante diz respeito a solidão provocada pelo distanciamento que o racismo produz no cotidiano de vidas negras e nesses espaços periferizados, simbolicamente cindidos entre bons e maus, numa divisão binária que atribui racistamente a pessoas negras a condição de periculosidade:

O pouco que eu lembro da minha infância, né, que eu falei, a gente não tinha essa permissão de brincar, também, na rua, justamente pelo fato de que ela não queria que a gente se envolvesse com as pessoas que ela considerava errada, né? Então, a gente... eu não lembro de ter nenhum amigo na rua, entendeu? A gente brincava no quintal de casa mesmo (Jardel, 2020).

Nesse sentido, as colônias contemporâneas, como descreve Mbembe (2017), são essas áreas onde se experimentam uma especial forma de terror, onde se articulam precarização e formas diversas de opressão na produção de um território miserável e povoados por habitantes assim também reconhecidos nas esferas de sociabilidade marcadas pelo poder da colonialidade. As formas de opressão pelas quais o racismo se expressa vão além da fragilização das políticas públicas e dos direitos sociais, como o acesso

à educação, cultura e lazer, por exemplo, mas também incidem fortemente sobre os vínculos socioafetivos, obstruindo relações afetuosas e inventivas com os pares. A precarização da vida e do território, por essa condição racializada, atribui a pessoas pretas, pobres e periféricas, estereótipos ligados a uma lógica racista, que são negativos e violentos, fragilizando a possibilidade de que pessoas possam construir juntas formas re-inventivas de viver.

Sobre a dimensão subjetiva do racismo, Jardel narra elementos importantes para a compreensão de como o racismo opera e de como ele está engendrado nas nossas produções subjetivas e desejantes, a partir de dispositivos tais quais o branqueamento.

Não que minha mãe seja uma pessoa... uma pessoa, digamos que racista, mas eu acredito que acho que desde pequeno ela deve ter sofrido, porque ela é negra, né, ela deve ter sofrido racismo, mas acho que, pelo fato de ser escola de bairro e as periferias, é... a população da periferia ser quase que predominante negra, eu acho que sim, entendeu? Não tem como fugir disso. “Ah, eu sou negro, eu não sou racista”. Ela podia não estar sendo de forma objetiva, né [...], mas ela podia estar, talvez, reproduzindo alguma forma de racismo, né? (Jardel, 2020).

Nessa mesma direção, refletindo sobre sua condição racial, Ayoluwa diz de como é difícil, mesmo sempre se

reconhecendo enquanto uma pessoa negra, não ser interpelada pela branquitude e seus ideais. Narra ter sido por muito tempo “escrava da chapinha”, e que mesmo se reconhecendo como negra foi difícil compreender como opera o sistema racista na vida das pessoas e, sobretudo, como isso poderia implicar na sua vida.

Eu sempre me reconheci como uma mulher negra. Eu sempre soube disso, desde criança. Agora, eu era uma pessoa escrava da chapinha, né? E aí... que aí tem outra coisa que eu vou falar sobre a escrava da chapinha, que eu sabia que era uma mulher negra, mas eu não entendia como é que funcionava esse sistema racista, né? (Ayoluwa, 2020).

Nos levando a questionar não somente os efeitos do racismo mas também como a branquitude se constitui como um ideal do Eu, cujos efeitos em corpos negros se dão de maneiras diversas, desde processos de branqueamento e uma consequente passabilidade, sem deixar de ressaltar a violência e o apagamento de si que há nisso, até às formas mais concretas de violências advindas do racismo quando se passa a questionar ou negar essa lógica de constituição subjetiva dada como natural e relacionada a branquitude.

Abdias do Nascimento (2017), ao refletir sobre o genocídio do negro no Brasil, nos chama atenção, também, para a institucionalização desse genocídio, impulsionado pelo mito

da democracia racial, processo que diz respeito a falsa ideia de igualdade racial experimentada no Brasil e executado a partir de estratégias de apagamento da raça como a mestiçagem e o branqueamento, assim também, expressões desse genocídio ainda em curso. Para Nascimento (2017), a criação de categorias como “mulato” pela elite intelectual dominante no Brasil pode ser entendida como um dos primeiros elementos que constitui o sistemático processo de branquificação da sociedade brasileira, como uma perversa estratégia de execução do/a negro/a e de sua cultura. Negros e mulatos, por essa condição racializada, nunca experimentaram um estado de igualdade, haja vista os privilégios da branquitude estarem assentados na produção e reificação dessa diferença.

Frente a essa perspectiva, em sua narrativa, Jardel relata como o racismo pode ser negado e como esse aspecto marca fortemente sua trajetória de vida, principalmente, a partir de sua relação com a religião: “eu sabia que eu tava incomodado com algumas brincadeiras, algumas coisas, mas como eu não tinha essa consciência racializada, então eu não entendia o motivo, né?” (Jardel, 2020). Na igreja não se falava das diferenciações provocadas pelo racismo nos modos de se relacionar em comunidade, todavia, de acordo com ele próprio, o preconceito é um forte marcador na construção das relações entre os pares.

E lá era nítido como não se falava nada a respeito de preconceito ou racismo, entendeu? É muito nítido. É algo gritante como eles não tocam nesse assunto. É como se não existisse preconceito, é como se não existisse nenhum tipo de preconceito a nenhum tipo de pessoa, mas, é... entre alguns pares, você sempre se aproxima de uma ou outra pessoa, né, entre os pares você percebe o preconceito que tem, sobretudo a homossexuais, a negros, né (Jardel, 2020).

O preconceito racial, na perspectiva de Kilomba (2019), é agenciado na relação hierarquia-diferença, estabelecendo padrões binários de hierarquia e de diferenciação entre negros/as e brancos/as produtores de formas violentas e excludentes de se compreender a negritude, portanto, tomamos o preconceito, nessa perspectiva, como uma das expressões mais sutis do racismo.

Ao nos narrar sobre sua experiência de ser morador do Serviluz, Jardel nos aponta para o modo pelo qual áreas periferizadas, como a que mora, têm sido produzidas como áreas violentas, nos discursos que disputam a cidade, e que sustentam práticas de exclusão. A racialização dos territórios possibilita naturalizar nessas regiões formas violentas de atuação do estado, seja pela ausência em serviços e políticas públicas que garantam o bem estar dessa população, seja pela presença massiva de dispositivos policiais em ações truculentas, descabidas e violentas

contra seus moradores a partir de um viés, marcadamente, racial (Costa, Barros, 2019; Mbembe, 2017).

Ainda nessa perspectiva, o dizer da experiência sobre ser jovem negro/a, diz também de como corpos negros não são bem vindos ao ocupar espaços reservados a branquitude. Ao nos narrar sobre como sempre é confundida com parentes de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no seu trabalho como assistente social na Defensoria Pública do estado do Ceará, Ayoluwa visibiliza como o racismo engendra na sociedade formas de reconhecimento que condicionam negros e negras sempre em posições de inferioridade, subserviência, e pobreza, de modo que tais estigmatizações também digam da rede de saber-poder que sustenta modelos semelhantes a este no que diz respeito a possibilidade de cargos de poder, ou estratégicos, serem ocupados por pessoas negras.

Ao nos narrar sobre a experiência de racismo sofrida em um *shopping* localizado em uma parte nobre da cidade, simplesmente por estar naquele espaço, sendo quem é, e vestido como gosta de se vestir, Jardel torna visível os efeitos de uma política de subjetivação racista ao destacar como sua presença causa incômodo e ameaça, a medida em que também justifica, numa perspectiva racista de compreensão sobre o que é segurança, a necessidade de uma

série de dispositivos de vigilância e controle que recaem, sobremaneira, em corpos de jovens negros/as periferizadas:

Eu acredito que é um incômodo muito grande quando a gente tem acesso a vários espaços. Eu digo “a gente”, corpos negros, né? Quer seja uma faculdade, quer seja... até mesmo, sei lá, você entra num supermercado, você já se sente meio que “não convidado”, né? Você entra numa loja, você já sente meio que também “não convidado”. Por que eu falo isso? Porque você percebe que alguém tá te olhando, tá te acompanhando, vendo o que é que tu tá fazendo nas prateleiras [...]. Eu passei entre as gôndolas e pra cada uma que eu ia um rapaz me acompanhava, né? [...] fui perguntar a ele o que é que ele tava fazendo, por quê ele estava me observando, se ele achava que eu ia levar alguma peça, né? Ele disse “não, cara, é só...”, é só uma “atitude padrão” (Jardel, 2020).

Nesse momento, nosso interlocutor reflete sobre como as experiências provocadas pelo racismo, numa sociedade desigual e completamente marcada pela lógica capitalista de produção de subjetividade, obriga pessoas negras a se produzirem subjetivamente a partir de uma perspectiva da branquitude. Questiona o fato de ser uma pessoa, também negra, a responsável por atuar de modo racista, embora entenda que as forças que estão em jogo nessa situação atravessam a própria condição material de existência que muitos sujeitos de cor negra precisam manter.

Então, corpos negros também, até por uma forma de subsistência, né, que ele tava trabalhando pra sobreviver, eles também não querem aceitar outros corpos negros nos espaços, né? Nesses espaços, digamos, mais privilegiados. Só que eu acredito que a gente não pode, como é que eu posso dizer... a gente não pode se submeter ao fato de que outros corpos não desejam nossos corpos nesses espaços específicos, né (Jardel, 2020).

“No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance” (Almeida, 2019, p.51). O discurso da meritocracia é questionado também a partir desse trecho-cena da narrativa quando Jardel nos relata como sempre foi muito difícil manter-se nos estudos, uma vez que, dado a condição social de sua família precisou sempre trabalhar para ajudar a compor a renda da família, estando ele próprio, em alguns momentos, como responsável principal pela subsistência do seu grupo familiar. Como falar, portanto, em condições de igualdade quando o racismo coloca pessoas negras sempre numa relação de desvantagem, fazendo da cidadania e da própria vida um direito escasso?

Em diálogo com Sales (2007), discutimos a partir dessa cena analisadora os regimes de (in)visibilidade e a produção de cidadania escassa na vida de juventudes negras e

periféricas como um dos efeitos do racismo engendrado nessas trajetórias. São vidas hiper visibilizadas, quanto à suspeita da criminalidade, mas extremamente apagadas e silenciadas do ponto de vista da garantia de direitos. São regimes de precarização da vida que distanciam juventudes negras do acesso a determinados espaços historicamente ocupados pelo privilégio da branquitude.

Em outro momento de tensão da sua narrativa, nos fala sobre uma importante decisão a ser tomada: ser feliz e optar por fazer o que gosta, ou continuava infeliz no trabalho que não o deixava contente e no curso que não lhe realizava, mas, de modo a poder continuar ajudando nos custos da família. Para ele, ter escolhido seguir com sua trajetória, a partir daquilo que ele próprio desenhou como projeto e sonhos, é ser egoísta. Escolher ser quem se é, e assumir seus desejos, numa realidade dura como a apresentada, quando estão em jogo outras questões, como o sustento dos seus, é uma escolha difícil.

Almeida (2019) reflete sobre as implicações do racismo na vida das pessoas a partir do trauma e dos resquícios da escravidão na trajetória de negros e negras, as impedindo de viver o “eu” em sua plenitude. Nessa mesma direção Kilomba (2019), problematiza ser umas das expressões do racismo a negação ao direito a subjetividade a partir de processos massificante em uma perspectiva colonial-capitalista

de produção subjetiva, que leva negros e negras perderem de si e matar o lugar da outridade.

[...] Aqui é uma universidade digamos que preta, né? Mas não se iluda, que as coisas não funcionam da melhor forma possível que você... imagina que vem pra uma universidade preta e que o protagonismo vai ser preto. Não. Infelizmente não é assim, embora aqui seja a UNILAB, né, seja uma universidade pra afrodescendentes. A gente aqui pode-se dizer que tem só uma facilidade maior de conseguir acessar... digamos que o conhecimento que não é, sobretudo, de brancos, né? Mas aqui ainda é uma universidade de gente branca, por mais que seja a UNILAB, é comandada por brancos [...] (Jardel, 2020).

Por mais difícil que tenha sido escolher estar na universidade, assumindo posição nas suas escolhas, chegar até ela não encerra, nessa trajetória, as dificuldades e consequências do racismo impostas por uma estrutura colonial, ainda vigente, nos modos de se organizar em sociedade. Para Jardel, mesmo com os ganhos em estar em uma universidade como a UNILAB, marcadamente reconhecida pela presença intensa de jovens afro-diaspóricos, as posições de poder e decisão na universidade ainda continuam a ser ocupadas por pessoas brancas, o que denota os muitos privilégios e vantagens que a branquitude carrega dentro de uma sociedade, estruturada a partir de

concepções racistas em âmbitos sociais, culturais e políticos (Almeida, 2019; Kilomba, 2019).

“Inspira na gente a vontade de querer fazer do nosso modo”: práticas de (re)existências comunitárias e a universidade como dispositivo de reinvenção, colaboração e transformação social

Nesta seção objetivamos produzir reflexões sobre as práticas de (re)existências coletivas e cotidianas que desempenham um papel fundamental nas lutas contra as opressões estruturais que marcam, sobretudo, as vidas de juventudes pobres, negras e periféricas. Nessa perspectiva, a universidade surge, nas narrativas dos interlocutores, enquanto um lugar de privilégios, mas também como um espaço de reflexão sobre sua própria história, de reinvenção de saberes, de colaboração entre diferentes sujeitos e de possibilidade de promoção de uma transformação social efetiva, isto é, um campo fértil para a construção de novas perspectivas, que podem desafiar normas estabelecidas e impulsionar práticas coletivas.

Uma primeira cena analisadora que trazemos diz da importância da participação nos coletivos no desenvolvimento da criticidade em relação a sua própria história. Mesmo notando que determinadas “brincadeiras”

vivenciadas na sua trajetória lhe provocavam certo incômodo, é somente a partir do seu ingresso na universidade e do seu engajamento nos coletivos que Jardel passa a tensionar alguns acontecimentos em sua vida, de modo a passar a entendê-los como efeitos das práticas racistas arraigadas no cotidiano e nas relações sociais do Brasil. É também, a partir desse entendimento que se percebe como uma pessoa negra e que em função desse reconhecimento pode também desenvolver para si modos outros de proteção.

Então, eu sempre fui vendo isso e sempre me incomodava aquilo (as brincadeiras), mas eu não sabia como mudar, porque eu tava ligado a uma religião, meu pensamento era outro, a gente tem outros pensamentos, outras perspectivas de vida, né, aí depois que, digamos, eu virei a “ovelha negra” que fugiu e saiu, né, e que tive acesso à faculdade e tive acesso a outras pessoas, comecei a conhecer alguns coletivos relacionados a isso, à resistência, assim, seja ela qual for, foi que eu comecei a me “aperceber” de que tudo que eu passei, sei lá, na minha adolescência e no início da minha vida adulta, sofrendo algum tipo de racismo, e só agora eu conseguia, me proteger, ou descobrir que aquilo era racismo pra poder se proteger também (Jardel, 2020).

Também nesse sentido, sobre o núcleo de base do Serviluz, importante coletivo de militância a favor das causas sociais do território, Ayoluwa (2020) o narra como

um potente espaço de transformação e, em especial, sobre a incidência dele sobre seus processos formativos e em sua trajetória. Relata ter sido, a partir da sua inserção nesse coletivo, ainda criança, o começo de seu engajamento nas lutas sociais que ainda estão presentes em sua vida e que os seus processos subjetivos se fizeram e se fazem intensamente nessa relação com os coletivos. Ela destaca como o coletivo lhe possibilitou uma leitura mais crítica sobre a vida e uma consequente mudança de fluxos no que diz respeito ao que é esperado para pessoas negras e pobres de áreas periféricas.

Eu costumo falar que o núcleo de base do Serviluz, o movimento, né, ele me salvou. Porque, assim, foi lá que foi toda a minha construção política e... a minha construção, né? [...] não sei o que seria de mim se não fosse aquele espaço, né? Um espaço de formação, que foi tão importante pra mim, tão significativo que, com o passar do tempo, eu me tornei uma educadora social, né! (Ayoluwa, 2020).

Outra mudança de fluxo que a participação nos coletivos pôde proporcionar a Jardel está diretamente ligada aos modos de se relacionar com o território e com os membros da comunidade. O acaso foi determinante para que nas andanças pelo bairro, caminhando pela rua, a realização de um cine clube lhe convocasse o olhar e o corpo para

se fazer outro com tantos e tantas que também se forjam diferentes a partir da participação na associação de moradores do bairro. Jardel conta sobre o gosto por “estar COM”, o que faz com que se descubra outros bairros e outras relações possíveis de viver no que antes era desconhecido. Ser convidado a conhecer o que desconhecia é o que abre caminhos para o novo, para a invenção, para a colaboração, e sobretudo, para outros afetos:

A associação, a gente conheceu porque, em dado momento, a gente passando na rua, aí tava uma exibição de cine clube, que até então a gente não sabia que era cine clube, só sabia que alguém colocou um projetor na parede com alguns filmes caseiros, produzidos no próprio bairro, né, e tinha uma professora lá da UFC e algumas pessoas com uma blusa característica que eles usam da associação, né? Aí foi quando a gente passou, olhou, ficou olhando, aí começou a conversar com o pessoal, aí eles nos convidaram a conhecer, né. A gente era do bairro e não conhecia (risos) (Jardel, 2020).

O “estar COM” (Moraes, 2010) aparece como um elemento importante nessas histórias na desnaturalização de algumas concepções de cunho colonizador e que perpetuam o racismo, suas práticas e efeitos, na estrutura social bem como também nos processos subjetivos de negros e negras. É somente a partir do engajamento na associação e da experiência coletiva que a ideia de periculosidade atrelada

a regiões periféricas e seus moradores pode ser desfeita, mesmo sendo nosso interlocutor também morador dessas regiões e experimentador de muitos desses estigmas.

Eu acho que o que ela (associação de moradores) mudou e o que ela nos ajudou foi no aspecto mais do bairro, entendeu? De conhecer as pessoas, de ter acesso às pessoas e perceber que nem todo mundo que mora ali naquele bairro são pessoas perigosas, como a gente tinha esse conceito anteriormente, né? (Jardel, 2020).

ssas mudanças nos modos de compreender e se relacionar com o território chamam atenção para a desnaturalização dessas áreas enquanto perigosas e que, em razão disso, compreendidas nos ditos que circulam pela cidade somente a partir da violência, pobreza e morte. Essas mudanças nas trajetórias que passam pela reinvenção de outros sentidos sobre si e sobre o território vão dizer mais que sobre uma mudança de fluxo nos processos que acompanhamos, mas denunciam as transformações micropolíticas que se fazem necessárias no âmbito das relações sociais, na cultura e nas políticas públicas brasileiras.

Os coletivos, por se tratarem de agrupamentos que tematizam as pautas raciais, passam a ocupar um importante espaço, inclusive afetivo, nas trajetórias aqui narradas, como trazem Jardel e Ayoluwa: “esses coletivos, por serem coletivos que lutam pela... a favor da pauta racial, né, eu acho que eles

têm grande significado pra mim” (Jardel, 2020); “eu digo que ele é muito importante pra mim porque o núcleo abriu a minha cabeça pra várias coisas, inclusive me entendendo, né, enquanto uma jovem de periferia, o espaço que ocupava, né?” (Ayoluwa, 2020). Essa relação construída em coletividade com pessoas diferentes, mas que experienciam de forma semelhante os efeitos do racismo nos seus cotidianos, possibilitou, além da ampliação dos modos de relacionar-se com o território e com a vizinhança, também outros modos de olhar pra si e compreender sua condição racializada enquanto pessoa negra e, a partir disso, conseguir fazer uma leitura muito mais crítica e consciente sobre os processos vivenciados nas trajetórias de vida, abrindo caminho para novos horizontes e outras possibilidades marcadas pela coletivização dos processos, pela criatividade e pela desobediência a lógica capitalista-colonial.

Nessa compreensão, a universidade alinhada à participação nos coletivos, aparece como força disruptiva nos processos subjetivos experimentados nestas trajetórias. O conhecimento abre passagem para o novo e cria condições de afirmação e de coragem nas reivindicações de outras histórias possíveis para si:

E acredito que... depois que eu entrei na universidade, que você tem outras visões de mundo, que você conhece outras pessoas, que você vai vendo que aquilo que você se

tornou não é algo errado, não é algo... uma anomalia, aí você começa a criar coragem. “Não, eu sou isso e pronto. Meus pais, minha família vai ter que me aceitar”. Aí você começa a criar coragem (Jardel, 2020).

Também nessa direção, apontamos para o desejo de mudança não somente nos trajetos subjetivos, mas, sobre tudo, nos processos coletivos que passam pela participação efetiva de negros e negras em espaços de saber, poder e tomada de decisão. Essa dimensão é importante pois diz do caráter colaborativo e solidário presente nos desejos e sonhos daqueles e daquelas que travam incansavelmente uma luta anti racista, e que fortalece a construção de um mundo mais plural e menos desigual.

Hoje, a gente tem um pró-reitor branco e a maioria das, digamos... não sei se eu posso usar essa palavra, das “instâncias de poder” da faculdade, são comandadas por pessoas brancas. Então, UNILAB é só um nome utópico. Você acredita que a gente, pretos, nós pretos que entramos na universidade, a maioria, talvez, entrou pra poder mudar aquilo, né? Conseguir alcançar, estar a par do que eles pedem pra ocupar esses cargos e, futuramente, culpá-los (Jardel, 2020).

A universidade aparece também como um espaço importante na constituição das resistências cotidianas, sendo entendida como um espaço de mudança, que aqui podemos compreender enquanto um dispositivo coletivo de

re-existência, de criatividade, potência e de transformação social. Nesse sentido dialogamos com o relato a seguir:

Mas assim, o fato de também não funcionar dessa forma e ela carregar esse nome de UNILAB eu acho que... eu acredito que sim, né, inspira na gente a vontade de querer fazer do nosso modo. Por exemplo, hoje, eu já... depois que eu vim pra cá, eu já tenho a vontade de sair da graduação, entrar no mestrado e embalar no doutorado justamente pra ser professor daqui, entendeu? E eu acredito que com a vontade de mudar algumas coisas, né (Jardel, 2020).

O engajamento com os coletivos e a entrada na universidade, para além de alargar as possibilidades de vida, também abriu espaço para a convivência com a pluralidade, a diferença, com o conhecimento, com culturas diferentes e, sobretudo, para novas ideias. Essa mudança de postura frente a própria vida é compreendida como uma outra dimensão das re-existências que se estabelecem no cotidiano e ressoam nos modos de viver. A participação nesses coletivos, portanto, denotam a produção de modos inventivos, criativos e coletivos de estar no mundo, forjados em aliança com a diferença e reiterados na superação de formas colonizantes do eu.

Então, o acesso, não vou dizer nem à universidade, mas a outras pessoas com outras culturas, outros pensamentos, ter acesso a novas ideias, né, no campo da universidade,

desses coletivos, me fizeram pensar diferente, né? E também de até cortar laços com algumas pessoas que eu vi que não eram amizades saudáveis, mas sim abusivas, entendeu? (Jardel, 2020).

Também sobre sua incursão na vida universitária, sobre os trabalhos de pesquisa realizados e sobre como isso tudo se articula na sua vida e nos seus processos, Ayoluwa nos relata: “foi muito importante pra mim, e aí eu acho que pra mim é um compromisso muito mais, que vai para além dessa questão do trabalho, da academia, mas é um compromisso mesmo enquanto comunidade negra, né?” (2020), destacando que os ganhos de um devem ser os ganhos de todos, numa perspectiva de enfatizar a importância do sentimento de pertença e da vida produzida em coletividade, nas estratégias de re-existências e na luta diária por transformações micropolíticas para a comunidade.

Mais especificamente quanto ao momento de entrada na universidade, como aconteceu este processo, quais foram as dificuldades e motivações encontradas, Jardel nos narra ter demorado muito a pensar a universidade como uma possibilidade para sua vida, em razão da sua relação com a religião. Até uma parte da sua trajetória, a partir desses vínculos, a universidade era lida como algo mundano, e, portanto, perda de tempo e energia. Todavia, diz que a universidade sempre lhe despertou curiosidade,

e que desejou fazer algum curso superior. A universidade, se torna, então, um importante dispositivo para compreendermos as transformações e mudanças de fluxos que se materializam na vida de Jardel e de inúmeros outros jovens negros e pobres que passam a vislumbrar diferentes condições de vida, de se relacionar com a diferença, e que passam a alcançar espaços e vivências outras que antes pareciam completamente distantes.

Uma questão muito presente nas narrativas escutadas diz das múltiplas dificuldades que se interpõem nas trajetórias de jovens vindo(a)s de periferias. Uma dessas muitas impossibilidades relaciona-se com o acesso à vida universitária. Conforme nos aponta Jardel, muitas pessoas vindas da mesma realidade social que a dele não conseguiram acessar a universidade, em sua experiência muito(a)s desse(a)s jovens já tiveram filhos, casaram, passaram a ter que assumir as responsabilidades financeiras do lar, elementos que, na sua visão, impõe dificuldades para que se pense em ingressar na universidade, tendo em vista todas as obrigações que estão em jogo nessa dinâmica social. Visto que, em uma realidade que urge a necessidade de conseguir manter a própria vida, as condições materiais da existência, tais como o trabalho, parecem ganhar retaguarda em muitas das trajetórias juvenis vulnerabilizadas pela pobreza, violência e racismo.

Eu acredito que, pra gente que mora na favela, é mais difícil o acesso. Hoje eu percebo que, por exemplo, pessoas na minha idade, essas pessoas, na verdade, na sua maioria, tão juntos, casados, né, tem filhos, tem responsabilidades e despesas com lar, com família, e que eu acho que eles nem cogitam a possibilidade de estar estudando, né? Eles não tiveram oportunidade devido à situação precária, talvez nem concluíram o ensino médio [...] (Jardel, 2021).

Afinado a isso, ao destacar as dificuldades financeiras e o trabalho como condições que distanciam a universidade de vidas marginais, Ayoluwa nos narra a importância de políticas públicas que alarguem as possibilidades de escolhas para determinadas juventudes, e que tais políticas lhes façam garantir muito mais que a entrada, mas também a permanência na universidade. Sua entrada na universidade só foi possível graças ao Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, programa social que financia cursos universitários em universidades privadas. Todavia, nos destaca as muitas barreiras que teve de enfrentar para conseguir permanecer neste sonho, como, por exemplo, a exigência de possuir fiadores e a necessidade de trabalhar para se manter nessa dupla jornada.

Realmente, pra gente que tem que trabalhar e não tem dinheiro pra nada, conseguir fazer a universidade que eu fiz, privada, através do FIES, né, tinha dois fiadores,

e eu trabalhava o dia todo, estudava a noite. Pensei em desistir várias vezes. Era muito puxado, mas foi muito importante pra mim estar naquele espaço, sabe? E aí, a universidade me abriu os olhos (Ayoluwa, 2021).

A luta pela democratização da universidade, pela ampliação do acesso universitário e pela assistência estudantil são processos essenciais para a entrada e permanência dessas juventudes. Nos últimos anos, políticas como as ações afirmativas em universidades públicas têm ampliado as possibilidades de acesso de jovens negros e de baixa renda. Além disso, as bolsas de ensino, pesquisa e assistência estudantil, embora ainda insuficientes, foram fundamentais para a permanência de muitos estudantes, incluindo os provenientes das periferias urbanas.

Embora as conquistas, como a implementação das cotas, tenham sido significativas, sempre estiveram ameaçadas. A implementação de políticas afirmativas que buscavam reparar desigualdades históricas enfrenta oposição, especialmente em um país marcado pela exploração racista-colonial-capitalista. O conservadorismo elitista rejeita a ideia de que jovens, negros e periféricos possam ocupar espaços como a universidade. Nos últimos anos, observamos o desmonte das políticas educacionais, com a redução de recursos e investimentos. Durante o governo anterior (2019-2022), uma postura negacionista e anticientífica

foi adotada, afetando também a política educacional. Em tempos de ódio, o conhecimento universitário produzido com compromisso ético para a transformação social, assim como a luta antirracista, torna-se ainda mais essenciais.

A universidade é vivida e compreendida pelos interlocutores a partir de suas vivências com a comunidade. Nesse contexto de colaboração, em oposição à competição, os participantes reconhecem o poder do conhecimento produzido nas universidades como uma força que deve somar às lutas diárias das comunidades. Uma das possibilidades emergentes da universidade é amplificar as lutas e produções dos coletivos sociais, proporcionando visibilidade à diferença e à vida vibrante desses grupos. Além disso, é dever da universidade devolver o conhecimento gerado à sociedade, especialmente às comunidades vulnerabilizadas, contribuindo para as transformações micropolíticas impulsionadas pelos esforços acadêmicos.

Eu acho que a universidade, ela ajuda a expandir, né, os coletivos, porque a partir do momento em que você começa a utilizar o conhecimento que a universidade te fornece em prol da comunidade, eu acredito que isso já é uma bem significativa, por mais que não seja, assim, algo gigantesco, mas pequenas mudanças vão surgindo a partir do que você vai utilizando, do que você vai aprendendo na sua comunidade, não é? E eu acredito também que ela abre muitos espaços também [...] (Jardel, 2021).

A universidade, pensada a partir disso, tem sido também lócus de produção de cuidado e afeto entre negros e negras que se reconhecem uns nos outros e em suas histórias semelhantes. Grada Kilomba (2019), ao pensar alguns dos efeitos da universidade na vida de pessoas negras, aponta para as inúmeras situações de violência que pessoas de cor enfrentam cotidianamente na academia, entendendo-a como este lugar reduto da branquitude, cujas epistemologias hegemônicas e tradicionais utilizadas nas instituições dizem muito de colonialidade do saber impregnada na nossa construção enquanto sociedade. Contudo, neste trabalho, buscamos subverter essa concepção, passando a entender a universidade como uma aliada na luta antirracista. Compreendendo-a universidade também como um espaço potencial para a realização de processos de aquilombamento.

Somando coro a este enunciado, Ayoluwa concorda que não é possível pensar a universidade separada do seu papel social com a comunidade. Também critica os modelos científicos que desenvolvem um tipo de relação unilateral com seu campo e colaboradores de pesquisa. É preciso que a universidade, nesse sentido, aprenda também com o fazer comunitário: colaborativo, participativo, solidário. Sugere que é importante pensar a interlocução entre a universidade com as demais instituições presentes no

território, a exemplo da escola, como modo de fazer ecoar a multiplicidade de sujeitos que fazem a comunidade.

Ayoluwa relata a importância da universidade no seu olhar mais aguçado para algumas questões muito caras a construção de uma sociedade antirracista. Na sua “narrativa-metáfora” nos diz como a universidade pode ser esse espaço capaz de produzir, a partir do conhecimento, esperança sobre um mundo que muitas vezes se apresenta duro e cruel. Isso, na sua perspectiva, acontece através das inúmeras ações que a universidade desenvolve em parceria com a sociedade civil, tais como as inúmeras ações de extensão e pesquisa.

Parece que a gente vive no escuro e tira uma venda, né, assim, pra sociedade. Então, através dessas reflexões que aconteceram dentro do ambiente da universidade, também me potencializaram, né? Porque tipo assim, eu tava na universidade, mas eu sempre estive nos movimentos e nos coletivos desde cedo, desde a minha infância, adolescência, então foi isso também que potencializou, sabe? Eu acho, assim, a universidade muito importante na minha vida, mas mais importante ainda foram os movimentos, os coletivos, que eu fiz parte (Ayoluwa, 2021).

Nessa perspectiva, pensamos a universidade como uma aliada nas disputas que se tornam necessárias a desnaturalização das formas de opressões advindas do racismo-machismo-classismo. A universidade, reduto da

branquitude, passa a ser tomada por inúmeras questões sociais que problematizam essas estruturas colonialistas presentes nos nossos modos de nos organizar, assim também como a própria postura da universidade frente a isso. O ingresso expressivo de negros e negras nas universidades públicas, por via das políticas afirmativas, faz ressoar ainda mais a urgência de se implicar ativamente nesses debates, sobretudo no que se refere às questões raciais, antes tão silenciadas (Mayorga; Souza, 2012).

Inspirados em Beatriz Nascimento (2018), entende-se que a universidade, ao se comprometer com populações vulnerabilizadas, especialmente as populações negras, tem se configurado como um espaço de criação de novas possibilidades. Ao tensionar referenciais clássicos e propor uma epistemologia enegrecida e encarnada, promove-se a criação de espaços de cuidado e o reconhecimento de demandas sociais em relação ao seu papel. A universidade se torna quilombo quando, por meio da invenção e da resistência, possibilita a emergência da diferença e aproxima o saber acadêmico da realidade das comunidades.

São por ações desenvolvidas na universidade e com a universidade que é possível travar com maior afinco lutas sociais pautadas historicamente pelo povo preto. Jardel e Ayoluwa também utilizam da sua relação com a universidade para fazer ecoar o compromisso com as comunidades de onde partem.

Faz-se imperativo firmar compromisso com a construção de uma universidade implicada, atualizada e empenhada na produção de um mundo mais justo e democrático.

A partir das nossas inter(in)venções realizadas, buscamos oportunizar a produção e o resgate da memória como elementos essenciais na construção coletiva da noção de resistência que permeou esta pesquisa e o presente texto. Esse processo se manifesta, por exemplo, no empenho dos coletivos em promover a circulação da potência ancestral da cultura negra, bem como no compromisso da universidade, por meio de seus atores, em fortalecer a produção de narrativas insurgentes. Essas narrativas reconstroem a história a partir das vozes dos próprios sujeitos, fazendo do resgate da memória um impulso para a construção de futuros comprometidos com a luta antirracista, as comunidades e as perspectivas de transformação social.

Por enquanto eu não consigo pensar agora, mas se a universidade não tiver esse propósito de ajudar quem tá na comunidade, e também trazer soluções pra comunidade, a universidade é inútil, né? Então, acho que, quando a gente acessa a universidade, a gente pensa muito nisso, sobretudo nós que somos da favela... de que, em algum momento, a gente vai dar um retorno pra favela, pra comunidade, do que nós estamos estudando, né? Então, esse trabalho é uma potência nesse sentido (Jardel, 2021).

Considerações Finais

A desobediência à colonialidade, como estratégia para garantir a sobrevivência e a resistência de juventudes negras que carregam o legado de seus ancestrais, manifesta-se em atos de coragem, afeto e no sonho de construir um outro mundo possível. Suas lutas, conforme enfatizado por Conceição Evaristo (2018), são gritos coletivos contra as estruturas que buscam subjugar suas existências. As palavras da autora: “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”, nos fazem refletir sobre as lutas de (re)existências diante da estrutura racista, que perpetua a subordinação de negros e negras, impõe violência, hipersexualiza seus corpos, destitui seu status político e de humanidade, vulnerabilizando suas existências.

Apesar dos avanços presenciados no campo das políticas públicas, nos últimos anos, no que se refere à proteção integral na infância e na adolescência, por exemplo, ainda se fazem urgentes avanços que possibilitem, de fato, a implementação dessas políticas e a universalização das mesmas (Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa do Ceará, 2024), com vistas à efetivação da garantia de direitos e à diminuição da vulnerabilidade vivenciada por juventudes negras. A proteção prevista em algumas normativas, como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo, não alcança todos

os grupos, visto que sobre alguns recai a desproteção do Estado e violações, com base na necropolítica estatal, que atua articulada aos marcadores de raça, classe e gênero.

Um sentimento produzido por esta pesquisa diz respeito ao desejo de retornar para a sociedade o que produzimos na universidade em nossas invenções. Tomamos então esta pesquisa como um dispositivo inter(in)ventivo, forjado a partir de lutas, conquistas e sonhos, cujo o interesse é somar-se às diversas outras vozes que, assim como nós, desejam produzir outras condições de mundo, sobretudo para que jovens que atravessam/atravessaram situações de vulnerabilizações e políticas de matabilidade, possam experimentar em outros espaços a liberdade que hoje alguns experienciam com/na universidade. Como uma navalha, este texto, ao narrar essas experiências, corta e faz doer um Brasil marcado pelas mazelas do racismo. Nossas vozes se somam, multiplicam-se e ecoam, como um canto, resgatando e produzindo nossas memórias e a anunciando cirandas da resistência.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo, 2004.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

BENÍCIO, Luis Fernando; BARROS, João Paulo; RODRIGUES, Jéssica; SILVA, Dagualberto; LEONARDO, Camila; COSTA, Aldemar. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. esp. 2, p. 192-207, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASTRO, Ricardo Dias de; MAYORGA, Claudia. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Pesqui. prát. psicossociais**, São João del-Rei , v. 14, n. 3, p. 1-18, 2019.

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Novas equipes do BPRaio reforçam policiamento em nove bairros de Fortaleza**. 2018. Disponível em: <http://www.sspds.ce.gov.br/2018/06/22/novas-equipes-do-bpraio-reforcam-policimento-em-nove-bairros-de-fortaleza/>.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. **Atlas da Violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em 6 mar. 2025.

COMITÊ DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. Vidas por um fio: trajetórias de adolescentes após o cumprimento de medidas socioeducativas no Ceará. 2024. Disponível em: <<https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/vidasporumfio/>>. Acesso em 11 mar. 2025.

(referência suprimida para evitar a identificação dos autores)

COSTA, Aldemar; BARROS, João Paulo. “Célula de Proteção Comunitária”: efeitos no cotidiano de jovens negros em Fortaleza. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 13 n. 3, p. 173-192, 2019.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Aquilombamento da Saúde Mental: Cuidado antirracista na atenção psicossocial infantojuvenil**. São Paulo: Hucitec, 2023.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. A violência contra pessoas negras no Brasil 2022. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/74dd3fd7-dfbf-4002-a1ef-c8b5e33b8cff/content>>. Acesso em 6 mar. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>>. Acesso em 6 mar. 2025.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. “A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo”: produções de si e de mundo a partir da

ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais. 2019. 347 f. **Tese** (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACEDO, João Paulo; DANTAS, Cândida; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder; ALVES FILHO, Antônio; BELARMINO, Victor Hugo. Condições de vida, acesso às políticas e racismo institucional em comunidades quilombolas. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 1-28, 2021.

MAYORGA, Cláudia; SOUZA, Luciana Maria. de. Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco. **Psicologia Política**, v. 12, n. 24, p. 263-281, 2012.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Paulo S. Ribeiro. 1. ed. São Paulo: Editora N-1, 2018.

MORAES, Márcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processos de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Historiografia do Quilombo. 1977. In: NASCIMENTO, M. B. **Beatriz Nascimento, Quilombola e**

Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, p. 287-308, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, Santa Cruz, v. XI, n. 2, p. 342-386, 2000.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Pele alvo:** mortes que revelam um padrão. Rio de Janeiro: CESeC, 2024. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/11/RELATORIO_REDE-DE-OBS_PELE-ALVO-4_web-2.pdf>. Acesso em 6 mar. 2025.

SALES, Mione. **(In)visibilidade perversa:** adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

Artigos

01

AMORES CLANDESTINOS GAYS NA VELHICE: ANÁLISE FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL DO FILME SUK SUK: UM AMOR EM SEGREDO

**CLANDESTINE GAY LOVES IN OLD AGE: AN
EXISTENTIAL PHENOMENOLOGICAL ANALYSIS
OF THE FILM SUK SUK: A SECRET LOVE**

Jorge Luis Lira da Silva

Doutor em Educação (UFPE)

E-mail: jorge.lsilva@ufpe.br

RESUMO

Este artigo buscou compreender o fenômeno da velhice e da homossexualidade a partir da análise do filme *Suk Suk: um amor em segredo*. Partimos da hipótese de que homens gays estariam duplamente suscetíveis a estigmas e preconceitos: pelo etarismo e pela LGBTfobia. O marco teórico ancorou-se nos estudos sobre velhice, homossexualidade e sexualidade a partir de um olhar fenomenológico existencial. Como método, optamos pela análise fenomenológica hermenêutica, em uma perspectiva heideggeriana. Como resultados, o filme, em análise, contribuiu significativamente para a reflexão sobre a existência de homens gays que se encontram na velhice, vivenciando uma sexualidade dissonante, a partir de experiências no campo afetivo-sexual, no campo político de reivindicações de direitos à vida, atravessadas de medo, angústia, solidão, apatia, clandestinidade, em um horizonte histórico contemporâneo marcado por preconceitos, silenciamentos, violências e invisibilidades. Assim, a análise desse filme revelou sua pertinência não apenas como expressão artística, mas também como contribuição na produção de conhecimento científico na área da fenomenologia existencial.

Palavras-chave: Etarismo; Fenomenologia Existencial; Homofobia; Homossexualidade; Velhice.

ABSTRACT

This article sought to understand the phenomenon of aging and homosexuality through the analysis of the film *Suk Suk: A Secret Love*. We started from the hypothesis that gay men are doubly susceptible to stigma and prejudice: due to ageism and LGBTphobia. The theoretical framework was anchored in studies on aging, homosexuality, and sexuality from an existential phenomenological perspective. As a method, we chose hermeneutic phenomenological analysis from a Heideggerian perspective. As a result, the film significantly contributed to the reflection on the existence of gay men in old age, experiencing a dissonant sexuality through affective-sexual experiences and political struggles for life rights, marked by fear, anguish, loneliness, apathy, secrecy, within a contemporary historical context characterized by prejudice, silencing, violence, and invisibility. Thus, the analysis of this film revealed its relevance not only as an artistic expression but also as a contribution to the production of scientific knowledge in the field of existential phenomenology.

Keywords: Ageism; Existential Phenomenology; Homophobia; Homosexuality; Old Age.

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, marcada por um sistema econômico capitalista, de maneira quase hegemônica, em termos globais, as pessoas são tratadas sob a ótica da produtividade, do utilitarismo, ou seja, “o trabalhador é aproveitado enquanto ele possui força para nutrir o sistema de produção” (Lisboa Filho; Machado; Dias, 2013, p. 35). Nesse contexto, esse corpo, visto como máquina, quando se esgota, não se torna mais interessante ao modo de produção capitalista, já que, em consonância com De Beauvoir (2018, p. 21), em se tratando da velhice, [...] “a condição do velho depende do contexto social. Ele tem um destino biológico que acarreta fatalmente uma consequência econômica: torna-se improdutivo”.

Dentro dessa problemática de obsolescência com a qual a velhice é tratada nas relações de trabalho, assistimos ao aumento da expectativa de vida no mundo contemporâneo, o qual se deu por meio de alguns fatores tais como o avanço da ciência, da medicina, das políticas de saúde pública e o

*baby boom*¹ que se deu depois da Segunda Guerra Mundial (Nascimento, 2021, p. 3).

Assim, é possível compreender o envelhecimento também como uma questão de desenvolvimento, acarretando mudanças no desenvolvimento econômico dos países, em especial dos países em desenvolvimento. Reiteramos, por conseguinte, como apontando no documento *Envelhecimento ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade*, que “a expectativa de uma vida mais longa é uma conquista da civilização e representa grande potencial para o desenvolvimento humano geral” (Centro Internacional de Longevidade Brasil, 2015, p. 19).

Todavia, mudanças na forma como os governos ainda tratam os seus idosos esbarram numa questão primordial, a discriminação etária que ainda persiste na sociedade,

1 Constituiu-se um fenômeno, no qual a Europa e os Estados Unidos, nos anos de 1946 e 1964, viveram um aumento súbito da natalidade, já que “o otimismo e a esperança dos dias de paz promoveram uma explosão demográfica (Nascimento, 2021, p. 2)”. Assim, estas crianças, que viveram a adolescência, nos anos 70, vivenciaram e participaram de muitas mudanças de âmbito social, político, cultural e econômico (no início, promissora), de modo que ocuparam o mundo do trabalho nesse período. É uma geração que, tendo passado pelo pós-guerra, foi criada com rigidez e disciplina, em relação aos gastos, à obstinação e ao foco no trabalho, na família, na busca por realização pessoal, prosperidade, estabilidade financeira, participação nas lutas por justiça social e envolvimento nos movimentos artísticos, impactando nas relações sociais, com o seu modo de vida singular, e, consequentemente, no ciclo de vida, o envelhecimento, em suas novas configurações e temporalidades.

caracterizada como uma ação preconceituosa em relação à idade, a qual pode assumir diversos contornos, desde ações individuais até no campo político e nas práticas organizacionais que vão materializando e naturalizando esse comportamento (Nascimento, 2021). Dessa forma, impossibilita-se a cobrança do efetivo funcionamento de políticas públicas para atender a essa população nos aspectos relativos à habitação, à saúde, à alimentação, à cultura, à socialização, ao lazer e ao bem estar, por exemplo. Além disso, ao invés da implementação desses direitos, essa população tem ainda que lidar com outros sofrimentos relativos ao abandono, à solidão, à depressão, à violência, entre outros (Nascimento, 2021).

Tudo isso se torna ainda mais complexo e emblemático quando o marcador social idade/geração se interseccionaiza ao marcador orientação sexual, neste trabalho, focado na homossexualidade masculina, o que parece duplicar as possibilidades de homens gays estarem suscetíveis e estigmas, preconceitos e outras formas de violências, seja pelo etarismo, dado à discriminação contra idosos, advinda tanto da sociedade, de maneira mais ampla, como também da própria comunidade LGBTQIAPN+; seja pela homofobia, preconceito à orientação sexual dissonante do padrão cisheteronormativo estabelecido, o que poderia ocasionar prejuízos do ponto de vista das possibilidades de modos de

ser na existência desses corpos, o que vai, por um lado, complexificando a natureza desse estudo; e, por outro, vai apresentado a hipótese do mesmo.

Nessa direção, tomamos por empréstimo a expressão interseccionalidade, oriunda das teorias feministas negras, cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, vista como sendo, a princípio, uma articulação entre eixos de poder e de discriminação que, na estrutura social, produzem opressão, no que se refere ao racismo e ao sexismo, aplicando-o, aqui, nesse estudo, a outras dimensões dos processos de construção identitária, isto é, aos marcadores sociais idade/geração e sexualidade. Dessa forma, se, por um lado, tais marcadores e suas características apontam para a diversidade presente na sociedade; por outro, se prestam como instrumento para hierarquizar e perpetuar desigualdades.

Nesse contexto, em consonância com Wladirson e Chaves (2012, p. 35), consideramos, nessa interface entre os temas do envelhecimento e da homossexualidade, um horizonte discursivo que entrecruza “as diversas sexualidades ou sexualidades divergentes e as masculinidades num sentido hipermoderno e plural”. Assim, acreditamos que o debate sobre essa temática, em concordância com Mota (2009), só pode realizar-se no campo da experiência, ou seja, a sexualidade é uma construção que se faz historicamente, como, por exemplo, viver uma relação amorosa homossexual na

velhice, ainda, que marginalizada, aos moldes dos padrões sociais, como representada no filme em análise.

Portanto, o estudo sobre a homossexualidade masculina e o envelhecimento se justifica, ainda, por um “certo silêncio a respeito da extensão e da complexidade que envolve o tema” (Mota, 2009, p. 26), conforme aponta a literatura².

Nessa direção, refletir sobre essa temática, a partir da fenomenologia existencial, põe em relevo a existência de corpos que, situados hermeneuticamente, podem caminhar, muitas vezes, na esteira da invisibilidade e da exclusão social. Além disso, esse estudo pode se juntar a outros que se propõem a visibilizar essa temática, quanto ao fomento e proposição de políticas públicas a serviço do respeito e da garantia de direitos à vida dessas existências em sentido pleno.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho é compreender o fenômeno da velhice e da homossexualidade, a partir da análise do filme *Suk Suk: um amor em segredo* (2019) sob a perspectiva da fenomenologia existencial.

Como aspectos metodológicos, optamos pela análise fenomenológica hermenêutica, em uma perspectiva heideggeriana. Anterior a esse momento, procedemos ao processo

² Conferir os estudos de Weeks, 1983; Leal e Mendes, 2017; Debert e Henning, 2015; Mota, 2014; Wladirson e Chaves, 2012; Arrais, Lima e Santiago, 2014 sobre a temática.

de busca acadêmica (por meio de artigos de revisão, artigos exploratórios, teses, dissertações) em bases de dados especializadas (Google Acadêmico, Scielo, Pepsic), cujo critério de seleção da bibliografia sobre o tema, quanto ao tempo de produção, articulou-se com a Resolução nº 001 de 1999, do Conselho Regional de Psicologia, na qual há o entendimento de que a sexualidade faz parte da identidade de cada sujeito e, portanto, as relações homoafetivas não constituem patologias (Conselho Federal de Psicologia, 1999).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Oliveira (2017), há o pressuposto de que o cinema-arte pode se configurar como um significativo instrumento de pesquisa. Gonzaga Filho (2023, p. 3), por sua vez, afirma que fazer arte é realizar a atividade fenomenológica, destacando que todas as vezes que alguém realiza uma criação artística coloca o mundo todo ou uma parte dele em parênteses.

Gonzaga Filho (2023) parte da concepção de que conceber o filme como um exercício fenomenológico consiste em tratá-lo em dois níveis: a) primeiro nível: o nível da tela, o qual diz respeito aos profissionais que estão na produção do filme, envolvendo os atores, o escritor, o diretor, o cineasta, os quais estão envolvidos com o fazer artístico; b) segundo nível: possibilidades de se encontrar o exercício

fenomenológico, constitui aquele que detém o público. “O mundo que existe fora do cinema é colocado entre parênteses e a consciência se rende a uma atenção mais subjetiva” (Gonzaga Filho, 2023, p. 3). O autor aponta que assistir a um filme significa estar implicado numa entrega subjetiva na leitura do texto construído por imagens, as quais, por meio dos sentidos, serão captadas para a elaboração de novos conceitos (Gonzaga Filho, 2023).

Sendo assim, a análise do filme *Suk Suk: um amor em segredo* se sustenta numa perspectiva fenomenológica existencial de pesquisa que procura descrever e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção, constituintes de uma totalidade, possibilitando uma mudança de atitude (da natural à fenomenológica), de modo que o ser-aí e o mundo revelam-se, de maneira recíproca, como significações, como afirma Forghieri (1993).

Nesse sentido, em consonância com Amatuzzi (2003), consideramos que a fenomenologia é um método significativamente importante para se estudar como as pessoas estão sendo em um determinado momento de suas vidas, o que significa abandonarmos nossas crenças e nossos juízos, para entrarmos em contato com a realidade vivida por aquela pessoa, a qual estamos tomando como ponto de partida, a partir da perspectiva dela e não da nossa.

Nessa direção, assumimos o método de pesquisa fenomenológica hermenêutica, numa perspectiva heideggeriana, para análise do filme, por este considerar o horizonte sedimentado no qual a velhice e a homossexualidade é (re) apresentada nas telas. Ademais, seguindo esse método, não partimos de categorias *a priori* pré-determinadas, em um esforço de enquadramento dos dados a pressupostos teóricos definidos, mas consideramos as unidades de sentido que emergem da experiência, da maneira como o ser-no-mundo a significa, na busca pela correspondência de sentidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Singularidades nas experiências da velhice e da homossexualidade no filme *Suk Suk: um amor em segredo*: reflexões à luz da fenomenologia hermenêutica

Consideramos que a unidade temática que intitula essa seção foi obtida em função da leitura do filme *Suk Suk: um amor em segredo*, momento inicial que propiciou a obtenção de um sentido e sedimentou o caminho para a apreensão de significados do fenômeno velhice e homossexualidade, situado em uma sociedade etarista e homofóbica, a partir da análise fenomenológica do filme supracitado.

Suk Suk: um amor em segredo é um filme chinês, dirigido por Ray Yeung, lançado em 2019, que conta a história de

dois homens que vivem uma relação gay na velhice. Eles se apaixonam, passam a viver uma história de amor escondidos de suas famílias, nas saunas gays da cidade, mas sucumbem diante da força letal do preconceito.

Destacamos, inicialmente, que o título do filme *Suk Suk* significa “tio³” ou “tios” no idioma cantonês (ou mandarin), uma das principais línguas do grupo yuè da família linguística chinesa, e, também, em outras línguas asiáticas que vão do vietnamita até o turco, de acordo com Man e Cheong (2020). Esse termo se configura uma expressão de cortesia direcionada a homens que chegaram a uma idade mais avançada, sem que, necessariamente, façam parte ou não dos familiares do indivíduo a quem o pronome de tratamento é destinado (Man; Cheong, 2020).

Logo nos primeiros treze minutos do filme *Suk Suk*, o telespectador é apresentado a Pak e Hoi, protagonistas do filme. Pak tem 70 anos, casado com uma mulher, pai e avô, exerce a função de taxista, mantém uma vida cheia de atividades (inclusive esportivas), recusando-se a se aposentar. Em um dos diálogos com a nora, quando volta da escola, onde foi buscar sua neta, esse assunto é trazido

3 Compreendemos ser possível uma analogia com o contexto brasileiro, já que é muito corriqueiro o uso da expressão: “oi, tio”; “ei, tio” para se referir a pessoas mais velhas, não apenas direcionado a homens, mas também variando quanto ao gênero: “oi, tia”, “ei, tia”, muitas vezes, demarcando certo etarismo.

à tona. “*Nora: Se se aposentar, poderá buscá-la todos os dias. / Pak: Me aposentar? Pode esquecer. O que vou fazer o dia todo? Vou trabalhar até quando eu aguentar.*” (Suk Suk, 2019). Nesse diálogo, logo nos minutos iniciais do filme, observamos que Pak é apresentado como um homem que contraria as imagens, ainda presentes, nos dias atuais, sobre a velhice, associadas a sinônimo de senilidade, ligado a doenças, a perdas, à deterioração e ao declínio do corpo, como uma questão de ordem médica.

De acordo com Neri e Freire (2000, p. 8), “na base da rejeição ou da exaltação acrítica da velhice, existe uma forte associação entre esse evento do ciclo vital com a morte, a doença, o afastamento e a dependência”. Schneider e Irigaray (2008) afirmam que a velhice passou a ser vista na perspectiva acima explicitada, associada à decadência física e à ausência de papéis sociais, na segunda metade do século XIX. Tais representações negativas atravessaram os séculos e, mesmo depois, de tantos recursos tecnológicos, sobretudo, em relação à prevenção das doenças, com o avanço da medicina, ainda, há muito temor em ficar velho.

Nos intervalos do trabalho, Pak frequenta um banheiro público em busca de sexo anônimo com outros homens. Em um desses intervalos, conhece Hoi, de 65 anos, pai solteiro, aposentado, em um parque. Hoi não conseguiu permanecer em um casamento heterossexual, durante muito tempo,

vivendo uma vida clandestina com um forte peso da religião e da moralidade representadas pelo seu filho.

Vejamos o diálogo a seguir, quando Pak e Hoi se encontram pela segunda vez:

Pak: Que coincidência. / Hoi: É mesmo. / Pak: De folga?
/ Hoi: Já me aposentei. Tirei o cartão da previdência
ano passado. A escola da minha neta fica aqui perto.
Por isso gosto de ficar por aqui. / Pak: Você tem uma
neta? / Hoi: Tenho. Por quê? / Pak: Por nada. / Hoi: E
você? / Pak: O que eu? / Hoi: Parece ser casado. / Pak: Há
quanto tempo é casado? / Hoi: Me divorciei há bastante
tempo. / Pak: Por quê? / Hoi: Fui um marido horrível.
[...] / Pak: Você mora com seu filho? / Hoi: Moro. Depois
do divórcio, criei meu filho sozinho. / Pak: Sua ex não
quis ficar com ele? / Hoi: Não. Ela quis casar de novo.
(Suk Suk, 2019).

Observamos, a partir do diálogo acima, movimentos diferentes dos personagens, quanto à experiência de vivenciar essa etapa da vida: Pak permaneceu em uma relação heterossexual, constituiu família, continuou a vida profissional; Hoi entendeu que o casamento heterossexual não seria uma possibilidade, divorciou-se logo cedo, criou o filho sem a presença da mãe, resolveu encerrar suas atividades laborais, aposentando-se.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU, 2003), há diferenças entre ser idoso, do ponto de vista cronológico, entre países considerados desenvolvidos e em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, é considerado idoso o indivíduo que possui 65 anos ou mais; no caso dos países em desenvolvimento, a exemplo da China e do Brasil, essa idade cai para 60 anos ou mais. Tal regulamentação foi definida pela ONU (2003), no início dos anos 80, com base na Resolução 39/125, por ocasião da Primeira Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento da População (Meireles *et al.*, 2007).

Todavia, várias críticas são tecidas sobre a demarcação de uma idade biológica limite para tratar de um processo individual, já que este é, sobretudo, multifatorial, biopsicofisiológico, universal e multidimensional e, sendo assim, influenciado por diversos aspectos (Baltes; Baltes, 1990 *apud* Kreuz, 2018). Nesse sentido, a velhice é uma experiência subjetiva e única, e, ainda, que mudanças físicas/biológicas possam ser reconhecidas – e se realizem – através de mudanças externas e internas no corpo da pessoa idosa, esse modo de viver essa etapa da vida é diferente para cada indivíduo, é singular, pois esse processo está relacionado a questões para além da dimensão biológica, isto é, está em articulação com as questões sociais, culturais, políticas, econômicas de uma dada sociedade (Vedan, 2010).

Na esteira dessa reflexão, procuramos o caminho para a compreensão do fenômeno da velhice e da homossexualidade, sob um viés fenomenológico-hermenêutico, na qual se propõe uma analítica do Ser-aí, em que o ente é considerado enquanto existência. A fenomenologia preocupa-se em compreender como se dão as experiências do indivíduo e, aqui, neste artigo, de maneira mais específica, tal método está sendo utilizado para também compreender como se dão as vivências de Pak e Hoi em suas relações entre si e com os outros, quanto ao fenômeno de viverem, na velhice, uma sexualidade dissonante, distante do padrão cisheteronormativo, clandestinamente.

A respeito disso, há um diálogo, no qual Pak recebe uma mensagem de agradecimento de Hoi, à noite, quando aquele está em casa, com a esposa. Pak recebe a mensagem, dá uma desculpa para a esposa, que o questiona por que ele vai sair aquela hora, e liga para Hoi. *“Pak: Oi, você pode não me ligar à noite? / Hoi: Desculpe, não vou mais incomodá-lo. / Pak: Não é isso. Pode me ligar durante o dia. / Hoi: Não posso falar agora. Meu filho chegou. Te ligo outro dia.”* (Suk Suk, 2019). Observamos, assim, em uma leitura heideggeriana, que Pak e Hoi, neste jogo de estarem lançados no mundo, como projeto, têm suas liberdades, para serem quem desejam ser, desconsideradas, diante de uma sociedade marcada por normatizações, o que faz com ambos vivam em um

mundo de aparências, submetidos às exigências de uma performance cisheternormativa que policia e interdita outros modos de ser, relegando-os, quando possível, às vielas do marginal.

Por outro lado, essa existência funda-se na compreensão de que o ser é um nada e, sendo assim, abre-se à experiência mundana de lidar com os fenômenos diretamente, sem “macular-se” pelo filtro das teorias que anuviam a observação e a vivência desses fenômenos ou, ainda, sem “contaminar-se” com as determinações sociais que, tantas vezes, padronizam modos de ser, encapsulam o tráfego social de determinados corpos, ao produzir violências de diversos tipos, impossibilitando que o outro seja em suas diversas possibilidades. Quando, de alguma forma, esse outro consegue burlar essa padronização do plano ôntico, o faz marginalmente, cerceando seus desejos, em uma vida de segredos, apática, de desinteresses, sem entusiasmo, de silêncios, como podemos ver em um diálogo do filme entre Pak e sua esposa: “*Esposa: devo jogar esta camisa fora? Está toda gasta. / Pak: Para mim, está boa. / Esposa: Está toda desfiada nas pontas. / Pak: Faça o que quiser. / Esposa: Você nunca se importa com nada.*” (Suk Suk, 2019).

Nesse sentido, percebemos nos protagonistas Pak e Hoi, especialmente no primeiro, características como solidão, melancolia, confusão, ademais de uma aparente crise

existencial substancial, consequência possivelmente da própria sexualidade, através da qual, ambos, vivenciam suas implícitas orientações sexuais, às escondidas, quase que marginalmente (Ferreira, R., 2021). Com Pak e Hoi, abre-se a possibilidade de eles saírem “da publicidade do cotidiano” e assumirem quem são (ou quem podem ser), “seja com propriedade ou impropriedade” (Ferreira, A., 2002, p. 1). Mesmo abafando desejos, vontades, sexualidades e orientações sexuais fora do padrão cisheteronormativo, vivendo em uma sociedade preconceituosa, o que faz com que assumam um modo de ser inautêntico, no momento em que, por meio da liberdade e da responsabilidade, fazem suas escolhas próprias, a partir de suas possibilidades, singularizam-se (Sá, 2017).

O diálogo abaixo diz respeito à primeira ida dos dois à sauna gay, único lugar possível para a vivência dessa relação homoafetiva entre eles, não apenas pela situação singular na qual ambos viviam, mas também pelo contexto social mais amplo de preconceitos.

Hoi: Você nunca veio aqui? / Pak: Dirigi 18 horas por dia nos últimos vinte anos. Só tive tempo para mim depois que meus filhos saíram de casa. Só então comecei a buscar parceiros. / Hoi: Não sabe o que perdeu. / Pak: Já foi a Yok Tak Chee, a famosa sauna gay? / Hoi: Claro que já. Lembro de que não tinha a menor ideia do que fazer quando fui à primeira vez. Sentei na sala de TV

e fiquei esperando. Só via pessoas entrando e saindo. Não tinha ideia do que estava acontecendo. Depois de um tempo, decidi ir embora. Contei, mais tarde, a um amigo e ele riu da minha cara. Disse que eu tinha que esperar até uma da manhã, quando eles fecham. É aí que a verdadeira festa começa. (Suk Suk, 2019).

Nesse sentido, Pak, Hoi, principais personagens desse enredo fílmico, são seres-aí situados. Historicamente, demarcados numa sociedade lgbtfóbica, haja vista que a China, país mais populoso do mundo, descriminalizou a homossexualidade apenas em 1997 e retirou-a da lista de perturbações mentais em 2021, conforme reportagem da Revista Fórum (2023)⁴, considerando ilegal, ainda, o casamento entre pessoas do mesmo sexo/gênero no país, quando muitos outros países já avançavam nessas questões há décadas, como o Brasil, por exemplo, embora esse país, contraditoriamente, seja o que mais mata LGBTQIAPN+ no mundo, de modo que o nível de discriminação, contra essas pessoas, atinge-as em todos os âmbitos e fases de suas vidas e isso inclui a velhice.

Nessa direção, compreendemos que as experiências de viver a velhice e a homossexualidade por Pak, Hoi, assim como os outros idosos, Fei, Chiu e Dior, que fazem parte do grupo que frequenta o Centro de Serviços Comunitários For

⁴ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/chinaemfoco/2023/6/21/como-ser-gay-na-china-138068.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

You Lang, fenomenologicamente, se constitui na existência. Para além de uma sociedade – ou mesmo de uma clínica⁵ psicoterápica – que, parece, ainda, patologizar, discriminar, violentar, sequestrar e matar essas existências, a fenomenologia, com base nas reflexões já levantadas, busca saber “como”, a partir da compreensão, da experiência individual, na capacidade de lidar e vivenciar o fenômeno, ou melhor, os fenômenos, os quais vão ser sentidos e vão existencialmente ser constituídos ao longo da vida, a partir de uma experiência singular situada, no movimento de ser sendo.

No caso desses personagens, por exemplo, o fenômeno “velho e gay” vai ser sentido diferentemente entre eles, pois cada experiência é única, não etérea. Certamente, um corpo velho e hetero ou um corpo jovem e hetero não saberão, em maior ou menor grau, o que é sentir na pele o peso de lidar com esses dois marcadores sociais de opressão atravessados nas existências de um corpo velho e gay. Esse corpo velho e gay poderá vivenciar situações de etarismo – discriminação contra idosos –; e de homofobia – preconceito à orientação sexual dissonante do padrão cisheteronormativo –, naquilo que Mota (2013), Correia (2009), em seus estudos, chamaram de dupla estigmatização.

5 Nesse caso, vale ressaltarmos que fazemos referência não exatamente a clínica psicoterápica em sentido *lato*, mas a determinados profissionais que, infelizmente, ainda fazem uma clínica nessa direção.

Na pesquisa de Correia (2009), ao tratar dessa questão da dupla estigmatização, constatou que há um tabu, para os próprios sujeitos da pesquisa, falarem sobre a temática, preferindo manterem-se reservados. Muitos se recusam a participar dos estudos por vivenciarem uma vida dupla, isto é, são casados com mulheres e/ou não desejam falar sobre sua vida pessoal, como pudemos ver na ficção a partir da condição do personagem Pak.

Além disso, Correia (2009) vai apontar que, com o surgimento da AIDS, pejorativamente conhecida como “peste gay”⁶, um assunto novo, antes abafado pela moralização hipócrita da sociedade emergiu: “a vida dupla de muitos homens heterossexuais, como o ‘jeitinho brasileiro’ de lidar com práticas sexuais e afetivas” (Correia, 2009, p. 61), ao que Trevisan (2000) sinalizou como uma das funções importantes que a AIDS talvez tenha cumprido que foi essa de manchar os mentirosos limites entre o que é e o que não é atividade homossexual. A respeito disso, há no filme o diálogo em que Pak aborda, pela primeira vez, Hoi, num banco de uma praça, chamando-o para um sexo casual e anônimo. “Hoi: Olá, como vai? / Pak: Estou bem. / Hoi: Você sempre vem aqui? / Pak: Não. Estava passando pela região. / Hoi:

6 Expressão que faz alusão às doenças da Idade Média, relacionadas como “pecado” e objeto de condenação (Correia, 2009).

Sou Hoi. / Pak: Quer ir ali? / Hoi: Por que não ficamos amigos primeiro? / Pak: Talvez outro dia.” (Suk Suk, 2019).

O estudo de Correia (2009), bem como o de Trevisan (2000), dialoga significativamente com os modos de viver a velhice e a homossexualidade em Pak e Hoi mais precisamente em Pak, um homem casado, numa relação heterossexual, o qual vivia uma vida dupla, na qual o sexo gay era buscado anonimamente. Hoi, aparentemente mais aberto às possibilidades de lidar com a sua sexualidade por um viés mais afetivo, menos genital e mais publicizado, contraditoriamente, não se via morando em uma casa de repouso para gays, pois não gostaria que sua família soubesse sobre sua sexualidade. Ou seja: era preciso manter a discrição, o sigilo, o silêncio. A possibilidade de materializar essas relações homoafetivas não patológicas só poderia se dar se fosse às escondidas.

No caso de Pak e Hoi, os banheiros públicos e/ou as saunas gays eram os únicos espaços físicos possíveis para a vivência da homossexualidade como uma possibilidade de ser-aí do ponto de vista da sexualidade como um modo de existir.

Nesse sentido, vemos, em Pak e Hoi, de um lado, o medo, dirigido a objetos específicos: a homofobia, o temor de ser descoberto, de ser etiquetado, violentado, desmascarado; o etarismo, a sociedade que invisibiliza esses corpos, proíbe-os de entrar nos espaços públicos e também nos “guetos”,

nos quais há a possibilidade real de compra e venda de sexo e de suposto afeto como mercadoria. Até para esse aparente livre comércio, negociado na fila da liquidez das relações e da desumanização do humano, o corpo velho e gay pode ter passe negado, seu tráfego interditado, sua integridade física em risco. De outro, o ingresso desses personagens na sauna vai dando novos significados àquele lugar, permitindo que a angústia, afeto originário, remeta-os daquela realidade às possibilidades, “na medida em que, na experiência da singularidade e da estranheza”, ponham em perspectiva suas existências fácticas decaídas enquanto possibilidade (Acampora; Oliveira, 2020, p. 106).

Sendo assim, o ambiente da sauna gay, para corpos gays, figura como lugar de liberdade, porque o espaço público, em Hong Kong, é um lugar de prisão, como afirma o próprio diretor do filme Ray Yeung, em entrevista para o site Filmelier, em 2021⁷. Entretanto, é importante ressaltar que os ambientes das saunas gays variam nessa cidade. Yeung disse, nessa entrevista, que, em sua pesquisa para o filme, um idoso relatou que sua entrada foi negada numa determinada sauna gay por causa de sua idade, não mais atraente para os clientes mais jovens. Relatou também que há apenas duas casas de banho que recebem idosos gays e

⁷ Entrevista disponível em: <https://www.filmelier.com.br/noticias/suk-suk-entrevista-ray-yeung>. Acesso em: 23 nov. 2023.

estas, de alguma forma, tornaram-se uma espécie de centro comunitário para homens que estão *no armário* e ainda moram com suas esposas, ou que já se assumiram como homossexuais, mas foram rejeitados pelas suas famílias e foram morar sozinhos.

Por isso, que, segundo esse diretor, quando filmou *Suk Suk*, quis que o espaço da sauna fosse para além de um lugar em que as pessoas se encontravam para fazer sexo. Quis retratar um estabelecimento seguro que mais parecesse uma comunidade destinada a esses homens enrustidos. Daí que o ambiente da sauna vai mudando de significado, ao longo do filme, na medida em que a relação deles evolui: circunscrito a um cubículo, frio e sombrio, no qual eles fazem sexo pela primeira vez, passa ser “um santuário mais romântico e sonhador enquanto eles se apaixonam. Na cena em que o casal janta com os outros clientes, o ambiente é caloroso e animado como uma família feliz e solidária” (Yeung, 2021, n. p.).

Sobre essa questão, destacamos esse diálogo: “*Pak: Sua pele é muito macia. / Hoi: Não seja bobo. / Pak: É verdade. Olhe a minha. / Hoi: Você ainda está em forma. / Pak: Este corpo é fruto de décadas de trabalho pesado. / Hoi: E ser taxista é trabalho pesado?*” (Suk Suk, 2019). Nessa perspectiva, podemos observar a inscrição da intencionalidade na dinâmica das existências de Pak e Hoi como seres no mundo, de modo que as maneiras

como esses personagens vivenciam a homossexualidade vão se dando dinamicamente, especialmente, quando essa relação intenta sair da clandestinidade da sauna e se torna uma experiência amorosa.

Nesse jogo de estar no mundo, por sua vez, Pak, o personagem casado, decide terminar a relação, enquanto Hoi faz planos de seguir numa relação com Pak. Nessa situação, é possível que a intencionalidade seja compreendida no âmbito existencial do ser-aí, de acordo com as interpretações que esses personagens fazem de suas vidas, dentro das possibilidades de realização de seus projetos, na sua relação com os outros e suas implicações, no peso de suas escolhas, na carga de significados que é, por exemplo, nesta sociedade, sair de um casamento heterossexual, enquanto homem velho e gay, para viver uma relação homossexual (Kahlmeyer-Mertens, 2012).

Não é à toa que Correia (2009) identificou, ainda em seus estudos, que, quanto ao duplo estigma, seus entrevistados tiveram perspectivas diferentes para compreender esse fenômeno: “ao mesmo tempo em que ressaltaram a hipocrisia da sociedade, sublinham o modo pejorativo de se referir aos homossexuais velhos: ‘bicha velha’” (Correia, 2009, p. 137). Ser um homossexual velho faz com que as pessoas olhem essa pessoa com reprovação, pois esta possui

atitudes que vão de encontro às prescrições estabelecidas sobre a velhice e a performance de gênero.

De Beauvoir (2018, p. 233) afirma que “é por isso que o velho aparece aos indivíduos ativos como uma ‘espécie estranha’, na qual eles não se reconhecem”. Imagina quando este ser humano tem no seu corpo não apenas o marcador etário, mas também o da orientação sexual dissonante do padrão? Como ele é visto? Abaixo, uma passagem do filme:

A: Pessoal, a sessão pública é daqui a duas semanas. Alguém se prontifica a falar? / Dior: Eu me prontifico, mas não sei o que dizer. / A: Contar sobre sua experiência já é o bastante. E você, Chiu? / Chiu: Já disse que não vou falar em público de novo. / Dior: Se a gente não defender nosso ponto, quem vai defender? / Chiu: Quando minhas vizinhas me viram na Parada Gay na TV, começaram a tirar barato. / Dior: Se eu fosse você, iria até essas otárias e diria: ‘Do que vocês têm medo? Que eu roube o marido de vocês?’. (Suk Suk, 2019).

O diálogo vai na contramão dos resultados de Correia (2009), quando à questão da dupla estigmatização – velhice e homossexualidade. Correia (2009) constatou que, para a maioria dos participantes de seu estudo, essa dupla estigmatização inexiste, aspecto que pode ser explicado pelo fato de eles afirmarem ser “discretos”, ou seja, corpos que

precisaram ser docilizados⁸, submetidos à norma cisheteronormativa, tornando-os submissos e exercitados ao longo de suas vidas sob pena de sofrerem às sanções sociais.

Seguindo essa linha de reflexão, destacamos algumas cenas com o personagem Hoi. Ainda que não explicitados, parece haver conflitos na relação entre seu filho e ele. Seu filho mora com a esposa e a filha na mesma casa que Hoi e, em algumas cenas, é possível observar o quanto o filho cerceia suas ações e relações, principalmente, com a neta, assim como também, reprova outros comportamentos do pai, como se, de alguma forma, ele (o filho) simbolizasse uma espécie de personificação do discurso cisheteronormativo presente na sociedade e refletido recorrentemente na sua própria casa, revestido de uma moral religiosa, servindo o tempo todo como um tipo de “réguia”, um “balizador” das atitudes do pai, as quais pareciam estar sempre sob vigilância. A seguir, mais um diálogo do filme:

Nora: Todos perguntaram pelo senhor, pai. / Hoi: Não preciso ir a todos os cultos. / Filho: Foi estudo da Bíblia, e não um culto. [...] Já te disse tantas vezes. Não fale essas

8 Essa discussão se articula à ideia de “corpos dóceis” proposta por Foucault (2014, p. 134), o qual considera “dócil um corpo que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. Foucault também vai afirmar que é a disciplina que fabrica corpos submissos e exercitados, os corpos “dóceis” e, sendo assim, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriinha, o desarticula e o recompõe” (Foucault, 2014, p. 135).

coisas na frente da Grace. / Hoi: Grace, Grace, comprei um pudim de coco para você. Sente aqui. / Filho: O senhor lavou as mãos, pai? / Hoi: Estão limpas. / Filho: O senhor estava tirando o lixo. Grace. Banho. Agora. / Hoi: Ela é só uma criança. Deixe ela comer um pouco. / Filho: Eu já disse. Não é bom ela comer doces à noite. Depois não consegue dormir. / Hoi: Eu te criei assim e você cresceu muito bem. / Filho: O senhor também não devia comer. (Suk Suk, 2019).

Além disso, Hoi, em segredo, faz parte de um grupo de outros idosos homossexuais, com trajetórias singulares, que, mesmo às escondidas, conseguem ser realmente quem são, o que o diferencia de Pak, que não tem para onde ir, no que tange à expressão da sua sexualidade⁹, para além do anonimato dos banheiros públicos. Há uma mobilização desses idosos, para que, por meio de consultas públicas, no Conselho Legislativo, consigam sensibilizar e reivindicar a construção da casa de repouso gay. Esse grupo de idosos se encontra sistematicamente no Centro

9 A sexualidade, em uma perspectiva fenomenológica, distante de uma visão que a restringe à atividade sexual, constitui-se, principalmente, como “uma maneira de ser no mundo físico e inter-humano” (Merleau-Ponty, 2011, p. 219). Ainda que mantenha uma relação íntima com nossas atividades genitais, como pontua Warmling (2017), a sexualidade, em Merleau-Ponty, não se reduzirá ao sexo em sentido estrito, mas, ainda que não seja um “objeto expresso de uma consciência tética, é ela quem fomenta a forma geral da existência humana e, permeando as camadas desta mesma existência, é por ela que o homem projeta seu modo de ser e seu estilo” (Warmling, 2017, p. 88-89).

de Serviços Comunitários For You Ling, já mencionado, e lá desenvolvem uma relação não apenas política de resistência na qual se fortalecem, mas também afetiva, de cuidado, de ser-com-os-outros para, efetivamente, existirem. A esse respeito, destacamos o diálogo a seguir:

A: o Conselho Legislativo vai propor consultas públicas sobre a proposta da casa de repouso gay nos próximos quatro meses. / Fei: eu jamais iria para uma casa de repouso. É melhor me mandarem para uma prisão. Ainda estou perfeitamente saudável. Só iria se a minha família me obrigasse. / A: claro que você está bem, Fei. Você mora com sua família. Mas tem pessoas aqui, como o Dior e o Chiu, que moram sozinhos. Eles vão precisar se tiverem um problema de saúde. / Chiu: Exato. E se me internarem em uma casa de repouso hétero, para onde irão meus trajes maravilhosos? / Hoi: É por isso que não guardo nada pessoal em casa. Não quero que minha família saiba. / A: É disso que estou falando. Imaginem morar em um lugar assim, onde vocês poderão ser vocês mesmos, onde estarão entre pessoas do mesmo espírito. Vocês não seriam bem mais felizes? (Suk Suk, 2019).

A partir desse diálogo, vemos a noção de cuidado, a qual vai além do sentido ôntico, de garantir à casa de repouso gay. Ou seja: está para além de uma simples atitude. É cuidado numa perspectiva ontológica, em seu sentido etimológico, do latim *cogitare* que significa pensar, refletir, aplicar a atenção, ter-se. Se o ser humano não é cuidado, não sobrevive.

Por isso, o cuidado é uma estrutura existencial, na qual o ente se estrutura ontologicamente como cura, cuidado, preocupação. Parece ser por causa dessa noção de cuidado que eles se mobilizam para terem direito a sua casa de repouso. Nessa configuração, a casa de repouso parece ser mais do que um lugar para morar simplesmente. Afigura-se como um lugar em que as vestes maravilhosas de Chiu, segundo ele mesmo adjetivou, não serão ridicularizadas ou descartadas por não serem devidamente “masculinas”, mas serão afetiva e significativamente guardadas, como parte de sua singularidade, como seu modo de ser no mundo. Projeta-se como um lugar em que Dior não mais se sentirá ridicularizado, sofrendo homofobia, por ser um velho gay que participou da parada da diversidade, e, consequentemente, por, fisicamente, ter a locomoção comprometida, o medo de voltar e estar em casa talvez seja minimizado. É nessa relação com o outro, nesse encontro, nesse grupo de idosos gays, por exemplo, que o cuidado parece se autonomizar e, ao mesmo tempo, se ocupar.

Isso não quer dizer que o cuidado é sempre uma “voz ativa” em direção ao outro ou para si, no sentido de fazer algo considerado coletivamente bom para todos. Quando Fei diz que não irá para uma casa de repouso, por estar em perfeitas condições físicas, ou, quando Hoi diz que também não irá para essa casa, porque não terá coragem de olhar

para o filho, isso também é um modo de cuidado consigo. Nada fazer, “descuidar-se”, “lavar as mãos” diante da luta pela casa de repouso, não ter coragem de “dar a cara para bater”, por saber o preço do preconceito que vem a reboque, também é uma possibilidade de cuidar-se.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desde trabalho foi compreender o fenômeno da velhice e da homossexualidade masculina, à luz da fenomenologia hermenêutica, em um contexto social marcado por discursos e práticas homofóbicas.

Esse cenário pôde ser visto tanto em nível legal, no que concerne às tramas normativas, no caso da China e por que não do Brasil, que vive uma “corda bamba”, por exemplo, quanto aos direitos ao casamento civil entre LGBTs, eximindo-se, portanto, da efetivação de uma legislação que garanta uma igualdade de direitos à vida em sua plenitude, quanto, do ponto de vista, da naturalização da homofobia, por meio da qual as existências de corpos fora do padrão vão sendo sitiadas, vigiadas, controladas e postas no “armário” da invisibilidade, da exclusão, de modo ainda mais violento, quando interseccionadas com o outro marcador social causador de opressão: a velhice.

Assim, a análise do filme *Suk Suk: um amor em segredo*, a partir das experiências singulares de Pak e Hoi, revelou,

por um lado, estarmos diante de uma geração duplamente silenciada, convivendo com os desafios da vivência de uma sexualidade marginal, nos cubículos das saunas gays e no anonimato dos banheiros públicos, sob a égide do medo como tonalidade afetiva, ou seja, reveladora de como eles estão sentindo essas opressões como homens velhos e gays. Por outro lado, mesmo diante das engrenagens sociais, determinadas a restringir a vivência do amor entre os dois, o filme nos mostra que a existência é abertura, disponibilidade, possibilidades, modos de ser que vão se dando na experiência. Ademais, o filme contribui para potencializar a figura do homossexual idoso no cinema, este, muitas vezes, visto de maneira invisibilizada e, quando muito, estereotipada.

REFERÊNCIAS

ACAMPORA, B.; OLIVEIRA, S. de. **Tonalidade afetiva e compreensão de si segundo a analítica existencial de Martin Heidegger.** [S. l.]: Pimenta Cultural, 2020.

AMATUZZI, M. M. Pesquisa fenomenológica em psicologia. In: BRUNS, M. A. T.; HOLANDA, A. F. **Psicologia e fenomenologia: reflexões e perspectivas.** Campinas, SP: Alínea, 2003. p. 17-25.

ARRAIS, A. R.; LIMA, A. A.; SANTIAGO, K. C. Homossexualidade: sexualidade no envelhecimento. **Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 28, p. 221-239, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7354/6154>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL (ILC-Brasil). **Envelhecimento ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade.** 1. ed. Rio de Janeiro: ILC-Brasil, 2015. Disponível em: https://prceu.usp.br/usp60/wp-content/uploads/2017/07/Envelhecimento-Ativo-Um-Marco-Politico-ILC-Brasil_web.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 001/99, de 22 de março de 1999.** Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

CORREIA, C. A. C. **Homossexualidade e velhice:** a dupla estigmatização. 2009. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12572>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?-format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

DE BEAUVOIR, S. **A velhice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

FERREIRA, A. M. C. Culpa e angústia em Heidegger. **Cogito**, Salvador, v. 4, p. 75-79, 2002. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792002000100012. Acesso em: 22 nov. 2023.

FERREIRA, R. A. Cinema gay em transversalidades: identidades étnicas, sexuais, culturais e sociais em masculinidades cisgêneras complexas. In: PRUDENTE, C. L.; ALMEIDA, R. de (org.). **Cinema negro: Educação, Arte e Antropologia**. São Paulo: FEUSP, 2021. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003112673.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

FORGHIERI, Y. C. **Psicologia fenomenológica**: fundamentos, método e pesquisas. São Paulo: Pioneira, 1993.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GONZAGA FILHO, B. M. Cinema e Fenomenologia: sentidos e sentimentos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC, 18., 2023, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, BA: ABRALIC, 2023. Disponível em: <https://abralic.org.br/anais-artigos/?id=193>. Acesso em: 22 nov. 2023.

HENNING, C. E.; DEBERT, G. G. Velhice, gênero e sexualidade: revisando debates e apresentando tendências contemporâneas. **Mais60 – Estudos sobre Envelhecimento**, [S. l.], v. 26, n. 63, p. 8-31,

2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/items/54fe77c-8-12d5-4e82-b121-cc8755e7b98a>. Acesso em: 22 nov. 2023.

KAHLMAYER-MERTENS, R. S. Intencionalidade: estrutura necessária a uma psicologia em bases fenomenológicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 867-882, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/8225/5978>. Acesso em: 22 nov. 2023.

KREUZ, G. EnvelheSER: processo individual e coletivo. **Longeviver**, São Paulo, ano 8, n. 55, p. 49-53, 2018. Disponível em: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view-File/697/767>. Acesso em: 22 nov. 2023.

LEAL, M. das G. S.; MENDES, M. R. de O. A geração duplamente silenciosa: velhice e homossexualidade. **Longeviver**, São Paulo, ano 7, n. 51, p. 18-35, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/BLUECASE/Downloads/642-950-1-SM.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

LISBOA FILHO, F. F.; MACHADO, A.; DIAS, M. S. M. Velhos amores: a representação dos homossexuais idosos em curtas contemporâneos. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 16, p. 33-51, 2013. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/1463>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MAN, C. K.; CHEONG, M. D. “Suk Suk” (tios), um filme de Hong Kong que questionou o público na Berlinale. **Jornal Tribuna de Macau**, Macau, 19 mar. 2020. Disponível: <https://jtm.com.mo/opiniao/suk-suk-tios-um-filme-de-hong-kong-questionou-publico-na-berlinale/>. Acesso: 23 nov. 2023.

MEIRELES, V. C. *et al.* Características dos idosos em área de abrangência do Programa Saúde da Família na Região Noroeste do Paraná: contribuições para a gestão do cuidado em enfermagem. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 69-80, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nZzF8h6WJrkfm7bdQdyJ3TC/?-format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MOTA, M. P. da. **Ao sair do armário, entrei na velhice...**: homossexualidade masculina e o curso da vida. 1. ed. Rio de Janeiro: Mobile, 2014.

MOTA, M. P. da. Homossexualidade e envelhecimento: algumas reflexões no campo da experiência. **Sinais**, Vitória, v. 1, n. 6, p. 26-51, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2752/2220>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MOTA, M. P. da. Homossexualidade e envelhecimento: as trajetórias da vida de homens gays de camadas médias no Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: [s. n.], 2013. Disponível em: https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386765585_ARQUIVO_MuriloPeixotodaMota.pdf. Acesso em: 23 nov. 2023.

NASCIMENTO, D. O futuro é dos velhos: maior conquista da humanidade no século passado, a longevidade é desafio para a sociedade contemporânea no século XXI. **Continente**, Recife, ed. 245, 2021. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/245/o-futuro-e-dos-velhos>. Acesso em: 23 nov. 2023.

NERI, A. L.; FREIRE, S. A. (org.). **E por falar em boa velhice**. Campinas: Papirus, 2000.

OLIVEIRA, A. B. de. Uso de fontes fílmicas em pesquisas sócio históricas da área da saúde. **Texto Contexto Enferm.**, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/R9tYMQWfqhfbmfpLkNm9MfG/#>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Plano de ação internacional para o envelhecimento.** Tradução de Arlene Santos. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos

Humanos, 2003. Disponível em: [http://www.observatorionacionaldido-
soso.fiocruz.br/biblioteca/manual/5.pdf](http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/manual/5.pdf). Acesso em: 23 nov. 2023.

SÁ, R. N. de. **Para além da técnica:** ensaios fenomenológicos sobre psicoterapia, atenção e cuidado. 1. ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2017.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/estpsi/a/
LTdhHbLvZPLZk8MtMNmZyb/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/estpsi/a/LTdhHbLvZPLZk8MtMNmZyb/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 23 nov. 2023.

SUK SUK: um amor em segredo. Direção de Ray Yeung. Hong Kong: New Voice Film Productions, 2019. 1 DVD (92 min).

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VEDAN, R. M. Gênero, velhice e memória: um estudo sobre a velhice masculina no município de Ponta Grossa-PR. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: [s. n.], 2010. Disponível em: [https://www.fg2010.
wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278293034_ARQUIVO_formulario2.pdf](https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278293034_ARQUIVO_formulario2.pdf). Acesso em: 23 nov. 2023.

WARMLING, D. L. A sexualidade entre a psicanálise freudiana e a fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty. **Perspectivas**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 77-93, 2017. Disponível em: [https://sistemas.uft.edu.br/
periodicos/index.php/perspectivas/article/view/2037/9761](https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/perspectivas/article/view/2037/9761). Acesso em: 23 nov. 2023.

WEEKS, J. Os problemas dos homossexuais mais velhos. In: HART, J.; RICHARDSON, D. **Teoria e prática da homossexualidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 236-246.

WLADIRSON, C.; CHAVES, E. Entretecendo diálogo entre homossexualidade e velhice: notas analítico-interpretativas acerca do envelhecimento gay. **Rev. NUFEN**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 34-43, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2175-25912012000100004. Acesso em: 23 nov. 2023.

YEUNG, R. “Precisamos ver os idosos como pessoas tridimensionais”, diz diretor de ‘Suk Suk’. [Entrevista cedida a] Matheus Mans. **Filmelier**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.filmler.com.br/noticias/suk-suk-entrevista-ray-yeung>. Acesso em: 23 nov. 2023.

02

A NATURALIZAÇÃO DO CUIDADO NO SISTEMA CAPITALISTA E O OS IMPACTOS NO EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO FEMININO

**THE NATURALIZATION OF CARE IN THE
CAPITALIST SYSTEM AND ITS IMPACTS ON THE
EXERCISE OF DEMOCRATIC FEMININE ACTIVITY**

Kenia Almeida Nunes

Doutora em Ciências Sociais (UFRN)

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

E-mail: keniaalmeida@ifba.edu.br

RESUMO

Na dinâmica da divisão sexual do trabalho, as mulheres estão em desvantagem, pois as relações de cuidado demandam muito tempo e, por conseguinte, as excluem da participação nos espaços em que leis e políticas são definidas, conforme destacado por Biroli (2018). Dessa maneira, neste artigo, apresenta-se uma análise desse cenário a partir de uma revisão bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (2003), abrange o levantamento de um conjunto de estudos públicos sobre uma determinada temática, isto é, tem-se acesso direto ao que foi produzido por outros pesquisadores. Cruz Neto (2001), por sua vez, traz que a pesquisa bibliográfica é relevante na identificação de conceitos e estruturas em diferentes áreas do conhecimento. Portanto, esse método foi essencial para a fundamentação teórica do objeto investigado. Por seu turno, foi empreendida análise a partir da reflexão sobre a intersecção entre as categorias de gênero, trabalho e capitalismo à luz de autores como Biroli (2018) e Marx (1994).

Palavras-chave: Capitalismo; Trabalho; Mulher; Cuidado.

ABSTRACT

In the dynamics of the sexual division of labor, women are at a disadvantage, as care relationships demand a lot of time and, therefore, exclude them from participating in the

spaces where laws and policies are defined, as highlighted by Biroli (2018). Thus, this article presents an analysis of this scenario based on a bibliographic review that, according to Marconi and Lakatos (2003), encompasses the survey of a set of public studies on a given theme, that is, there is direct access to what was produced by other researchers. Cruz Neto (2001), in turn, states that bibliographic research is relevant in identifying concepts and structures in different areas of knowledge. Therefore, this method was essential for the theoretical foundation of the object investigated. In turn, the analysis was undertaken based on the reflection on the intersection between the categories of gender, labor, and capitalism in the light of authors such as Biroli (2018) and Marx (1994).

Keywords: Capitalism; Work; Woman; Care.

1 INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho é uma estrutura social presente em diversas sociedades, evidenciando-se, tanto nas chamadas pré-capitalistas como nas capitalistas. Nesse último modelo, de maneira primordial, as mulheres são responsáveis pelos elementos localizados no espaço privado, a casa, e os homens, por sua vez, destacam-se no espaço público. Essa separação se baseia no patriarcado

que perpetua a construção e a organização de espaços de atuação para homens e mulheres, produzindo, desse modo, desigualdades entre os gêneros e a invisibilização do trabalho das mulheres dentro do lar. Portanto, ressalta-se que, historicamente, é no espaço público que está localizado o trabalho remunerado. Nesse sentido, este artigo traz uma análise sobre a complexa relação estabelecida entre capitalismo, trabalho, mulheres e cuidados.

A dominação estabelecida sobre as mulheres se retroalimenta no sistema capitalista, isto é, o capitalismo fortalece o sistema patriarcal que, por seu turno, reverte-se no controle dos corpos no ambiente privado. Destarte, há, nessa relação, a manutenção de opressões, o que impede a participação plena das mulheres na democracia, culminando em uma cidadania restrita. Todavia, nota-se que as mulheres, na modernidade, não estão excluídas da esfera pública, mas o seu acesso e permanência se dão em desvantagem comparando-se ao gênero masculino.

Diante do exposto, a relação entre a ideia de uma cidadania restrita e conceitos como capitalismo, trabalho, gênero e cuidado é desenvolvida, neste estudo, por meio de uma revisão de literatura. Considera-se, então, que as leituras bibliográficas são o primeiro passo em qualquer pesquisa acadêmica, além de seguirem todo o contexto investigativo, partindo da escolha do tema, passando pela

delimitação do objeto, até a análise e escrita. Com isso, é, nesse processo, que o tema pode ser compreendido em diferentes nuances.

Portanto, além da revisão da literatura ajudar em reajustes no processo inicial da pesquisa, essa abordagem também é importante para a fundamentação teórica e análises que o tema suscita. Cruz Neto (2001, p. 52) diz que “*esse método de pesquisa, além de ser importante para a pesquisa básica, também permite identificar conceitos e estruturas de processos produtivos de determinadas áreas do conhecimento*”. Por fim, Marconi e Lakatos (2003), trazem que a pesquisa bibliográfica engloba o levantamento de um conjunto de estudos já publicados sobre uma determinada temática, dando, ao pesquisador, acesso direto ao que foi produzido por outros estudiosos.

Ainda sobre o contexto metodológico, no que se refere à construção das reflexões deste artigo, obras de escritores clássicos e contemporâneos foram consultados a fim de analisar as relações estabelecidas entre os gêneros, trabalho e o cuidado dentro do sistema capitalista de produção. Sendo assim, Karl Marx é retomado nesse debate, pois as ponderações desse filósofo, sobre o sistema capitalista com a máxima para o lucro, explorando a classe trabalhadora, permite entender a relação de exploração das mulheres no trabalho não remunerado do lar. Por sua vez, Flávia Biroli realiza

uma junção das ideias discutidas por Karl Marx, assim como explora a não vivência plena das mulheres na democracia.

Diante das leituras e reflexões realizadas para a produção deste texto, argumenta-se que o capitalismo levou à invisibilidade e à desvalorização do trabalho denominado como cuidado, tipicamente, realizado pelas mulheres, conduzido pela promoção da produção e do consumo, os quais se encontram nos espaços públicos. Essa invisibilidade perpetua o sistema de gênero com a subjugação e a limitação das mulheres ao setor privado. Ademais, o patriarcado cria disparidades de gênero no trabalho, constrói desigualdades entre homens e mulheres e impede a criação de uma sociedade justa e equitativa no que tange à vivência da democracia.

2 O TETO DE VIDRO DO CAPITALISMO – AS MULHERES E O TRABALHO NÃO REMUNERADO

Em suas mais diversas perspectivas e concepções de mundo, os autores clássicos do pensamento sociológico, cada um a seu modo, apontaram a importância do trabalho e das relações que construíram a partir dele para o entendimento da sociedade (Santana, 2004, p. 7).

No contexto atual, diante das transformações rápidas e constantes que o mundo atravessa, as reflexões e análises sociológicas se conservam como ferramentas básicas

para o entendimento de como essas mudanças impactam as relações de trabalho e suas intersecções, a exemplo, a questão de gênero, raça e etnia.

A categoria trabalho é um dos elementos chave de compreensão da modernidade. Isso se deve às relevantes mudanças causadas pela Primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, no século XVIII. Além disso, evidencia-se como fator de transformação, a Segunda Revolução Industrial, que se estende para além das fronteiras inglesas. A saber, comprehende-se trabalho como qualquer atividade humana, seja física, seja mental, não necessariamente resultando em ganho financeiro.

Ao longo da história, a ideia de trabalho sofreu diversas alterações. No entanto, é com a Reforma Protestante, a partir da figura de Calvino e a sua ascese, que essa categoria passa a ser concebida como algo positivo, superando, em alguma medida, a visão negativa que carregou por séculos. A exemplo disso, há a concepção do labor braçal que se contrapunha ao ato da contemplação e da elevação espiritual presentes na ideia do ócio durante a Idade Média.

Destaca-se que o calvinismo foi um importante movimento religioso que atribuiu a salvação a uma vida regrada, assim como a inclinação ao trabalho. O espírito do capitalismo segue a máxima de que tempo é dinheiro. O trecho

do sermão de Benjamin Franklin afirma o dever religioso ao trabalho como um *ethos* de vida.

[...] como traço próprio dessa “filosofia da avareza” [o ideal de homem honrado *digno de crédito* e, sobretudo,] a ideia do *dever* que tem o indivíduo de se interessar pelo aumento de suas posses como um fim em si mesmo. [Com efeito: aqui não prega simplesmente uma técnica de vida, mas uma “ética” peculiar cuja violação não é tratada apenas como desatino, mas como uma espécie de falta com o dever: isso, antes de tudo, é a essência da coisa. O que se ensina aqui não *apenas* “perspicácia nos negócios” – algo que de resto se encontra com bastante frequência – mas é um *ethos* que se expressa, e é precisamente *nesta* qualidade que ele nos interessa] (Weber, 2004, p. 45).

Dessa maneira, a nova relação que o homem desenvolve com o trabalho, por meio da busca pelo lucro e pela acumulação, possibilita a emergência de diferentes formas de gerência. E, com as duas primeiras revoluções industriais, tem-se um processo de racionalização do trabalho propagado por Taylor, com a obra Princípios da Administração Científica de 1911.

Para tanto, no final do século XIX, começou a emergir um campo de conhecimento científico que se sustentava em um conjunto de normas e funções destinadas à organização do trabalho e do espaço produtivo. Essas iniciativas de

gestão do trabalho refletem claramente as mudanças na exploração e marginalização enfrentadas pelos trabalhadores assalariados. Frederick Winslow Taylor, já citado, propôs que a base de um sistema de gestão eficiente, para sanar problemas no processo de produção, é a estrita observância do tempo e dos movimentos gastos para realizar uma tarefa, assim como a especialização do trabalho. Nesse caso, o trabalhador só sabia realizar uma parte da produção da mercadoria e não mais o todo, além de se observar uma remuneração baseada no desempenho.

Por um lado, essa nova maneira de estruturar o ambiente de trabalho resultou em mudanças significativas, gerando efeitos que podem ser tanto benéficos quanto prejudiciais. Diante desse cenário, é necessário evidenciar, como contribuição positiva, o aumento da produtividade por intermédio da preparação da fase de produção e redução dos custos mediante a eliminação de operações desnecessárias, reduzindo assim os custos de produção.

Por outro lado, destacam-se críticas como a desumanização do trabalho, que converte os trabalhadores em frações, pedaços de uma máquina, ignorando as necessidades e capacidades individuais. Ressalta-se, então, que, ao fazer apenas uma parte do processo produtivo, o trabalhador se vê alienado daquilo que é fundamental ao homem, do trabalho. Isso decorre do aumento excessivo de atividades

e, ao mesmo tempo, da falta de autonomia no processo produtivo. Portanto, a alienação anda de mãos dadas com o processo de exploração dos trabalhadores, considerando que o princípio do capitalismo é buscar a acumulação que ocorre mediante a exploração do trabalhador no processo produtivo, como explica Karl Marx, no Volume I do livro *O Capital* de 1994.

O taylorismo, como foi chamado graças à figura representante Taylor, influenciou o surgimento de outros modelos de gestão, como o fordismo, no início do século XX. Esse modelo de gerenciamento foi aplicado nas fábricas Ford, para a produção do modelo de carro denominado de Ford T, em 1914, que combinou com a produção e o consumo em massa. O grande diferencial desse modelo de gerência foi a implantação da linha de montagem. A saber, no processo de produção, era usada uma esteira em que os trabalhadores se punham fixos, fazendo sempre os mesmos movimentos de forma rápida e repetitiva. Isso resultava na montagem no menor tempo possível. A produção do Ford T, por exemplo, passou de 12 horas para apenas 90 minutos, o que resultou em uma notável redução do preço do carro. Isso fica evidente na crítica realizada por Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos* de 1936.

Esse contexto propiciou também as organizações sindicais e a agência dos movimentos sociais. Buscavam-se,

com esses novos atores sociais, mudanças nas situações de opressão estabelecidas dentro dos espaços laborais, os quais, invariavelmente, estendiam-se para as relações cotidianas, ramificando-se para a construção dos papéis de gênero. Por conseguinte, foi diante do chão das fábricas que os sindicatos se organizaram e tiveram como suporte as lutas das mulheres na primeira onda feminista denominada de sufragista. Nesse momento inicial do movimento, a pauta estava ancorada, principalmente, no voto feminino e nos direitos ligados ao mundo do trabalho. Desse modo, assinala-se que essa fase primeira já trazia alguns recortes interseccionais de gênero, classe e cor, já que foram conduzidos por mulheres brancas e de classe média.

A segunda onda, que transcorreu entre os anos 1960 e 1970, concentrou-se em temas como reprodução, sexualidade, trabalho e violência no lar. Algumas das discussões mais marcantes desse período foram a contestação ao patriarcado, a divisão sexual do trabalho e a sexualidade das mulheres. Por sua vez, a maior das heranças foi a legalização do aborto em alguns países, por meio de lutas que perduram até hoje, visto que o tema impacta de forma distinta, sendo influenciado por fatores culturais, religiosos e políticos. Nesse período, ainda são notados avanços na legislação trabalhista, além da inclusão de temas como assédio sexual e violência doméstica na esfera das discussões feministas.

Na sequência, teve-se a terceira onda, que ocorreu entre 1990 e 2000, foi assinalada pela diversidade e pelos debates sobre interseccionalidade¹⁰. Esse momento do movimento reconhece que as experiências das mulheres não é algo fixo e nem universal, mas moldadas por múltiplas formas de estar no mundo como: raça, etnia, classe, orientação sexual, entre outros marcadores. A partir desse reconhecimento e valorização das diferenças, a terceira onda fortaleceu outros movimentos como o feminismo negro lésbico e *queer*, ampliando a agenda feminista e, dessa forma, tornando-a mais inclusiva.

Seguindo esse caminho histórico, desde 2010 até o momento atual, vive-se a quarta onda feminista. Esse período, por sua vez, é assinalado pelo uso recorrente da tecnologia e da cultura digital como instrumento para o alargamento e para rapidez na disseminação das pautas e dos ativismos. A exemplo, as redes sociais têm ajudado na mobilização e conscientização no contexto da luta contra as formas de assédio que se dão no espaço *online*. Nesse sentido, um dos debates mais assíduos tem sido as questões que envolvem a ideia do consentimento dentro das mais

10 Interseccionalidade é uma categoria de análise da realidade a partir das relações de poder e, consequentemente, desigualdade que delas emergem. A Interseccionalidade é o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação (Collins, 2021).

variadas relações e a cultura do estupro. Tendo, assim, como legado o aumento vertiginoso da visibilidade de temas caros aos debates sobre as relações entre os gêneros, como feminicídio e assédio sexual.

Diante desse cenário, percebe-se que o movimento feminista tem sido um fenômeno complexo e bastante dinâmico. Ademais, identificam-se claras mudanças, as quais estão vinculadas às transformações que o contexto social, cultural, econômico e político suscita. Para tanto, a marca desse movimento é o reconhecimento das múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam, considerando sempre os diversos elementos que propiciam desigualdades.

Com base no exposto, tem-se que a continuidade das categorias capitalismo-mulher-trabalho-cuidado permite uma leitura do aprendizado dos papéis de gênero a partir da ideia de que as mulheres estão para o espaço privado, enquanto os homens para o público. Essa forma de representação expõe as situações de desigualdade entre os gêneros e mantém o patriarcado, o qual é retroalimentado pelo capitalismo, um sistema que explora e aliena os sujeitos sociais mediante a extração da mais-valia, o grande trunfo da acumulação capitalista (Marx, 1994).

Desse modo, é essencial considerar a estreita conexão entre as alterações provocadas pelas revoluções industriais e políticas, as quais estão relacionadas ao trabalho,

às relações entre gêneros e ao debate sobre o cuidado nas sociedades capitalistas. Isso se evidencia no fato dos novos métodos de produção e estruturação do trabalho possibilitarem uma alteração nas relações entre os gêneros de uma maneira mais reveladora. Nesse caso, a herança mais profunda dessa interação é a distinção entre o espaço público e privado. Aos homens o espaço público, onde se localiza o trabalho remunerado e, às mulheres, o espaço privado, o lar, local do trabalho não remunerado.

Diante desse contexto, infere-se que a divisão sexual do trabalho naturaliza os locais de atuação dos gêneros, confiando, quase que exclusivamente, às mulheres, a tarefa de cuidar da casa e da família, tornando essa atividade, que é crucial para a manutenção da sociedade, invisível e desvalorizada.

Nesse caminho, Biroli (2018) mostra que o cuidado está em grande medida relacionado ao mundo dito das mulheres, sendo ele importante para apoiar a vida social e econômica das sociedades capitalistas. Contudo, esse aspecto continua a ser subestimado e desvalorizado, uma vez que é marcado pela gratuidade. A falta ou ineficácia de políticas públicas que garantam cuidados universais, como creches e escolas em tempo integral, cria mais obstáculos para as mulheres e limita as suas atividades no mercado de trabalho e, principalmente, no campo da política.

Entretanto, mesmo com as barreiras enfrentadas, evidencia-se que, a partir do final do século XIX até a atualidade, as mulheres se apresentam como agentes na construção de mudanças significativas na estrutura da sociedade. Percebe-se, então, que houve uma progressiva saída desses sujeitos dos espaços privados. Todavia, a participação feminina ainda é irrisória quando comparada aos homens. A exemplo, as mulheres têm mais acesso à educação formal, mas isso não incide em seus salários, haja vista que elas ganham cerca de 25% menos que os homens, segundo Biroli (2028).

Tem-se, nesse contexto, efeitos distintos no debate sobre o acesso à educação. A consequência na vida das mulheres é uma atualização da responsabilização desigual em diferentes aspectos, diante de distintos marcadores sociais. Na maioria das vezes, esses marcadores são enviesados pela lógica de uma natureza feminina e do cuidado associado ao feminino. Para tanto, conforme Biroli (2018, p. 41), “*o acesso das mulheres a profissões de prestígio, assim como a presença maior de determinadas mulheres em ocupações marcadas pela precariedade, expõe essas formas cruzadas de desvantagens.*”

3 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO – DO ARCO E DO CESTO À INDÚSTRIA

Ao longo dos séculos, as relações entre as mulheres e os homens foram moldadas pela divisão sexual do trabalho

e pela complexa construção social e cultural do gênero. Isso implica no debate de que as atribuições de tarefas e papéis distintos para cada gênero, realizada com base na ideia de se carregar características biológicas para tal, é um empreendimento cultural que varia no tempo e no espaço. Quando a antropóloga Margaret Mead publica *Sexo e Temperamento*, em 1935, ela inaugura, em certo sentido, um marco nos estudos de gênero, embora o termo em si, como se conhece hoje ainda não existisse¹¹. Mead (2015) realiza uma comparação entre as diferentes formas de expressar a masculinidade e a feminilidade entre os Arapesh, Mundugumor e Tchambuli.

Encontramos homens, assim como mulheres, treinados a ser cooperativos, não-agressivos, suscetíveis às necessidades e exigências alheias. [...] verificamos, em meio aos Mundugumor, que homens e mulheres se desenvolvem como indivíduos implacáveis, agressivos e positivamente sexuados, com o mínimo de aspectos carinhosos e maternais em sua personalidade. Na terceira tribo, os Tchambuli, deparamos verdadeira inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura, sendo a mulher o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente (Mead, 2015, p. 267).

11 O termo gênero foi produzido pelo psicólogo John Money na década de 1950 (Lattanzio; Ribeiro, 2018).

A análise da antropóloga revela a relatividade cultural dos papéis de gênero. Diante desse estudo, essa autora demonstrou que o temperamento, hoje gênero, não é uma categoria biológica fixa, imutável, mas sim uma construção cultural e, diante disso, passível de transformações. Nesse sentido, é preciso ponderar que, embora se perceba, em todas as sociedades, atribuições e responsabilidades distintas para homens e mulheres, ou seja, a divisão sexual do trabalho, esse fenômeno varia de forma significativa nos diferentes grupos sociais.

Essa compreensão acerca da relativização na construção dos papéis de gênero fica nítida também quando se observa o debate que Pierre Clastres realiza no capítulo O arco e o cesto, presente no livro *A sociedade contra o estado* (2013). Trata-se de um texto etnográfico que analisa os modos de vida, a organização política e a maneira como os recursos são gerados entre os *Gauyaki*, povo indígena nômade do Paraguai.

Os *Gauyaki* orientam sua percepção de mundo a partir da divisão sexual do trabalho, que é conduzida pela dicotomia presente nos objetos arco e cesto. Aos homens, o arco, a caça e a floresta. Às mulheres, o cesto, a cozinha e o cuidado com as crianças. “*Cada um desses dois instrumentos é, com efeito, o meio, o signo e o resumo de dois ‘estilos’ de existência tanto opostos como cuidadosamente separados*” (Clastres, 2013, p. 122). Um não pode tocar no objeto do outro sob pena

de uma maldição, a pane. Desse contexto, é importante destacar que não é o biológico que faz as diferenças entre os gêneros, mas a manutenção de cada um, de forma atuante, com seu objeto. Se um homem não consegue mais usar o arco, ele perde a sua masculinidade.

Portanto, conforme Clastres (2013, p. 124),

[...] incapaz de preencher sua função de caçador, perde por isso mesmo a sua própria natureza e a sua substância lhe escapa: obrigado a abandonar um arco doravante inútil, não lhe resta senão renunciar à sua masculinidade e, trágico e resignado, encarregar-se de um cesto.

Nesse último debate realizado por Clastres, percebe-se o cuidado dispensado ao lar e às crianças como função das mulheres. Uma reflexão atual dentro das sociedades capitalistas. Engels, no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1986), elabora que a “[...] derrota histórica do gênero feminino” se dá com a emergência da propriedade privada. O advento da propriedade privada exige uma paternidade “garantida”, por isso a necessidade de uma família monogâmica. Todavia, evidencia-se que é uma monogamia feminina, afinal, o capitalismo anda de mãos de dadas com o patriarcado.

Nesse contexto, quando se tem um excedente na produção, não há apenas uma apropriação desigual, mas também

uma desigualdade na separação das tarefas da produção e reprodução da espécie. As mulheres são colocadas quase que exclusivamente nas funções de criação dos filhos, da organização e manutenção do lar e cada vez mais são afastadas da indústria. A opressão feminina não é natural, mas cultural.

Quando Engels escreveu o livro, abordado acima, as mulheres não tinham direito ao voto, a se divorciarem, à participação política, entre muitos outros direitos atualmente garantidos. O movimento operário, em certa medida, opunha-se ao trabalho feminino fora do lar, menos ainda via com bons olhos a participação feminina em sindicatos e partidos. Desse modo, a obra possibilita um entendimento de diversas formas de organização do trabalho ao longo da história.

Ainda nessa perspectiva, é relevante atentar para o debate de como as mulheres foram levadas para dentro do lar no modo de produção capitalista, um caminho que separa trabalho produtivo (homens) e trabalho reprodutivo (mulheres). Essa ponderação remonta à concepção dicotônica de que, aos homens, os trabalhos remunerados, nos espaços públicos, e, às mulheres, o lar ou a condenação por serem consideradas bruxas.

A caça às bruxas, por seu turno, éposta, por Federici (2017), como um elemento que fortalece o sistema capitalista, uma vez que destina, às mulheres, o lar como espaço de atuação. Sendo assim, as mulheres que possuíam acesso

à terra, ao conhecimento para o uso das ervas, tinham certa autonomia sobre seus corpos e, consequentemente, podiam tomar decisões sobre suas funções reprodutivas como manter ou não uma gravidez, por isso eram denominadas de bruxas. Federici (2017) evidencia que a caça às bruxas foi uma maneira de frear a autonomia e resistência das mulheres às normas vigentes.

Diante desse contexto, ressalta-se que, com as revoluções industriais, as mulheres vão sendo incorporadas de forma massificada ao mercado de trabalho, todavia, elas ainda são as responsáveis, quase que exclusivamente, pelas tarefas domésticas, realizando, assim, duplas ou triplas jornadas de trabalho. Com isso, o trabalho não remunerado, dentro do lar, produz um sujeito social exausto e, consequentemente, sem condições materiais e mentais para o exercício de atividade em outras dimensões da vida, a exemplo, a participação política. Portanto, as relações estabelecidas, dentro do sistema capitalista, reforçam as desigualdades históricas entre homens e mulheres, as quais são justificadas por uma pretensa naturalidade que as mulheres têm para o cuidado.

Dessa forma, percebe-se que a divisão sexual do trabalho e a construção social do gênero, enquanto algo fundamentado na biologia, colaboraram para a manutenção das assimetrias entre os homens e as mulheres. Isso ocorre em

função das mulheres ocuparem, de forma geral, posições que socialmente são postas como de menor prestígio e, em consequência, com menor remuneração. Essa desigualdade gera impactos profundos na vida das mulheres, pois limita sua vivência plena na democracia.

Evidencia-se, por fim, que esses são elementos construídos social e culturalmente, logo, são passíveis de modificação. E é, nessa seara, que os movimentos sociais, a exemplo do feminista, ganham destaque, pois propiciam reflexão crítica das posições que os gêneros ocupam, buscando transformações nas múltiplas instituições sociais e, consequentemente, mudanças nas mentalidades.

4 A MÍSTICA DA NATUREZA FEMININA E O CAPITALISMO – UM DEBATE SOBRE A CARGA INVISÍVEL DAS MULHERES NO CAPITALISMO

Quando se fala da figura feminina, há uma lógica da natureza empreendida em sua história. A ela, está associada a ideia de primeira gestora dos recursos naturais e, por conseguinte, toda uma mística de multiplicadora de práticas conservacionistas alicerçadas em uma narrativa que, embora aparentemente positiva, reforça estereótipos de gênero e limita as possibilidades de atuação das mulheres.

Desse modo, conforme Biroli (2018), ao se sugerir que a mulher deve aplicar, no espaço público, as mesmas

habilidades do lar, evidencia-se uma agenda do cuidado, transbordando o espaço doméstico e, assim, perpetuando-se a desigualdade de gênero. Percebe-se, então, uma programação administrada pela separação de funções para homens e mulheres em espaços públicos e privados.

A lógica do desenvolvimento capitalista, com a máxima para o lucro, está, aparentemente, ligada ao homem. Às mulheres, espera-se um recorte natural para o cuidado. Nesse cenário, aponta-se que a invisibilização do trabalho doméstico, majoritariamente feminino, basilar para a reprodução da força de trabalho, é um dos mecanismos que sustenta a dominação masculina e a acumulação capitalista. Desse modo, por não ser reconhecido e remunerado, esse trabalho se torna um pilar da exploração de gênero.

As relações de cuidado, apesar de envolverem dimensões profundamente pessoais e afetivas da vida, organizam-se em ambientes institucionais e econômicos específicos. [...] Em síntese, o ambiente institucional em que o cuidado é provido é resultado de decisões políticas. [...] falar de cuidado é falar das assimetrias no exercício da influência política e na conformação do mundo (Biroli, 2018, p. 55).

Sendo assim, o debate sobre a divisão sexual do trabalho é um elemento central para compreensão das desigualdades de gênero, ou seja, a categoria em questão denuncia as

desvantagens das mulheres, algo que está além da perspectiva de gênero puramente. A esse contexto, associa-se marcadores de classe, etnia, cor, religião, entre outros elementos. Assim, as assimetrias de participação política são reflexo do excessivo trabalho desenvolvido pelas mulheres dentro do ambiente doméstico. Assinala-se, então, que não se trata de negar a participação das mulheres nos espaços públicos, mas de evidenciar posições desiguais, as quais são mantidas pelo processo de construção das relações entre os gêneros. Nesse sentido, Biroli (2018, p. 54) traz que “*há como na divisão sexual do trabalho, um paralelo entre as posições de desvantagem nas relações de cuidado e a exclusão ou baixa presença nos ambientes em que leis e políticas são definidas*”.

Esse debate ainda se insere no circuito família-maternidade. A instituição primária família ganha sentido diante de contextos específicos, não se apresentando, portanto, igual. Todavia, aponta-se que, nas sociedades capitalistas, o modelo familiar se alicerça na unidade básica de pai, mãe e prole, sendo produto histórico da classe hegemônica, a burguesia. Com essa perspectiva, Biroli (2018, p. 92) aborda duas dimensões: controle e privilégio. A dimensão do controle é operada pela ideia de fronteira, em que há “[...] de um lado, formas de vida aceitáveis e valorizadas e, de outro, formas que, por serem estigmatizadas, são alvo de violência simbólica e de privações”. A dinâmica dessa fronteira, por sua vez, produz

dois fenômenos, seletividade e segregação. Ela seleciona quem pode atravessar e quem não pode. Já a dimensão do privilégio revela desigualdades.

De acordo com Biroli (2018, p. 92),

Leis e políticas públicas ativam determinadas concepções de família e, com isso, excluem laços e formas práticas de organização. Isso implica não apenas reconhecimento social desigual, mas também acesso desigual a direitos e recursos materiais.

Nesse contexto, ao acrescentar nessa equação outros marcadores e situações, vislumbra-se mais vulnerabilidades. A exemplo, o cenário da relação das mulheres com as mudanças climáticas. Sendo assim, a reflexão sobre essa perspectiva revela as opressões que se interseccionam: mulheres-negras-pobres-indígenas-lésbicas-quilombolas, dentre outras diversas possibilidades. Nessa conjuntura, acrescenta-se, ao debate, o termo racismo ambiental. Esse tema emergiu diante dos estudos sobre justiça ambiental e diz respeito às injustiças sociais e ambientais que, de forma desproporcional, incide sobre etnias vulnerabilizadas, como a negra e indígena. Foi o movimento negro norte-americano que colocou em pauta esse debate.

Dessa maneira, esse termo ficou conhecido quando o pesquisador Bullard (2004) apresentou uma pesquisa

demonstrando que os aterros sanitários, depósitos e incineradores de lixo da cidade de Houston, públicos ou privados, não eram instalados segundo critérios técnicos e estavam todos localizados em bairros cuja população era de maioria negra.

Ao se discutir sobre racismo ambiental, emergem debates que o coloca como oportunismo e apelação. Todavia, ao voltar os olhos para quem ocupa as favelas e morros, quem está próximo aos rios e trilhos, observa-se que os corpos carregados pelas enchentes e soterrados por deslizamentos é o corpo vulnerabilizado, marcado pela cor da pele. Portanto, o racismo ambiental exibe as comunidades marginalizadas e expostas a um maior contato com os riscos ambientais, além disso, o termo se entrelaça às relações de gênero, o que intensifica desigualdades e deixa determinados grupos sociais mais vulnerabilizados.

Diante desse contexto, entende-se que as mulheres, atravessadas pelos marcadores de raça e classe, são as mais afetadas pelos impactos do racismo ambiental. Isso porque, a figura feminina é associada a ideia de cuidadora e, portanto, espera-se que a busca pela água potável, a coleta de alimentos e a limpeza de áreas contaminadas recaia, principalmente, sobre elas. Nesse sentido, as mulheres negras e indígenas moradoras de comunidades tradicionais

estão mais expostas a agrotóxicos, resíduos industriais, dentre outros riscos.

Em face do exposto, salienta-se que há uma pirâmide de exploração que traz, em seu topo, o homem cis, branco, heterossexual marital (supostamente monogâmico) e com prole. Às mulheres, por seu turno, a quem o trabalho doméstico é associado, as condições são bastante distintas. Além disso, ressalta-se também as relações de poder que se instauram entre mulheres brancas e negras, ricas e aquelas em condições menos favorecidas socioeconomicamente, dentre outras formas de estratificação.

Diante desse cenário, vislumbra-se que tais assimetrias de acesso ao poder é um limitador de vivência de cidadania plena. Há, nesse caso, uma democracia sufocada dentro dos espaços privados, com a ideia de gerência dos elementos do lar, que pode ser transposta para o público. Mantém-se, então, a lógica da dominação, da separação desigual de distribuição do poder. Ao cozinhar, a mulher calcula quanto gasta de gás, água, quantidade de alimento usado para não haver tantas sobras. Um aprendizado de gênero, que se apresenta desde a tenra infância. Dessa lógica, espera-se que seja levado ao espaço público, quando se assume profissões, a imagem do cuidado. Segundo Biroli (2018, p. 55), “[...] falar de cuidado é falar das assimetrias no exercício da influência política e na conformação do mundo”.

Ainda conforme essa autora,

As abordagens do cuidado, entretanto, não se restringem a uma crítica à alocação desigual das responsabilidades e do poder e às desvantagens de estar na posição de quem cuida em sociedades nas quais os vínculos são desvalorizados e predomina a lógica econômica concorrencial. Elas voltam também para a dimensão ético-política das relações de cuidado e para seu potencial impacto na esfera pública e na democracia (Biroli, 2018, p. 73).

Portanto, Biroli aponta que o cuidado não é apenas uma questão privada, mas uma construção social com profundas implicações políticas. Ao ser atribuído majoritariamente às mulheres, o cuidado reproduz hierarquias de gênero e limita a participação feminina na vida pública, perpetuando um modelo social patriarcal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou evidenciar, mediante a leitura, reflexão e análise de literatura sobre a forma como o sistema capitalista de produção contribuiu para a invisibilização e a desvalorização do trabalho de cuidado, o qual, historicamente, tem sido realizado por mulheres. Essa dinâmica, ao separar os âmbitos público e privado, consolidou um sistema de exploração que reforça a lógica patriarcal e aprofunda as desigualdades entre os gêneros.

A produção e o consumo são os motores que giram o sistema capitalista e, consequentemente, ditam as posições que os sujeitos sociais ocupam para manter essa lógica. Portanto, nesse contexto, o cuidado é colocado como atividade de menor relevância, pois está associado à esfera doméstica, algo que se quer exposto distante do espaço público. Essa separação de espaços coloca, em face, a desconsideração da atividade do cuidado, mesmo sendo elemento essencial para reprodução da vida e funcionamento da sociedade. Desse modo, essa marginalização revela o alicerce na lógica patriarcal, o que assevera as disparidades de gênero e limita a participação feminina nos espaços de poder e de decisão, restringindo-lhes, sobremaneira, a vivência plena na democracia.

Por fim, esse debate é essencial para a construção de uma sociedade justa e equitativa, já que, como foi mostrado no decorrer do texto, não se pode negar a prevalência de um estado de não reconhecimento e desvalorização do trabalho do cuidado, visto que é realizado, majoritariamente, pela figura feminina. Para tanto, por ser o cuidado um elemento central de manutenção social, é essencial que a distribuição dessa tarefa seja equânime entre homens e mulheres. Entende-se, inclusive, que isso possibilita a diminuição das desigualdades de vivência democrática entre os gêneros.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da participação no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BULLARD, Robert Doyle. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. 5 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1986.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

LATTANZIO, Philippe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. **Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero**. Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 30, n. 3, p. 409 – 425, set-dez/2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** v. 6, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento.** 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

